



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CAMPUS FLORESTA
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES E
LINGUAGENS

UESLEI ALMEIDA LIMA

**A TESSITURA TOPONÍMICA DE CRUZEIRO DO SUL SOB A PERSPECTIVA DA
INTERDISCIPLINARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E FORMAÇÃO**

CRUZEIRO DO SUL – ACRE

2023

UESLEI ALMEIDA LIMA

**A TESSITURA TOPONÍMICA DE CRUZEIRO DO SUL SOB A PERSPECTIVA DA
INTERDISCIPLINARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E FORMAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – *Campus* Floresta para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Deolinda Maria Soares de Carvalho

Coorientadora: Profa. Dra. Simone Cordeiro Oliveira Pinheiro

CRUZEIRO DO SUL – ACRE

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

- L732t Lima, Ueslei Almeida, 1996-
A tessitura toponímica de Cruzeiro do Sul sob a perspectiva da interdisciplinaridade: contribuições para o ensino e formação / Ueslei Almeida Lima; orientadora: Prof. Dra. Deolinda Maria Soares de Carvalho, coorientadora: Prof. Dra. Simone Cordeiro Oliveira Pinheiro. – 2023.
115 f. : il. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens. Cruzeiro do Sul, 2023.
Inclui referências bibliográficas e apêndices.
1. Ensino e formação. 2. Linguística. 3. Toponímia – Cruzeiro do Sul (AC). I. Carvalho, Deolinda Maria Soares de (orientadora). II. Pinheiro, Simone Cordeiro de Oliveira (coorientadora). III. Título.

CDD: 370

Bibliotecária: Alanna Santos Figueiredo CRB-11/1003

A TESSITURA TOPONÍMICA DE CRUZEIRO DO SUL SOB A PERSPECTIVA DA INTERDISCIPLINARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E FORMAÇÃO

Ueslei Almeida Lima

Dissertação defendida em 09/06/2023 e considerada APROVADA para a obtenção do Título de Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens – Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*.

Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha
Universidade Federal do Acre
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Deolinda Maria Soares de Carvalho
Universidade Federal do Acre
Orientadora e Presidente

Prof.^a Dr.^a Simone Cordeiro Oliveira Pinheiro
Universidade Federal do Acre
Coorientadora

Prof. Dr. José Mauro de Souza Uchôa
Universidade Federal do Acre
Membro do PPEHL

Prof.^a Dr.^a Marinete Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Acre
Membro externo

Prof.^a Dr.^a Cleide Vilanova Hanisch
Universidade Federal do Acre
Suplente

À minha grandiosa mãe Silvani Gomes de Almeida. Maior incentivadora da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu oportunidades, fôlego e forças para concretizar este trabalho após um extenso cenário pandêmico de COVID-19, que ceifou milhões de vidas em todo o mundo, interrompendo sonhos e destruindo famílias.

À minha mãe Silvani Gomes que, desde a minha infância, me incentivou aos estudos e ao desenvolvimento profissional, não me deixando desistir nos momentos de angustia e desespero quando eu achava que não seria mais possível seguir em frente durante a produção deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens – PPEHL –, na pessoa do Prof.º Dr.º Cleidson de Jesus Rocha, coordenador do curso, pela oportunidade de me fazer ser discente de um programa de pesquisa científica que tem tanto a ensinar e contribuir para a educação e sociedade do nosso país.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Simone de Souza Lima que me apresentou os estudos Toponímicos e me instruiu nos primeiros passos da pesquisa que se concretiza nesta dissertação.

Agradeço a minha orientadora e coorientadora Prof.^a Dr.^a Deolinda Maria Soares de Carvalho e Prof.^a Dr.^a Simone Cordeiro Oliveira Pinheiro, respectivamente, pelas correções, instruções, norteamentos e parceria no partilhar de conhecimentos.

Agradeço também a banca avaliadora, composta pelos Profs. Drs. José Mauro de Souza Uchôa, Marinete Rodrigues da Silva e Cleide Vilanova Hanisch que aceitaram examinar e compartilhar conhecimentos neste estudo, que muito tem a contribuir para a sociedade e para a educação cruzeirense e acreana.

Agradeço aos amigos e amigas que, nos momentos de angustia e tribulações durante a escrita deste trabalho, me deram forças para prosseguir. Sem vocês eu não reconheceria a garra e persistência que carrego dentro de mim.

“A História está repleta de pessoas que, como resultado do medo, ou por ignorância, ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que, em verdade, pertenciam a todos nós. Nós não devemos deixar isso acontecer de novo”.

(Carl Sagan)

RESUMO

A presente pesquisa insere-se na linha investigativa Ensino, Linguagens e Culturas, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre. Volta-se para os estudos toponímicos – campo da Linguística que estuda a etimologia e a significação dos nomes próprios dos lugares, apresentando como objeto investigativo “a Toponímia como estratégia didático-pedagógica de ensino e formação na educação no nível médio da cidade de Cruzeiro do Sul” – cidade fundada a partir de expedições movidas pela extração gomífera no século XIX, atraindo viajantes de diferentes localidades. Seu objetivo geral é realizar um estudo toponímico de Cruzeiro do Sul, a fim de identificar o caudal étnico, identidades e memórias que permeiam a constituição histórico-cultural do município, valorizando a toponímia como estratégia didático-pedagógica formativa e de ensino no nível médio em diálogo com diferentes campos de estudo. Como objetivos específicos, foram traçados: (1) (re)visitar a história de Cruzeiro do Sul, identificando os agentes motivadores de topônimos cruzeirenses; (2) inventariar nomes de ruas, avenidas, estradas e travessas, considerando o aspecto histórico-cultural e etimológico que motiva suas denominações; (3) promover discussão sobre as possibilidades da toponímia como estratégia didático-pedagógica, no nível médio, sob as perspectivas educacionais da BNCC e dos PCN. Para a materialização deste estudo, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Seu esteio teórico-metodológico está calcado em autores como Maria Vicentina Dick (1990) e Cleber Eckert (2016); Seabra (2006) e Khoury (1989); Leandro Tocantins (1992) e Edgar Morin (2000, 2003). Dos 73 topônimos inventariados durante a constituição do *corpus* de pesquisa, 8 passaram por análise, sendo eles: dois Antropotopônimos (Avenida Lauro Mueller e Rua Tavares de Lira, dois Axiotopônimos (Avenida Coronel Mâncio Lima e Avenida Madre Adelgundes Becker), dois Hidrotopônimos (Avenida Rio Juruá e Avenida Beira Rio) e dois Etnotopônimos (Rua Caxinawás e Rua Jaminawás, revelando aspectos históricos, culturais e etimológicos que colaboram para o processo de designação desses logradouros, evidenciando a particularidade histórica, linguística e cultural de cada localidade, que pode ser descoberta e analisada através dos estudos toponímicos com as integração de outras áreas do saber como a História, Antropologia, Geografia, Psicologia, Sociologia, Linguística, Cartografia, Zoologia, Botânica e Arqueologia. A pesquisa, assim, apresenta algumas estratégias viáveis para um ensino mais integrativo e dialógico, vislumbrando uma formação mais rica e desafiadora para os alunos do ensino básico.

Palavras-chave: Tessitura Linguística. Toponímia. Ensino e formação. Interdisciplinaridade. Cruzeiro do Sul.

ABSTRACT

This research is part of the Teaching, Languages and Cultures research line of the Postgraduate Program in Humanities and Languages Teaching at the Federal University of Acre. It focuses on toponymic studies - a field of Linguistics that studies the etymology and meaning of place names, presenting as its investigative object "Toponymy as a didactic-pedagogical strategy in high school education in the city of Cruzeiro do Sul" - a city founded from expeditions driven by the extraction of gum in the nineteenth century, attracting travelers from different locations. Its general objective is to carry out a toponymic study of Cruzeiro do Sul in order to identify the ethnic flow, identities and memories that permeate the historical-cultural constitution of the city, valuing toponymy as a didactic-pedagogical strategy at the high school level in dialogue with different fields of study. As specific objectives, it was outlined: (1) (re)visit the history of Cruzeiro do Sul, identifying the motivating agents of toponyms cruzeirenses; (2) inventory names of streets, avenues, roads and crossings, considering the historical-cultural and etymological aspect that motivates their names; (3) promote discussion on the possibilities of toponymy as a didactic-pedagogical strategy at the high school level, under the educational perspectives of BNCC and PCNs. To materialize this study, we opted for bibliographic and documentary research of a qualitative nature. Its theoretical and methodological foundation is based on authors such as Maria Vicentina Dick (1990) and Cleber Eckert (2016); Seabra (2006) and Khoury (1989); Leandro Tocantins (1992) and Edgar Morin (2000, 2003). Of the 73 toponyms inventoried during the constitution of the research corpus, 8 underwent analysis, these being: two Anthrotoponyms (Avenida Lauro Mueller and Rua Tavares de Lira, two Axiotonyms (Avenida Coronel Mâncio Lima and Avenida Madre Adelgundes Becker), two Hydrotoponyms (Avenida Rio Juruá and Avenida Beira Rio) and two Ethnotonyms (Rua Caxinawás and Rua Jaminawás, revealing historical, cultural and etymological aspects that collaborate to the designation process of these logradouros, This can be discovered and analyzed through toponymic studies with the integration of other areas of knowledge such as History, Anthropology, Geography, Psychology, Sociology, Linguistics, Cartography, Zoology, Botany and Archeology. The research thus presents some viable strategies for more integrative and dialogical teaching, with a view to providing a richer and more challenging education for elementary basic education.

Keywords: Linguistic Weaving. Toponymy. Teaching and training. Interdisciplinarity. Cruzeiro do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa livre do estado do Acre demonstrando a fronteira de Cruzeiro do Sul com o Peru, Bolívia e Amazonas.....	19
Figura 2 – Mapa do estado do Acre sinalizando a localidade da cidade de Cruzeiro do Sul em relação ao Peru e Amazonas.....	20
Figura 3 – Lugar onde foi inaugurado o Departamento do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul.....	30
Figura 4 – Casa dos Ruelas.....	34
Figura 5 – Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul no ano de 1972.....	34
Figura 6 – Sindicalista Wilson Pinheiro.....	51
Figura 7 – General Thaumaturgo de Azevedo.....	63
Figura 8 – Estátua do General Thaumaturgo de Azevedo, exposta na entrada da Avenida Coronel Mâncio Lima, em Cruzeiro do Sul	64
Figura 9 – Primeiro acesso ao serviço Google Maps na plataforma Google.....	69
Figura 10 – Primeira imagem do mapa ao digitar o verbete <Cruzeiro do Sul>.....	69
Figura 11 – Topônimos da região Norte da cidade de Cruzeiro do Sul	71
Figura 12 – Topônimos da região Oeste da cidade de Cruzeiro do Sul.....	72
Figura 13 – Topônimos da região Sul da cidade de Cruzeiro do Sul	72
Figura 14 – Topônimos da região Leste da cidade Cruzeiro do Sul	73
Figura 15 – Localização da Avenida Lauro Muller em Cruzeiro do Sul, destacada com o símbolo de localização em vermelho.....	75
Figura 16 – Extrato da Lei que altera a denominação da Avenida Lauro Muller para Avenida Ildelfonso Cordeiro.....	76
Figura 17 – Localização da Avenida Madre Adelgundes Becker, no município de Cruzeiro do Sul, indicada pela seta em vermelho	77
Figura 18 – Localização da Avenida Rio Juruá em Cruzeiro do Sul, destacada com o símbolo de localização em vermelho	78

Figura 19 – Diário de viagem ao Alto Juruá, dos antropólogos Anthony Seeger e Arno Vogel, em 1978.....	80
Figura 20 – Localização da Avenida Beira Rio no município de Cruzeiro do Sul, sinalizada com o símbolo de localização em vermelho.....	81
Figura 21 – Manchete da notícia sobre enchente do rio Juruá.....	82
Figura 22 – Localização da Avenida Coronel Mâncio Lima em Cruzeiro do Sul, sinalizada com o símbolo de localização em vermelho.....	83
Figura 23 – Localização da Rua Tavares de Lira no município de Cruzeiro do Sul, sinalizado com o símbolo de localização em vermelho.....	85
Figura 24 – Localização da Rua Jaminauás no município de Cruzeiro do Sul, sinalizada com o símbolo de localização em vermelho.....	87
Figura 25 – Localização da Rua Caxinawás no município de Cruzeiro do Sul, sinalizada com o símbolo de localização em vermelho	89
Figura 26 – Topônimo no contexto interdisciplinar	92
Figura 27 – Tríade Indivíduo/Sociedade/Espécie	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação Toponímica	60
Quadro 2 – Topônimos de Cruzeiro do Sul	67
Quadro 3 – Habilidades que são trabalhadas na competência 1 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no ensino médio.....	105

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CPI-ACRE – Comissão Pró-Índio do Acre

CONTAG – Delegacia da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FGV – Fundação Getúlio Vargas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

OMS – Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CRUZEIRO DO SUL EM FOCO: A TERRA E SUAS GENTES	19
1.1 GEOGRAFIA E SOCIEDADE.....	19
1.2 (I)MIGRANTES EM TRÂNSITO POR CRUZEIRO DO SUL.....	23
1.3 ENTRE CONFLITOS E INSUBORDINAÇÃO NO PERÍODO DE PRODUÇÃO DA BORRACHA	36
2 A TESSITURA LINGUÍSTICO-CULTURAL DE CRUZEIRO DO SUL: O ESTEIO TEÓRICO-METODOLÓGICO	54
2.1 TOPONÍMIA: A CHAVE DOS SEGREDOS DOS NOMES	54
2.2 OS TOPÔNIMOS DE CRUZEIRO DO SUL: O PERCURSO METODOLÓGICO	62
3 A TOPONÍMIA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DE ENSINO E FORMAÇÃO	74
3.1 TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS EM ANÁLISE	74
3.2 UM OLHAR SOBRE OS PCN E A BNCC: À LUZ DA COMPLEXIDADE.....	91
3.3 CONTRIBUIÇÕES DA TOPONÍMIA PARA O ENSINO MÉDIO.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

A presente dissertação lança o olhar para a tessitura linguística de Cruzeiro do Sul, formada por uma malha interessante e heterogênea, constituída pelos movimentos (i)migratórios que motivam as variedades linguísticas advindas pelo encontro de dialetos de diferentes regiões, por variedades linguísticas adaptadas ao cenário amazônico. Com essa percepção, abrem-se diversas perspectivas de estudo, mas, aqui, contudo, recai sobre os estudos toponímicos – campo da linguística que estuda a etimologia e a significação dos nomes próprios dos lugares –, apresentando como objeto investigativo a toponímia como estratégia didático-pedagógica de ensino e formação no nível médio na cidade de Cruzeiro do Sul - cidade fundada a partir de expedições movidas pela extração gomífera, no século XIX –, atraindo viajantes de diferentes localidades. Situa-se na linha investigativa Ensino, Linguagens e Culturas, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre.

A história de Cruzeiro do Sul mostra sua fundação a partir de expedições movidas, principalmente, pela extração gomífera, no século XIX, atraindo viajantes de diferentes localidades, numa perspectiva de cidade em movimento. Uns, atraídos pela borracha, nos tempos áureos do “ouro negro”, viram nessa região a oportunidade de ascensão, que mais tarde ruiria com o declínio desse mercado. Outros, ainda, vislumbraram nas condições precárias e no isolamento geográfico as condições ideais de firmar seus negócios mercantis, numa febre do capitalismo em expansão por toda a Amazônia do século XIX.

São múltiplos os motivos pelos quais Cruzeiro do Sul acolheu pessoas de muitas localidades e culturas díspares, ao passo que expulsou o nativo, indígena da etnia *Nawá*, através das diversas expedições realizadas a referida localidade, segundo Tocantins (1992). Contudo, esses habitantes não se subjugaram às imposições culturais da modernidade que já se ensaiava na época da fundação desse município tão importante para o Vale do Juruá e para o Acre como um todo. Vê-se com isso que o etnocídio do povo *Nawá* foi erroneamente declarado, já que ressurgiu depois de anos como comunidade remanescente. Percebe-se, mesmo assim, um traço característico do processo colonizador que escancara uma violência cultural, que será discutida nas seções seguintes.

Cruzeiro do Sul tornou-se uma cidade importante, com linguagem e costumes particulares, distinguindo-se de outras localidades regionais, apresentando-se como o segundo município mais populoso do Acre, conhecido como a capital do Vale do Juruá por sua posição

geográfica estratégica. Diante de sua história de formação, muitos personagens se destacam nomeando acidentes humanos e físicos, como vê-se na avenida General Thaumaturgo de Azevedo, por exemplo. Mas quem foi esse general? Quando ele viveu e qual a sua origem? Ainda: esses personagens motivadores nominativos dos acidentes humanos ou físicos são estudados no ensino básico? Tais questionamentos foram provocativos, enquanto docente da educação básica na rede estadual de ensino do estado do Acre, fazendo-me refletir sobre a necessidade dos estudos toponímicos no ensino médio para o (re)conhecimento histórico-cultural do local em que nós, enquanto cidadãos ativos da sociedade, estamos inseridos e não (re)conhecemos as diversas subversões identitárias, sociais e culturais que provocaram as nomeações das distintas localidades de Cruzeiro do Sul nos dias atuais. Tal problemática nos induz a um estudo frente a um problema de investigação: como a toponímia pode contribuir com a formação e o ensino no nível médio? Para respondê-lo, o presente estudo tem como objetivo geral: realizar um estudo toponímico de Cruzeiro do Sul, a fim de identificar o caudal étnico, identidades e memórias que permeiam a constituição do município, valorizando a toponímia como estratégia didático-pedagógica formativa de ensino no nível médio em diálogo com diferentes campos de estudo. Traça como objetivos específicos: (re)visitar a história de Cruzeiro do Sul, identificando os agentes motivadores de topônimos cruzeirenses; inventariar nomes de ruas, avenidas, estradas, travessas e estirões, considerando o aspecto histórico-cultural e etimológico que motiva suas denominações; discutir possibilidades da toponímia como estratégia didático-pedagógica, no nível médio, sob as perspectivas educacionais da BNCC e dos PCN. Percebe-se, assim, relevância temática, pois os estudos da toponímia promovem, naturalmente, o encontro entre diferentes campos de saberes, articulando conhecimentos históricos, geográficos, antropológicos e linguísticos, enriquecendo os processos de ensino e de formação.

Para a materialização deste estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, considerando-se livros sobre a história de Cruzeiro do Sul e documentos norteadores do ensino médio, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Contudo, realizou-se uma investigação na plataforma *Google Maps*, onde foram coletados topônimos que constituem o *corpus* para análise. A partir da compreensão de que serão agregados aos estudos da toponímia do município mais nomes para análise histórico-cultural, formando um material em registro para futuras investigações, a pesquisa possui, ainda, um viés documental.

Seu esteio teórico-metodológico está na área dos estudos toponímicos, sustentando-se em autores como Maria Vicentina Dick (1990) e Cleber Eckert (2016), com interface na

Onomástica, mais especificamente com a Toponímia para o ensino e formação, recorrendo a autores como Seabra (2006) e Khoury (1989), dentre outros. Em diálogo com Leandro Tocantins (1992), historiador da Amazônia; e com Edgar Morin (2000, 2003), para enriquecer a discussão, sob a visão da complexidade, sobre a conexão entre os saberes no ensino médio.

Esta dissertação está estruturada em três seções. A primeira intitula-se “Cruzeiro do Sul em foco: a terra e suas gentes”, subdividindo-se em: “Geografia e sociedade”; “(I)migrantes em trânsito por Cruzeiro do Sul”; “Entre conflitos e insubordinação no período de produção da borracha”. Esta primeira seção faz uma abordagem linguística e cultural a partir de material publicado no município, evidenciando os traços mais importantes e característicos na fundação de Cruzeiro do Sul e evidencia a passagem de vários personagens importantes no processo de fundação do município, de diversas nacionalidades, com seus hábitos e culturas distintos, entrando em choque com a realidade observada em Cruzeiro do Sul.

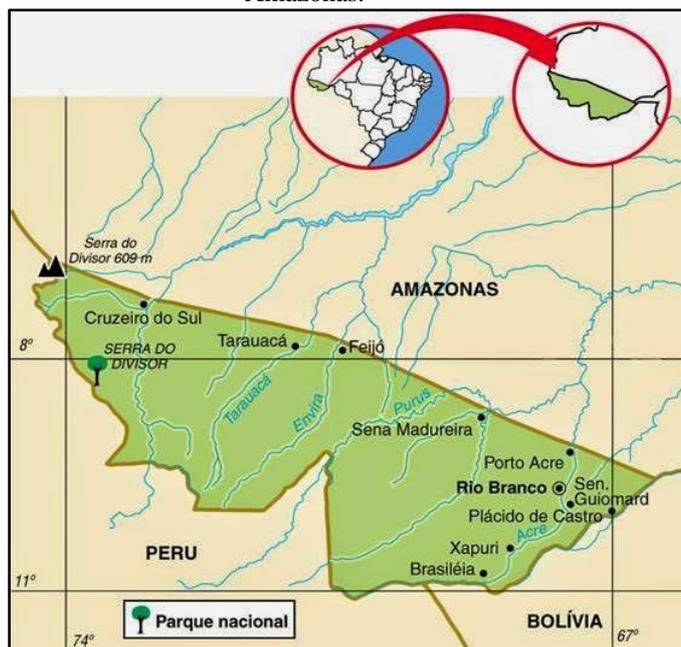
Já a segunda seção intitulada “A tessitura linguístico-cultural de Cruzeiro do Sul: o esteio teórico-metodológico” está subdividida em duas subseções: “Toponímia: a chave do segredo dos nomes”, no qual se explica como se deu a conformação étnica, com ênfase nos povos *Nawá*, que foram obrigados a sair do lugar que antes lhe pertencia para não serem subjugados; a segunda subseção “Os topônimos de Cruzeiro do Sul: o percurso metodológico” tratará sobre os topônimos identificados em Cruzeiro do Sul e a origem do nome da cidade sob a perspectiva da ciência Onomástica, assim como o esteio metodológico utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa.

A seção de número três intitulada “A toponímia como estratégia didático-pedagógica de ensino e formação” está subdividida nas seguintes subseções: “Taxionomias toponímicas em análise”; “Um olhar sobre os PCN e a BNCC: à luz da complexidade; “Contribuições da Toponímia para o ensino médio”. Esta seção promove uma discussão sobre a toponímia e suas contribuições para o ensino e formação escolar, no nível médio, a partir de uma visão interdisciplinar. Discute os conteúdos a serem abordados no ensino de língua portuguesa no nível médio e as habilidades e competências a serem desenvolvidas a partir das perspectivas educacionais da BNCC e dos PCNs, promovendo reflexões sobre como a toponímia pode contribuir com a formação e ensino no nível médio educacional de Cruzeiro do Sul.

Desse modo, após a constituição do *corpus* e da análise feita durante a tessitura dessa pesquisa, constatamos que a toponímia pode sim contribuir para a efetivação do senso crítico do aluno ingresso e/ou egresso do nível básico de ensino, mais especificamente no nível

médio, pois a Toponímia converge com diversas áreas do saber apontados nos PCN e na BNCC. Não obstante disso, acreditamos ter alcançado os objetivos elencados e espera-se que este trabalho possa despertar o interesse daqueles que não conhecem a área dos estudos Toponímicos e que possa colaborar com aqueles que desejam adentrar na rica história sociocultural de Cruzeiro do Sul através da Toponímia.

Figura 2: Mapa do estado do Acre sinalizando a localidade da cidade de Cruzeiro do Sul em relação ao Peru e Amazonas.



Fonte: < <https://www.pinterest.es/pin/843158361477201977/>>.

Os mapas se fazem importantes nos estudos toponímicos, por apresentarem os nomes dos lugares, situando-os geograficamente. Nessa perspectiva geográfica, assim, pode-se considerar todo o percurso histórico de expedições e explorações realizadas durante o período referente a extração do látex e de produção da borracha – marcos que caracterizam o grande fluxo (i)migratório na região do Juruá; a formação territorial do município concentrada em sua configuração étnica e cultural; uma compilação de valores que abrangem diversas subjetividades sociais, ideologias, lutas e interesses que se fazem presentes tanto na arquitetura local quanto na própria formação étnica da população que nela habita, assunto que será tratado nesta seção.

Cruzeiro do Sul é uma cidade rica em fragmentos culturais¹ que constroem uma identidade repleta de valores e perspectivas coletivas e individuais no amálgama² dos saberes culturais no entrelaçamento de povos, costumes e interesses que reproduzem diversas proporções de acordo com o crescimento da cidade. Araújo (2016, p. 97) ressalta que “inúmeros migrantes nordestinos, particularmente cearenses, chegaram à região. Além de estrangeiros de diversas nacionalidades que também se constituíram desbravadores e povoadores” configurando, dessa maneira, a cultura cruzeirense com “as mesmas características históricas

¹ Utilizou-se o termo “fragmento cultural” por existir diversas culturas que se entrelaçam nas raízes culturais de Cruzeiro do Sul, resultado dos fluxos e migrações durante o período de colonização do município.

² Mistura de coisas diversas. Fonte: Dicionário Soares Amora, 19ª edição, 2009.

da ocupação não só do Estado do Acre, mas da Região Norte. Resultante da vinculação, em mídia nacional, de uma campanha para povoar esta região.” (ARAÚJO, 2016, p. 97).

Mas afinal, no que consiste uma “configuração étnica e cultural” quando se trata de determinada localidade? Em se tratando de territórios e lugares, a referida expressão nos remete à compreensão antropológica dos traços culturais que fazem parte de diversas culturas e, quando em choque, se entrecruzam para dar origem a uma nova cultura híbrida (RIBEIRO, 1975).

Enoque Pessoa (2004) chamou à atenção para o fato de diversos povos fazerem parte da constituição da população de Cruzeiro do Sul: nordestinos, negros, indígenas, portugueses, italianos, gregos, alemães, franceses, libaneses criando uma rede de interações e de contatos culturais que fazem com que esses pontos de choque cultural criem novas identidades na língua, cultura, costumes, dentre outros aspectos sociais.

Além da grande migração de nordestinos e nativos indígenas que configuram majoritariamente o povo cruzeirense, o historiador Carlos Alberto Souza (2013, p. 69) corrobora com Enoque Pessoa ao afirmar que “[...] os registros nos apontam evidências de que Sírios e Libaneses, homens e mulheres ajudaram a formar as fronteiras amazônicas, acreanas e cruzeirenses em várias dimensões da vida”.

Araújo (2016, p. 110) assinala que “[...] os italianos que vieram para Cruzeiro do Sul desde os primórdios da colonização da região [...] eles vieram no mesmo período que os nordestinos. Se conheceram em seus negócios, um comprando e outro vendendo, numa época áurea de produção da borracha e de intenso comércio”. Não apenas italianos, mas pessoas de diversas origens, culturas e línguas participaram da formação histórica de Cruzeiro do Sul tal como se apresenta hoje. Esse entrecruzar de culturas e povos será discutido nas subseções a seguir.

Como relatado anteriormente, as terras acreanas, em especial Cruzeiro do Sul, eram habitadas, majoritariamente, por tribos indígenas antes das grandes explorações realizadas por caucheiros peruanos, seringueiros imigrantes e demais exploradores tanto nacionais quanto internacionais na referida localidade. Dentre as diversas tribos que configuram, originariamente, a etnia do município de Cruzeiro do Sul, damos destaque aos Nawá que, segundo o Parecer nº 123/86 do Instituto Socioambiental, datado em 27 de março de 1987, afirma que “[...] a mais importante era a dos Nawá, dominando toda a área até o extenso estirão que hoje tem seu nome. Cruzeiro do Sul é chamada de “Terra dos Nawá”, considerando uma das raízes da formação étnica da região”.

Por conta disso, faz-se necessário discutir, nessa parte do texto, o conceito de conformação étnica local, uma tarefa básica da Antropologia, que busca por produzir o

conhecimento sobre a “identificação étnica” enquanto processo sociopolítico que envolve diversos mecanismos para diferir e manter fronteiras ou limites entre pessoas e seus grupos sociais (SILVA, 2005).

Tais mecanismos podem ser apreendidos, por sua vez, na forma de “arenas de discursos” responsáveis pela articulação não só das representações sociais e das formas de representar os “índios” por diversos sujeitos localmente situados, mas também das representações que agentes e agências indigenistas trouxeram e trazem para a cena local, uma vez que foram e são acionados como instâncias de colonização ou de intermediação do conflito interétnico. (SILVA, 2005, p. 122)

O que se percebe, ao analisar a historiografia local, é que os indígenas *Nawá* foram sucumbidos pelo processo de aculturação não indígena no processo de formação de Cruzeiro do Sul, obrigando-os a fugirem para se manterem vivos, ao passo que até foram dados como “extintos”, só reaparecendo décadas depois. No tecido social, o fato de os indígenas que aqui viviam terem sido aculturados ou expulsos e terem sua conformação étnica evidenciar um processo semelhante a nível nacional, restando apenas traços da cultura indígena na população local.

Para compreender melhor a dimensão desse fato social é imprescindível fazer uma leitura etnográfica da realidade vivida pelos indígenas que passaram por tal “conformação étnica” por força de opressão dos brancos que construíram Cruzeiro do Sul sob os escombros de povos indígenas de notória importância. Essa discussão só veio à tona com os discursos indigenistas emergindo na sociedade atual, o que colaborou por reorganizar a vida dessas pessoas por meio de dispositivos de poder estatais e de tutela ou governo dos indígenas (SILVA, 2005).

Essa discussão acarreta outra: a categorização étnica de pessoas e grupos como indígenas. Segundo Silva (2005, p. 123), “[...] não basta investigar a dimensão discursiva da identificação étnica em nível local, mas também e, principalmente, o englobamento desta dimensão pela esfera indigenista”. Isso porque a identificação étnica dos indígenas “misturados” tornou-se um problema técnico e burocrático, pois as agências indigenistas pretendem monopolizar o significado de se considerar indígena para regular a garantia dos direitos às pessoas indígenas, baseados em critérios puramente racionais.

[...] o drama de identificação ou reconhecimento oficial vivido pelos “índios misturados” não deveria ser reduzido a um questionamento sobre serem eles indígenas ou não, uma vez que foram submetidos a processos de integração nacional (aldeamento, acamponesamento e proletarianização são apenas alguns desses processos), mas em como reconhecer a permanência de suas identidades indígenas particulares a despeito das transfigurações étnicas a que foram submetidos. (RIBEIRO, 1970 *apud* SILVA, 2005, p. 123)

Isso posto, fica claro que identificar uma pessoa como indígena não é simples, pois exige um modelo de interpretação que abarca múltiplos processos de mistura conformadores de múltiplas indianidades, segundo Silva (2005). Nos dizeres do autor, situações específicas dentro da história deixam clara a função miscigenadora e integradora dos vários processos de territorialização de sociedades colonizadoras sobre populações tradicionais, a exemplo dos Nawá no território de Cruzeiro do Sul, caracterizando o etnocídio (SILVA, 2005).

Nessa direção, Weaver (1984) elaborou teoricamente a esfera de conformação da etnicidade pública, a qual afeta a conformação das identidades indígenas ou das indianidades, que nada mais é que as modalidades étnicas de ser indígena. Nas palavras do autor, o poder de definir e legitimar essa forma de etnicidade cabe ao Estado-nação, que pode, como nos últimos anos, incorporar alguns dos símbolos das demandas indígenas em suas definições. Embora os grupos aborígenes participem claramente desse processo de definição hoje, na medida em que se esforçam para negociar com o governo as definições que preferem, raramente têm o poder de gerenciar o processo de definição, segundo Weaver (1984).

Nesse caso, cabe aos antropólogos, sociólogos, linguistas a tarefa fundamental de mediar as “políticas de identidades”, a fim de defini-las e implementá-las. De todo modo, não é cabível desconsiderar a conformação étnica local que sofreram os indígenas que aqui viviam antes da fundação de Cruzeiro do Sul. Ignorar a violência nesse processo é ignorar a história e o passado triste que acompanha a história das grandes colonizações e dos povoamentos no mundo em diferentes momentos.

Percebe-se, assim, as questões indígenas inseridas em uma complexidade que vai ao encontro da conjuntura em que a cultura brasileira se constitui, por meio de processos de aculturação e adaptação desde o período de colonização do Brasil. Destaca-se, entretanto, no processo de formação da cultura cruzeirense, uma dinâmica que coloca o indígena como agente colaborador para um *modus vivendi* particular, onde o ambiente amazônico interfere nos modos de sentir a realidade regional. Aqui, são apresentados alguns pontos apenas, destacando o indígena como elemento que contribui com as formas de lidar com a natureza.

1.2 (I)MIGRANTES EM TRÂNSITO POR CRUZEIRO DO SUL

Para o nosso estudo, devemos compreender a unidade léxica (i)migrante no sentido de “estrangeiros”. O termo (i)migrante apresenta-se aqui como ampliação do sentido de “estrangeiros”, sujeitos advindos de outras localidades, seja nacional ou internacional. Segundo o Guia para comunicadores (2019, p. 10)

a palavra “migrante” costuma ser utilizada para designar aquele que se desloca dentro de seu próprio país e também pode ser usada para falar dos deslocamentos internacionais. Alguns especialistas, inclusive, aconselham o uso do termo migrante quando se fala de migrações entre países, por ser abrangente e não simplista. Já o termo “imigrante” se refere em específico à pessoa que vem de outro país. (Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf >)

Constam, na historiografia da cidade de Cruzeiro do Sul, os fluxos de estrangeiros no município, desde a época de sua fundação, a maioria provocados por questões capitalistas, movimentados por oportunidades de novos negócios na terra ainda inexplorada, segundo Araújo (2016). Sabe-se que esse trânsito ocasionou a formação de uma cultura específica no município, uma vez que o choque entre culturas cria traços de hibridismos, conforme já se discutiu anteriormente.

Em linhas gerais, nos dizeres de Araújo (2016) durante o povoamento e exploração de Cruzeiro do Sul se entrecruzaram diversos (i)migrantes, de lugares bem distintos: portugueses, franceses, sírios, libaneses, italianos, judeus e um grego, além de missionários norte-americanos, mais tarde.

“Os portugueses chegaram ao longo dos anos 1900 a 1930, em geral empresários, comerciantes ou gerentes de seringais de outros patrícios seus que moravam normalmente em Manaus ou Belém” (PESSOA, 2004, p. 76). A atividade mercantil por aqui era promissora, uma vez que os mantimentos eram escassos, inflacionados e necessários, tendo em vista a região ser geograficamente isolada, como ainda pode ser considerada em pleno século XXI, com uma BR-364 problemática e com passagens aéreas tão inacessíveis.

Lusitanos mais destacados nas notícias de O rebate, de 1921 a 1930 e de O Juruá, de 1950 a 1960 eram: Luiz Antonio Meirim Pedreira, chegou em Cruzeiro do Sul em 1925, foi empresário e proprietário do seringal e da casa Pedreira & irmãos. Foi o primeiro empresário a trazer um caminhão, movido a vapor, para Cruzeiro do Sul. Arthur leporino dos Santos Lima chegou em 1908, foi um comerciante e político bastante influente na cidade, seu neto Henrique Afonso se tornaria deputado federal do Acre em 2002. Zé ferino ramos e D. Gertrudes chegaram em 1905, eram proprietários dos seringais invencíveis e Miritizal. Alexandre Sobral era proprietário dos armazéns fuzuê. Ele trouxe o segundo caminhão a vapor, fabricado pela Ford motor company, para a cidade, em fevereiro de 1928 [...]. Temos ainda o português Manoel velhote, fê Félix de Carvalho Farias, chegou em 1887. Pedro Moraes, Antônio Rodrigues Nogueira Júnior, José Vicente de Assunção e João Ribeiro Brasil Montenegro, Arthur Tourinho, que era professor em 1908. (PESSOA, 2004, p. 78)

Nos estudos de Pessoa (2004) já se percebe a dimensão de trânsitos de pessoas estrangeiras nas terras cruzeirenses, contribuindo para o que hoje conhecemos e usufruímos. Todos tiveram a sua importância, seja no comércio, nos seringais, na política, enfim, na

evolução de uma cidade que era até então desconhecida por muitos e atrasada em todos os aspectos.

Outros imigrantes de destaque na história de Cruzeiro do Sul são os sírios e libaneses, que vieram principalmente atraídos pelo látex, popularmente conhecido à época como “ouro negro”, fazendo menção ao leite da seringueira defumado, que se tornava sólido e ganhava a cor escura.

Temos Said Assem, em 1927, que era proprietário do Armazém e da padaria Bahiano. Seus filhos Hamid e Mamede continuaram a tocar os comércios. Said Barani era proprietária da casa Síria, no Boulevard Thaumaturgo, foi pai de 9 filhos, mas Mamede é o único que ficou morando na cidade.

Elias Jorge Barbari era comerciante, seu filho era o senhor Estevão Barbari que deixou uma grande descendência espalhada por Cruzeiro do Sul, Rio Branco e outras cidades brasileiras.

Temos ainda Miguel Affai Fecury, que era pai de Helena Afiffe Affaix. Mhamed Abraham, José Miguel Cury e Jorge Macul Nacif, regatão de pequeno porte no alto Juruá.

Outros sírios e libaneses eram bastante conhecidos da população local por serem comerciantes regatões, ou arrendatários e depois donos de seringais. Seus filhos, netos e bisnetos estão em Franca atividade comercial e de produção agropecuária em Cruzeiro do Sul.

Mhamed Cameli foi comerciante no alto Juruá, pai de marmo de e avô do ex-governador do Acre e ex-prefeito de Cruzeiro do Sul, o empresário filantropo Orleir Cameli, seus irmãos Eládio e Chiquinho.

Mustapha e Said Tobu vieram da Síria. Mustapha em 1936, suas atividades eram comerciais. Mostafa foi pai de Abdul e Nosser Almeida. Nosser foi deputado federal no Acre por duas legislaturas. Mamed Charif El Chamy Foi pai de Salim, um dos maiores pescadores de Cruzeiro do Sul. Alfredo Said, seringalista do alto Juruá, era pai de Armédio Said, casado com Débora, filha de Mâncio Lima. (PESSOA, 2004, p. 81)

A lista de sírios e libaneses, conforme se percebe, é extensa. Nos estudos de Carlos Alberto Alves de Souza (2013), evidencia-se que os sírios e libaneses muito contribuíram com a formação das fronteiras amazônicas, homens e mulheres de bem que se deslocaram para cá em busca de oportunidades e contribuíram em várias dimensões da vida. Foram indispensáveis no comércio e no fornecimento de mantimentos na região, principalmente com a exploração da borracha na segunda metade do século XX, ajudando a formar cidades e bairros, influenciando também nos costumes locais, que culminaria na construção de uma cultura na Amazônia.

Além dos que foram aqui mencionados, também passaram por Cruzeiro do Sul pessoas de origem judaica, principalmente comerciantes, como Marcos Elieser e Lião Elieser Bensabath. Também desempenharam funções públicas, como o promotor Oswaldo Hardman Castelo Branco, segundo Araújo (2016).

Não obstante, no início do século XX, Luciano Levy, um francês, veio para a Amazônia com a família, ficando no município de Feijó e se casando com uma peruana. Seu filho Eduardo também se casou com Aglaia, irmã de Arcádia e Amanda, mulher de Raimundo Quirino Nobre,

sendo considerado de 1950 a 1960 o maior dono de seringais no Alto Juruá, segundo pesquisas realizadas por Araújo (2016).

Por conseguinte, vale destacar que os italianos, gregos e até norte-americanos também desbravaram essas terras cruzeirenses:

Os italianos que vieram para cruzeiro do sul desde os primórdios da colonização da região [...] Foram Tancredo Cremonesi e sua esposa. Antonio Brozzo, pai de Autilho. Francisco Ciacci era pai de Iracema, Isa e Idinha, residente na rua 13 de maio em 1927.

[...]

O jornal O rebate menciona o grego Nicolau Demetris Iivas, que morava na avenida 07 de setembro, em 1927. Seus filhos deram sequência aos seus empreendimentos.

[...]

Joseph e Ann Gordon Brandon eram missionários norte-americanos que passaram a morar em cruzeiro do sul a partir de 1926.

Eles vieram no mesmo período que os nordestinos. Se conheceram em seus negócios, um comprando e o outro vendendo, numa época áurea da produção da borracha e de intenso comércio. (PESSOA, 2004, p. 85)

Nos dizeres de Pessoa (2004, p. 131), “Os imigrantes devem ser vistos como sujeitos históricos construindo identidades, vivendo experiências sociais, às vezes como vítimas, mas como sujeitos históricos que construíram modos de viver e resistências na região”. Logo, percebe-se que, assim como em todo o processo de ocupação do país, em Cruzeiro do Sul não foi diferente e os choques culturais entre tantos indivíduos de nacionalidades tão diferentes é o que contribui para novos costumes culturais, linguísticos e sociais que tornam cada cidade única em suas características mais peculiares.

Vale ressaltar que todos esses imigrantes conseguiram, com sua força de trabalho, alcançar um lugar de destaque na sociedade cruzeirenses da época, embora tendo vindo de lugares distantes e precisarem enfrentar uma realidade com a qual não estavam acostumados. Mesmo diante do isolamento geográfico, dos perigos naturais e de desafios, até mesmo linguísticos, para se adaptarem, essas pessoas contribuíram para a consolidação de Cruzeiro do Sul como município, sendo hoje o segundo município mais populoso e importante do Acre.

Retomando ao que sugere o título desta seção, é impossível discorrer sobre a inauguração da cidade que hoje é denominada Cruzeiro do Sul sem relembrar o processo de povoamento nessa região que se deu por meio dos fluxos hidrográficos – único meio de acesso entre localidades no século XIX. Desde 1.500, quando se deu, historicamente, o que conhecemos como “descobrimento do Brasil”³, o principal meio de transporte entre localidades era por vias fluviais. O processo de imigração em todo o território acreano não ocorrera de

³ Terras que já eram habitadas por indígenas antes da chegada dos portugueses.

maneira diferente. Marcada por embates territoriais e diversas expedições, as terras acreanas foram o palco de lutas e conflitos entre povos brasileiros, bolivianos e peruanos.

Foi em meados do século XIX que a região acreana recebeu um grande fluxo de expedições, sendo “penetrada por homens vindos de outras partes do Brasil por meio dos rios Madeira, Purus, Juruá, Tarauacá, Acre e seus afluentes” (BISPO 1994, p. 4), esses homens nada menos eram que coletores, pescadores e caçadores isolados, que atraídos pelas riquezas naturais oferecidas pelas grandes florestas e rios dessa região, iniciaram suas explorações. Bispo (1994, p. 4) ressalta que “entre eles, salientaram-se, entre outros, Francisco Manoel da Cruz e Flores Nicolau José de Oliveira, que alcançaram o Tarauacá já antes de 1847”. Fato importante a ser destacado durante todo esse processo de expedições realizadas através dos rios, além da busca de riquezas naturais para exportação visando o lucro, está a “pacificação” dos indígenas isolados habitantes em toda a extensão dos rios percorridos.

Entre os anos de 1847 e 1850, o rio Juruá, que percorre por toda a região do município de Cruzeiro do Sul, já recebia suas primeiras explorações de caráter não oficial. Segundo Bispo (1994, p. 4), o referido rio recebeu sua primeira exploração “pelos irmãos Christovan e Antonio Coelho, assim como peruano Pedro José Sevalho, à procura de ovos de tartaruga e de óleo de copaíba”, produtos que eram encontrados em abundância nessa localidade com vasta fauna e flora.

Além das explorações iniciais realizadas por (i)migrantes no rio Juruá, temos, historicamente, três explorações marcantes que foram realizadas pelo rio Purus, sendo a primeira, ao que tudo indica, ocorrida no ano de 1852 quando João Rodrigues Cameté e Romão José de Oliveira navegarem pela região com o objetivo de “pacificar” os indígenas encontrados na região. Segundo Souza (2005, p. 78), “João Rodrigues fundou no sítio Porticatuba, no Purus, um posto militar, no sentido de promover aldeamento dos indígenas naquela área, “amansando-os”, para que não promovessem ataques aos brancos que por ali navegassem”. A segunda foi realizada em nome do Governo do Amazonas pelo pernambucano Serafim Salgado, com o objetivo puramente econômico de verificar se o rio Purus se ligava fluvialmente com o rio Madeira pois, segundo o historiador Leandro Tocantins (1979, p. 108), “a confirmação desse acidente geográfico vinha trazer benefícios reflexos à vida da capital amazonense, pois seria logo utilizada para via de transporte de bovinos, indispensáveis ao suprimento das necessidades alimentares”, essa exploração levou-o até a desembocadura do Iaco. A terceira exploração foi realizada sob a liderança de Manuel Urbano da Encarnação “com o objetivo de encontrar um caminho à Bolívia para a importação de gado” (BISPO, 1994, p. 4), fato apontado também pelo historiador Tocantins (1979, p. 109), corroborando que a “finalidade de procurar caminhos de

junção com a Bolívia, ou por terra, ou por água, preservando na ideia de importar gado” era sua principal missão. Manuel Urbano da Encarnação ficou conhecido por ser o que mais conhecia a região tendo em vista as 2.800 milhas percorridas desde o rio Acre até o rio Madeira e é tido, por muitos historiadores, como o verdadeiro explorador do rio Purus por ter sido o descobridor da primeira árvore de caucho⁴ da região, constatando, portanto, a riqueza da região acreana e iniciando o comércio com a mão de obra de várias tribos indígenas, a mando do presidente da Província do Amazonas, Manoel Clementino Carneiro da Cunha.

Para região do Juruá, onde está localizada a Cidade de Cruzeiro do Sul, as expedições pelo rio Juruá de caráter oficial iniciaram no ano de 1852, sendo a primeira sob o comando de Romão José de Oliveira que tinha como missão atrair e pacificar populações indígenas que resistiam e confrontavam às margens do referido rio contra os “brancos” que por ali navegavam (SOUZA, 2005, p. 78). Um ponto importante a ser observado em todas as expedições e explorações realizadas através dos rios que percorrem o território acreano tinham objetivamente, além de sondar toda a riqueza natural existentes nessas localidades, manter contato amigável com as tribos indígenas que aqui já habitavam, para que não houvesse confrontos durante o processo de posse das terras e comercialização que ocorrera, realizada por outros governos (nacionais e internacionais) em busca de produtos nativos existentes e encontrados nessa região.

A expedição considerada mais significativa para o Amazonas, como exploradora da região do Juruá, ocorreu no ano de 1857 por João da Cunha Correia, atingindo a foz do rio Juruá-Mirim. Segundo o historiador Souza (2005, p. 78)

João da Cunha Correia, nomeado em 1854, pelo presidente (Amazonas) João Pedro Dias Vieira, ativo, afeito ao tratado com os nativos e à terra virgem, atirou-se às indagações que o governo lhe pedia. Já em 1856, em ofício de 20 de agosto de 1856, apresentava esclarecimentos minuciosos... E em 1857, aprovada a proposta que fizera para uma excursão rio-acima, partia de Tefé, a 13 de outubro, com dez guaras nacionais daquele município, alcançando o rio Juruá-Mirim. (*apud* ARTHUR REIS, 1941, p. 17)

João da Cunha Correia ficou, portanto, reconhecido e citado por fontes históricas como diretor de indígenas e “desbravador do Juruá” (BISPO 1994, p. 4). Foi através dessa primeira expedição realizada à região onde hoje situa-se a cidade de Cruzeiro do Sul que se constatou, segundo Reis (1974, p. 39), que “o município era habitado por diversas tribos indígenas,

⁴ Substância elástica, obtida por coagulação e sacagem do látex extraído de certas plantas; designação comum, extensiva a outras árvores de cujo látex se faz borracha, também conhecidas por árvore-da-borracha, seringueira, etc. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/caucho>> acesso em 2 de junho de 2021.

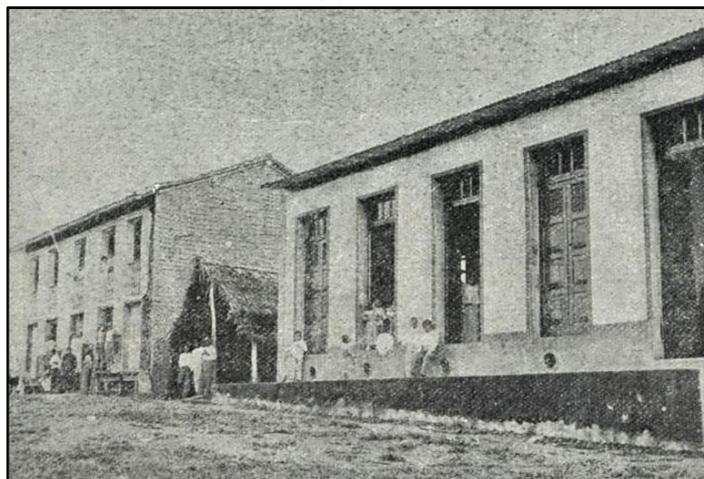
merecendo especial destaque o grande império dos Náwas, cujo domínio se estendia por grande extensão” sendo a principal tribo dominante e protetora da região, que com suas flechas fez retroceder a expedição do geógrafo inglês William Chandless. Segundo Reis (1974, p. 39) “o geógrafo inglês Willian Chandless, em 1867, atingiu as alturas do rio Campinas, dali retrocedendo em face do ataque dos Náwas”.

Além dos Nawás, outras tribos também já habitavam na região que hoje compreende o município de Cruzeiro do Sul, sendo ao todo quarenta e nove tribos que, segundo o site da prefeitura do referido município “[...] eram pertencentes a etnias de línguas Pano, e se dividiam em grupos com as denominações particulares tais como Ararauas, Catukinas e Curimas. Na época das explorações foram encontradas as tribos Amahuacas, Jamináuas, Capanáuas e Caxinauás” (PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL, 2022), dentre as demais podemos citar “as tribos dos Amoacás, dos Araras, dos Campos e dos Colinas” Reis (1974, p. 39). Vemos, dessa maneira, que falar da inauguração discursiva da Cidade de Cruzeiro do Sul sem antes permearmos o histórico de explorações realizadas nessas terras e termos ciência dos povos que já habitavam nessas terras antes das explorações realizadas por imigrantes de outras partes do Brasil e do mundo, é fechar os olhos para o caudal étnico que precede os dias atuais da região do Juruá, assunto que será tratado na sessão seguinte.

A instalação territorial do município de Cruzeiro do Sul se deu com a chegada do primeiro prefeito, nomeado pelo Presidente da República, Gregório Thaumaturgo de Azevedo que, para fundar a cidade, acampou na margem direita do rio Juruá, em frente a embocadura do rio Moa, em um sítio denominado Seringal Buritizal⁵ que era de propriedade de um amigo português chamado Zeferino, segundo Reis (1974). Thaumaturgo deu início ao processo de “criação” do município no dia 7 de setembro de 1904, porém, “a instalação, de fato, ocorreu em 28 de setembro do mesmo ano, embora o Decreto n.º 1 assinado pelo prefeito, Coronel do Exército Nacional, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, date de 7 de setembro de 1904” (REIS, 1974, p. 40).

⁵ Atualmente existe um bairro nomeado Miritizal, localizado no segundo distrito da cidade de Cruzeiro do Sul, que faz referência ao Seringal Buritizal no qual moradores antigos do local narram que o nome se deu por haver, naquela época, inúmeras árvores frutíferas do Buriti.

Figura 3: Local onde foi inaugurado o Departamento do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul - foto de 1907.



Fonte: Blog Alma Acreana (2012).

Um marco importante a ser ressaltado está registrado em 12 de setembro de 1904, quando a sede provisória do município foi instalada em um local denominado “Invencível”, situado na foz do rio Moa, que, por conseguinte, através do decreto de n.º4, o Coronel Thaumaturgo – e também prefeito nomeado do referido município –, segundo o site Contilnet (2016), “autorizava a transferência da sede da Prefeitura para o Seringal Centro Brasileiro, à margem esquerda do Juruá”, sendo esta “propriedade adquirida de Antônio Marques de Menezes” (REIS, 1974, p. 71). Segundo o site da prefeitura do município de Cruzeiro do Sul, a decisão de transferir a sede da prefeitura municipal se deu porque

[...] no antigo lugar faltava área suficiente para o desenvolvimento futuro da cidade, além do problema das inundações periódicas, resultantes das enchentes do rio. Na área do Centro Brasileiro, a geografia apresentava muitas colinas (terras livres de inundações), facilitando a implantação da futura cidade de Cruzeiro do Sul, atendendo, ainda, outras considerações de ordem administrativa e comercial. (PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL, 2021. Disponível em: <<https://www.cruzeirodosul.ac.gov.br/municipio>>)

Após todo o processo de transferência e anexação definitiva em 28 de setembro de 1904, instituída sob decreto, o ato de inauguração do município foi marcado por desfile cívico, discursos de seringalistas e outras personalidades presentes nesse marco histórico. Em uma entrevista dada ao site jornalístico G1 Acre, o historiador Antônio Francinei Rocha conta que “a cidade nasceu com uma parada militar, com discurso do juiz, desfile de seringalistas e fez nascer uma cidade de ata de fundação” (G1 ACRE, 2016)⁶. Os desfiles cívicos se tornaram, desde então, uma forma de celebração para comemorar, em 28 de setembro, a inauguração da

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/09/planejada-por-marechal-thaumaturgo-cruzeiro-do-sul-completa-112-anos.html>>

cidade de Cruzeiro do Sul que foi planejada também por Thaumaturgo de Azevedo. A ata da fundação da cidade fundamenta a fala do historiador Rocha ao G1 Acre, e nos revela ainda que há uma controvérsia no que tange ao número do decreto – citado pelo site da própria prefeitura do município e a ata da fundação da cidade – que autorizou a transferência da sede provisória da prefeitura do lugar “Invencível”, para o “Centro Brasileiro”. Consta-se então que

[...] aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quatro, da era de Christo, 83º da Independência e do Império e 16º da República, sendo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil o Exmo. Snr. Dr. Francisco, de Paula Rodrigues Alves e Ministros do Estado os Exmos. Snrs. Dr. José Joaquim, da Fazenda; Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, das Relações Exteriores; Marechal Francisco de Paula Argollo, da Guerra, Almirante Júlio Cesar de Noronha, da Marinha; Major Lauro Severino Muller, da Viação, Indústria e Obras Públicas; com a presença dos Snrs.: Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento; Dr. Fernando Luiz Vieira Ferreira, Juiz do Distrito; Dr. Manoel Fellippe de Souza Leão, Promotor Público; Tenente Coronel da Guarda Nacional Theodoro Monteiro da Cunha, escrivão e tabelião; Tenente-Coronel Cipriano Alcides, comandante do 15º Batalhão de Infantaria; Oficiais do mesmo Batalhão; funcionários da Prefeitura e diversas pessoas gradas todos reunidos na praça principal do lugar denominado “Centro Brasileiro”, situado na margem esquerda do rio Juruá, para o fim de assistir a colocação da pedra comemorativa da fundação da sede permanente da Prefeitura do Alto Juruá, foram lidos os decretos da Prefeitura, desta data, n.º 8, relativo a transferência da sede provisória da Prefeitura, do lugar “Invencível”, para o “Centro Brasileiro” que passou a chamar-se “Cruzeiro do Sul”; n.º 9, criando uma medalha comemorativa do ato solene da Fundação da mesma sede; n.º 10 da criação de uma escola mixta de ensino primário, para (sic) menores; n.º 11 do estabelecimento de outra escola de ensino primário para adultos, aquela com denominação de “Escola Visconde do Rio Branco” e está com a de “Escola Rodrigues Alves”, e bem assim diversos discursos análogos no ato, pelos Snrs. Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento; Dr. Manoel Felipe de Souza Leão, Promotor Público; Henrique Pereira Lucena, secretário Geral da Prefeitura; Fran Pacheco, Oficial de Gabinete do Prefeito; alferes Nylo Guerra, chefe da seção da Secretaria Geral da Prefeitura; alferes Luiz Sombra, chefe de seção da Diretoria do Interior. (REIS, 1974, p. 42-43)

Na ocasião, foi registrado ainda que, além dos discursos de personalidades da época e do desfile cívico, houve ainda um ato que podemos chamar de “arquivamento simbólico”, em caixa cimentada no solo, de documentos – julgados importantes e que manteve os registros durante o processo de conquista das terras acreanas – e moedas de prata, níquel, cobre dadas por cidadãos comuns e cidadãos que ocupavam grandes cargos na época, além de vários cartões de visita.

[...] na ocasião depôs-se em cova aberta no solo, com base e paredes de alvenaria cimentada, uma caixa de folha de zinco 0m, 30 de comprimento, 0m, 23 de largura e 0m, 12 de altura, dentro de outra de madeixa de lei, de 0m, 32 comprimento, 0m, 28 de largura e 0m, 15 de altura, aquela pintada de roxo terra e esta de amarelo, em todas as faces em uma outra de madeira, também de lei, 0m, 39 de comprimento 0m, 32 de largura e 0m, 20 de altura, encerradas ainda em uma última de madeira igualmente de lei, de 0m, 42 de comprimento, 0m, 36 de largura e 0m, 25 de altura, e o todo contido em uma nova caixa de cimento, que foi assente na sobredita cava, formando um massiço (sic) de forma prismática rectangular.

Na caixa acham-se os seguintes documentos: Os discursos proferidos a respeito da cerimônia, o n.º 1 da *Remasença*, revista fluminenses, trazendo o retrato do Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, oferecido pelo Capitão Edmundo Francisco Xavier de Barros, *O Acre* de Thaumaturgo de Azevedo, *Diário Oficial*, de 14 de janeiro, de 4 e 5 de março, de 17 e 28 de abril, ns. aluzivos à questão de Acre e o tratado da Bolívia o *Jornal do Comércio*, do Rio, de 18 de julho, com o acordo brasileiro-peruado, o jornal *Commercio Manaus* de 8, 10 e 24 de julho, com notícias sobre a Prefeitura do Alto Juruá, *O Progresso* n.º 1 do Amônia, relativo ao tratado com a Bolívia todos oferecidos pelo Coronel Thaumaturgo, *Os Interesses Maranhenses*, Livro de Francisco Pacheco, oferecido pelo autor, o decreto de 28 de outubro de 1899, sobre eleições federais, oferecido pelo Dr. Vieira Ferreira, *Jornal do Commercio*, de 10 de julho a Província do Pará, da mesma data e *Folha do Norte*, de 23 de julho, todos do Pará, oferecidos pelo Alferes Luiz Sombra. O *Brasil Marcial* com o retrato do Dr. Thaumaturgo de Azevedo, oferecido pelo tenente Fernando Guapindaia, o *Jornal de Sergipe* de 17 de julho de 1902 e o *Resistente de Minas* de 14 de fevereiro de 1903, oferecido pelo alferes Nylo Guerra, as moedas de prata de 2\$000 de 1888, de 100 réis de 1889, de 100 e de 200 réis de 1901, e uma de cobre de 20 réis de 1895, oferecidas pelo coronel Thaumaturgo de Azevedo, as moedas de 400 réis de níquel, de 1901, e outra de 100 réis de 1885 e uma de 10 réis de cobre pelo capitão Dr. João Batista Neiva de Figueiredo, uma moeda de níquel de 400 réis, de 500 réis de 1864 e de 200 réis de 1859, oferecidas pelo cidadão Antônio Marques de Menezes, as moedas de níquel de 200 réis, de 1901, e um facmille das assinaturas de D. Pedro I e de D. Pedro II e do Regente Pedro de Araújo Lima oferecidos pelo alferes Nylo Guerra, e vários cartões de visita. (REIS, 1974, p. 43 – 44)

Corroborando detalhadamente a fala do historiador Antônio Francinei Rocha ao site G1, a Ata da inauguração do município consta que

[...] assistiu ao ato uma companhia de guerra que fez evoluções militares, retirando-se mais tarde para o seu acampamento, no “Invencível”, assim como todos os presentes, a fim de tomarem parte na continuação dos festejos comemorativos da data de 28 de setembro e em regozijo pelos atos da Prefeitura. E para constar se lavrou esta ata, que vai assinada pelos assistentes, e da qual se fizeram três exemplares: uma para ser enviado ao Exmo. Snr. Ministro da Justiça, e Negócios Interiores, um para ser depositado no Arquivo Geral da Prefeitura e o outro que é encerrado nas referidas caixas e está na cava, fechado com alvenaria cimentada e sobre a qual é levado um tronco de pirâmide de 0m, 50 acima do solo. Seguem-se as assinaturas:

Gregório de Thaumaturgo de Azevedo, Fernandes Luiz Vieira Ferreira, Manoel Felipe de Souza Leão, Theodoro Monteiro da Cunha, Cypriano Alcides, Major Benjamin da Cunha Moreira, Henrique Pereira de Lucena, Capitão José Custodio da Silveira, Capitão Domingos Gomes Rocha, Tem. Pedro Lustoza de Araujo Costa, Dr. Fernando de Aquino Gaspar, Alferes Antônio Sebastião Ribeiro, Alferes João Sebastião Dias, Alferes Brígido Nunes Ferreira Pará, Alferes Antônio Padilha, Capitão J. Batista Neiva de Figueiredo, Capitão Domingos Jesuino Júnior, Manoel da Costa Monteiro Vilas Boas, Manoel Fran Pacheco, Tem. Fernando Guapindaia de Souza, Capitão Edmundo Francisco Xavier, Alferes Nylo Guerra, Alferes Luiz Sombra, José Pereira de Brito L. de Barredo, Manfredo Catanhêde, Domingos Cunha Souto Maior, Afonso de Souza Rabelo, Candido Thomé Rodrigues, Alferes Raymundo dos Santos, Alferes Augusto Lima Mendes, Alferes Hermínio Castelo Branco, Gertrudes da Silva Ramos, Anna de Holanda, Amabile Mena Barreto, Francisca de Oliveira, Maria da Conceição, Maria do Carmo, Maria Raimunda, Clotíldes Barbosa de Menezes, Maria de Nazareth, Tem. José Lucas Barbosa, Gervasio Nogueira, Zeferino da Silva Ramos, Francisco de Castro Lima, Pedro Telles de Menezes, Manoel Absolon de Souza Moreira, José Josué Queiroz Lima, João Ribeiro Brasil Montenegro, João Batista de Oliveira Maia, Antônio Castro Lima, João Pedro Sevalho, Francisco Carlos de Oliveira, Cap. Felipe Fernandes de Castro, Joaquim Jaques de Castro, Miguel Horacio da Silva, Manoel Bras Melo (sic), Manoel Nogueiro Pinheiro, Francisco Pereira Ramos, Francisco Januário de Assis, Coronel Bachareo Adriano Pimentel, Nelson Campos da Silva, Manoel Rodrigues de Moura,

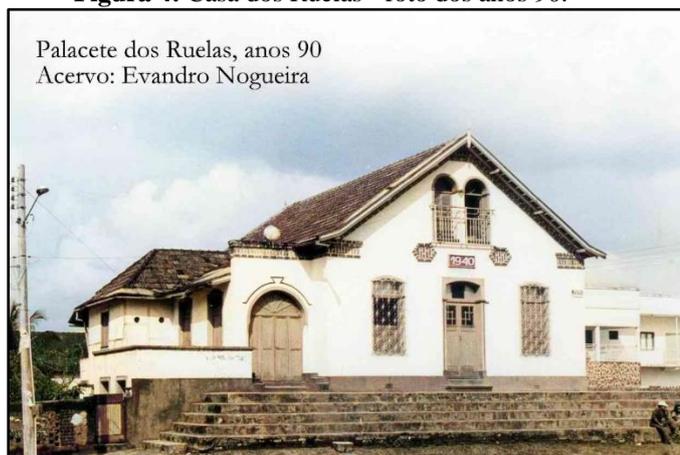
Francisco Tertuliano de Carvalho, Emydio Domingues da Silva, Francisco Chagas Valle, José Thomas Gomes, Antônio Tavares Duba, Depociano Ferreira Gomes, Olegário Alves de Lima, Ernesto de Souza Leão, Joaquim Alfredo Saldanha, José Castelar Pinheiro, Vicente Picolni, Antônio Hollanda de Freitas, Augusto Mena Barreto, Francisco Bezerra Cazumba, Lourenço Teixeira de Pinho, Francisco Manoel de Araújo, José Antonio de Salles, Manoel Gomes Ferreira, Ricardo Bussons, Joaquim de Souza Dantas, Arcellino Bentes de Mello, Geminiano Hollanda Freitas, Moysés de Menezes Barbosa e Silva, Valentim Alves de Oliveira, Manoel Antônio Ribeiro, Francisco Pedro de Santana, Cândido Ferreira da Silva, Joaquim Domingos da Silva, Antônio Ramos de Figueiredo, Evaristo Ferreira da Rocha, Capitão João de Mattos Nogueira, Alferes Fausto Anberim de Paiva (sic), Hilariana M. O. de Assis, Francisco Costa, José Israel, Francisco D'Avila e Silva, Benevides Barreto Lucena, secretário geral da Prefeitura, subscrevo e assino a presente acta. Herique Pereira Lucena (sic) – Secretário geral. (REIS, 1974, p. 44-45)

Ainda, segundo Antônio Francinei, em entrevista do historiador, concedida ao site G1 Acre (2016), “o Thaumaturgo fez a planta da cidade a partir da primeira casa, a mais importante, que era o barracão do Pernambuco, a casa dos Ruelas. As ruas foram criadas a partir dali, onde depois fizeram a praça Visconde do Rio Branco”. O imóvel pertencia ao português latifundiário e seringalista Joaquim Maria Ruela que deu início a construção no ano de 1930 e sendo concluída no ano de 1940 que, segundo Zinha Ruela, neta de Joaquim Maria Ruela, em entrevista ao G1 Acre (2015), a casa teria sido planejada em todos os detalhes pelo próprio Joaquim, que mandou trazer todos os móveis da Europa. Ao G1 Acre (2015) ela afirma que

[...] meu avô era português, também era latifundiário, mas se dedicava mais aos seringais, nós tínhamos mais de 20 seringais entre Acre e Amazonas. A casa foi idealizada toda por ele, todos os móveis vieram de navio da Europa. Ele planejou tudo, da toalha ao cristal das luminárias. (G1 ACRE, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/10/apos-conciliacao-casa-de-1940-sera-revitalizada-em-cruzeiro-do-sul.html> acesso em 10/09/2022>)

Segundo Zinha Ruela, Joaquim Maria Ruela teria construído um abrigo, dentro do próprio casarão, caso houvesse guerra. Em suas palavras, “não sei de onde ele tirou essa ideia, mas me lembro muito bem desse abrigo. E a gente, criança, se divertia demais ali, o esconde-esconde fazia todo sentido” (G1 ACRE, 2015). Conhecida popularmente como “A casa dos Ruelas”, cujo nome faz, sugestivamente, referência à família que nela habitava, o imóvel é, sem dúvidas um marco histórico do município, pois foi a partir dela que Thaumaturgo de Azevedo planejou toda a cidade de Cruzeiro do Sul que, a princípio, foi pensada para o antigo local que era terra plana, porém, com a transferência do local sob decreto, “a planta traçada pelo militar só saiu do papel na década de 1970” (G1 Acre, 2016), devido as alterações que precisaram ser feitas, adaptando-as às depressões de terras existentes no novo local.

Figura 4: Casa dos Ruelas - foto dos anos 90.



Palacete dos Ruelas, anos 90
Acervo: Evandro Nogueira

Fonte: Site Voz do Norte (1990)

O primeiro edifício da prefeitura de Cruzeiro do Sul foi construído por Zeferino da Silva Ramos, amigo de Thaumaturgo de Azevedo, “tendo Mâncio Lima, numa das ocasiões que fora Prefeito, comprando-o ao referido Zeferino por seis (6) contos de réis, e adaptando-o para administração municipal” (REIS, 1974, p.45), funcionando numa das dependências “a Difusora Cruzeirense A VOZ DOS NAUAS, iniciativa do ex-governador do Acre Cel. Manoel Fontenele de Castro” (REIS, 1974, p.45). Mâncio Agostinho Rodrigues Lima foi prefeito da referida cidade nos anos 1923, 1927 e 1933 e não se sabe ao certo em qual de seus mandatos como prefeito ocorreu a compra do primeiro edifício que viera a ser a prefeitura municipal.

Figura 5: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul no ano de 1972.



Fonte: IBGE

No que tange à organização política e administrativa do território acreano, após as divisões dos departamentos (Departamento do Alto Acre – com sede em Rio Branco; Departamento do Alto Purus – com sede em Sena Madureira e Departamento do Alto Juruá – com sede em Cruzeiro do Sul), houve na cidade de Cruzeiro do Sul, em 1910, o que

historiadores chamam de “revolta dos autonomistas”. Esse movimento se deu, segundo Souza (2005, p. 167) pela insatisfação da “péssima administração do governo federal no Acre” do então prefeito João Cordeiro que acarretou “um grupo de seringalistas e intelectuais elevar o Acre à categoria de Estado”. Reis (1974, p. 47) completa esse fato afirmando que esta revolta “teve a duração de cem dias e foi composta de Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, Francisco Freire de Carvalho e João Bussons”. Participaram também desse ato “Craveiro Costa, Francisco Riquet, Alfredo Teles de Menezes e outros” (SOUZA, 2005, p. 167), fazendo com que o prefeito do Departamento do Alto Juruá se afastasse do cargo sem resistir, ressaltando que “a dita revolta foi sufocada pelo Tem. Fernando Guapindaia de Souza Breguense, que assumiu a direção do município por 3 meses e 4 dias, quando passou o governo ao Cel. Pedro Avelino” (REIS, 1974, p. 47) já em 1911.

Segundo Osmir Lima, que nasceu no Vale do Juruá e participou da revolta dos autonomistas, conta que

o Acre era dividido em três departamentos independentes e autônomos, todos administrados por pessoas indicadas pelo governo federal, o que gerou uma insatisfação no Juruá pelo fato de os prefeitos nunca serem nativos, mas amigos ou desafetos do presidente da República, pessoas que vinham para o Acre, acompanhadas de suas próprias comitivas, para a ocupação de cargos públicos. [...] eu era locutor dos serviços de alto-falante em Cruzeiro do Sul, ao lado de Benjamin Ruela. Começávamos às 8 horas da manhã e terminávamos a transmissão do dia apenas com a oração da Ave-Maria, às 6 horas da tarde. Era um combate de ideias, não de pessoas. Eu não fiz inimigos. A oposição dizia que o Acre ia se acabar, e nós falávamos das vantagens de planejar o nosso desenvolvimento e escolher nossos governantes. Eu fazia entrevistas, lia os discursos, além dos comícios. Montamos serviços de barco para chegar aos ribeirinhos, espalhar o sentimento de desejo pela autonomia. Era um movimento forte, mas precisava ter a opinião pública do nosso lado para isso. (Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/o-sonho-da-autonomia-acreana/>)

O site oficial do estado do Acre⁷ nos revela que foi necessária a intervenção do Exército para que a situação em Cruzeiro do Sul fosse tranquilizada. A partir desse movimento histórico, a cidade de Cruzeiro do Sul viera a ter grande riqueza histórico-cultural que são refletidas em muitos topônimos que são identificados no município, uma vez que atos políticos, militares e sociais são fatos que contribuem para uma referenciação da história de qualquer localidade, seja por meio de nomes daqueles que tiveram importantes participações ou pelas datas nas quais ocorreram.

⁷ Disponível em: < <https://agencia.ac.gov.br/o-sonho-da-autonomia-acreana/> >

1.3 ENTRE CONFLITOS E INSUBORDINAÇÃO NO PERÍODO DE PRODUÇÃO DA BORRACHA

“As veias abertas” do Acre foram muitas. O total de leite de seringa defumando e do caucho retirado, na região acreana, corresponde à mesma quantidade de sangue derramado dos corpos dos índios assassinados durante os primeiros tempos dos seringais” (SOUZA, 2005, p. 23). Essa frase do historiador Carlos Alberto Alves de Souza (2005, p. 30) nos dá indícios do quão conflituoso foi o período de explorações realizadas na segunda metade do século XIX quando “penetraram na região acreana alguns homens em busca das chamadas “drogas do sertão” como a canela, cravo, cacau selvagem e salsaparrilha” além da borracha, que era o principal produto coletado no período dessas explorações e que resultou na morte de muitos indígenas que na região habitavam.

Com a finalização das expedições de João Rodrigues de Cameté, Manoel Urbano da Encarnação, Serafim Salgado, João da Cunha Correia e Willian Chandless, dentre várias outras que objetivavam conhecer a região acreana através dos rios Purus e Juruá deu-se “o início do povoamento da região por brasileiros civilizados” (REIS, 1974, p. 40) nos quais “os caminhos para a exploração da borracha acreana estavam abertos” (SOUZA, 2005, p. 79) que por conseguinte “se concluiu praticamente com a formação dos seringais, em virtude da imigração de nordestino que, acossados pelo fenômeno climático das secas, abandonaram os sertões durante os anos de 1877 e 1879” (REIS, 1974, p. 40). Mas a indagação que fica é: será que a seca foi o único motivo pela grande imigração nordestina em terras acreanas no ano de 1877? Sobre isso, Souza (2005) explica que

[...] mesmo sem a grande seca que assolou o Nordeste, em 1877, a mão-de-obra nordestina teria sido deslocada para a Amazônia, tendo em vista o grande interesse do capital por essa vasta e excelente força de trabalho. Bem antes da seca no Nordeste de 1877 a migração de nordestinos para a Amazônia já vinha ocorrendo, em número reduzido, é claro, representando um quadro inicial crescente do uso da borracha pela indústria internacional. (SOUZA, 2005, p. 64)

Atualmente alguns estudiosos apontam outras razões que acarretou o grande fluxo migratório de nordestinos para a região amazônica.

[...] uma série de razões podem ajudar a compreender esta preferência dos nordestinos pela Amazônia: a) preconceito do trabalhador pela labuta nos cafezais, considerada tradicionalmente uma ocupação de escravos (...) a Amazônia dava noção de liberdade; b) ilusão de enriquecimento rápido na Amazônia; c) propaganda e arregimentação pelos seringalistas do Pará e do Amazonas em Fortaleza, Recife e Natal; (d) ruptura da resistência dos senhores de terras nordestinas à saída de homens, numa época em

que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e refúgios nos núcleos urbanos. (SOUZA, 2005, p. 64 *apud* SANTOS, 1980, p. 108)

Antes dos imigrantes nordestinos chegarem, em grande massa ao Acre, no ano de 1865, devido a presença dos cortadores de seringa e coletores das chamadas drogas do sertão, no rio Juruá, a comercialização “obrigou a companhia Fluvial do Alto Amazonas a navegar também pelo Juruá, iniciando seu trabalho por volta de 1873” (SOUZA, 2005, P. 79) que consistia na expansão de seus domínios sobre as terras acreanas e em manter equilibrada tanto a economia quanto o abastecimento interno de sua população com os produtos encontrados na região acreana. Obtendo sucesso comercial “com todo o fluir da produção de borracha que saía do Acre em direção ao mercado internacional” em pouco tempo “Manaus tornou-se uma notável cidade no meio da selva amazônica” (SOUZA, 2005, p. 80).

Além dos interesses governamentais de outros estados brasileiros nas explorações das terras acreanas, havia também as questões de interesses internacionais entre Brasil, Peru e Bolívia, que eram, segundo Reis (1974, p. 1829) “[...] esporadicamente abaladas por incidentes sérios que tinham a sua origem nos interesses econômicos que agitavam a região acreana indeterminada” pois em toda área que viera ser compreendida como solo acreano, era possível ser encontrado tanto o caucho quanto a borracha extraída das seringueiras. Sobre as duas espécies de borrachas existentes em solo acreano, Reis (1974) discorre que

[...] de fato, nela eram exploradas duas espécies de borracha: o caucho e a borracha das seringueiras. A primeira destas espécies representava o objetivo de uma exploração devastadora de florestas, sendo que os caucheiros, cortando as árvores as inutilizavam, tornando o seu trabalho invasor e nômade por necessidade; a segunda era a exploração metódica, sangrando apenas a árvore sem prejudica-la, sendo, por conseguinte, trabalho de populações sedentárias. (REIS, 1974, p. 1830)

Assim como as características distintas entre as espécies de borrachas descritas acima, o autor caracteriza ainda, generalizadamente, as distinções dos chamados nômades e sedentários. Os nômades, também conhecidos como “invasores”, eram “caucheiros errantes peruanos ou índios escravizados” e os sedentários eram “os seringueiros brasileiros, que subiam os tributários do Rio Purus e do Rio Juruá, lá se estabeleciam enquanto as incursões peruanas desciam o rio Juruá e seus afluentes” (REIS, 1974, p. 1830). No tocante a essas características definições, Tocantins (2009b) corrobora afirmando que a

[...] borracha e o caucho criaram tipos humanos diferentes, métodos de extração diversos, modos de vida peculiares. A primeira, estabiliza o homem nas *estradas*, porque o corte feito na árvore se renova periodicamente. A planta encontra meios de revitalização, e, sarada das fissuras abertas no tronco, suporta outras mais, sempre generosa de leite. O segundo, faz do homem um eterno itinerante na floresta, dadas as características de sua fisiologia que se vão refletir no fato social. Excessivamente

frágil, não resistentes às sangrias periódicas. Definha e morre. (TOCANTINS, 2009b, p. 392)

Diogo Soares em sua composição musical intitulada *O passo a passo do Cernambi Virgem Prensado*⁸, disponível no formato audiovisual no site S.O.S Amazônia, nos descreve os passos seguidos pelos seringueiros que vai do momento da identificação até a etapa final da produção – que consiste na coagulação e prensa do látex para que seja transformado no produto (borracha), até os cuidados finais no momento de transportar para o destino final. Vejamos:

O PASSO A PASSO DO CERNAMBI VIRGEM PRENSADO

Identifica a seringueira, faz a limpeza,
na mata rasteira que é pra não se machucar.
Raspa essa madeira, com facão, faca certa,
faz uma bandeira e deixa duas vadiar.
Para cortar, cortar, cortar...
sem chegar fundo que é pra nunca magoar.
Pra cortar, cortar, cortar...
é bom três ano pra sangrar no mesmo lugar.
Passou três horas, ninguém viu tanta demora,
quando o copo fica cheio, bora já, vamos embora...
Árvore chora, não tão bonita a nossa história,
pra limpeza dessa glória, se colheu tem que coar...
Tem que coar, coar, coar...
tem que coar que é pra poder coagular.
Coagular, coagular...
coagular que é pra poder depois prensar.
Já foi prensado, todo leite derramado,
agora é guardar num estrado protegido e levantado.
Longe do chão, pra não ter perigo não,
quando vai na embarcação, é bem coberto
e se tem contato com gasolina, com óleo diesel,
com detergente ou coisa de barranco é barro.
Assim termina nosso passeio,
começo e fim do cernambi virgem prensado.
(DISPONÍVEL EM: < <https://www.youtube.com/watch?v=kWSch2QcOb8> >)

Recorrendo à maneira mais prática de extração, os caucheiros derrubavam as árvores para que fosse possível extrair o máximo de seiva possível – a média de oito a dezesseis quilos de caucho. Tocantins (2009b) discorre que “nos toros, em geral de um metro de comprimento, abrem, os caucheiros, pequenas depressões retangulares, onde o látex se acumula e ganha rigidez. [...] essa tarefa arrasadora da espécie, exige permanentes incursões a zonas onde exuberava a espécie. E nova migração, ao se esgotarem as reservas vegetais” (TOCANTINS, 2009b, p. 392). Fato que Euclides da Cunha, em sua obra *À Margem da História*, cita como “a vida aleatória de caçadores de árvores” já que extraída toda seiva de uma determinada

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kWSch2QcOb8>>

região seringalista, esses extratores caucheiros partiam para um novo destino que, como corrobora Euclides da Cunha, “temerariamente no deserto, insulam-se em sítios e não reveem nunca os caminhos percorridos” (TOCANTINS, 2009b, p. 392 *apud* CUNHA, 1941). Além de serem citados como “nômades” por alguns historiadores, os caucheiros também eram conhecidos como “caçadores de arvores” e de “grandes exterminadores de indígenas” (SOUZA, 2005, p. 87), principalmente na região do Juruá, por fazer fronteira com o Peru e os caucheiros advirem desta.

Durante o início da exploração da borracha na região do Juruá, figuras importantes a esse marco se destacaram sendo “o Coronel Francisco F. de Carvalho, que em 1870, estabeleceu-se no seringal Riozinho da Liberdade; os Coronéis Antônio Petrolino Albuquerque, Miguel Fernandes e João Bussons, que em 1877, penetraram no rio Tarauacá e instalaram seus seringais” que por visarem lucro em demasia através da extração da borracha, “exploraram seringueiros e violentaram indígenas acreanos” fazendo com que o povoamento dos seringais, por exploradores da borracha, “fosse à custa de vidas humanas” (SOUZA, 2005, p. 79-80).

Entre conflitos de interesses governamentais e econômicos entre Brasil, Peru e Bolívia, bem como as insubordinações durante o período de explorações da borracha, os povos indígenas foram os que mais sofreram. O historiador Carlos Alberto Alves de Souza (2005, p. 31) conta que “mesmo com toda resistência indígena na região do Juruá, os nordestinos que vieram para o Acre em busca de borracha, abriram seus seringais naquela região à custa de muitas balas, matando e massacrando povos indígenas que ali habitavam” e os que conseguiam sobreviver ou que não resistiam às ações violentas dos seringueiros “foram transformados em caboclos seringueiros” (SOUZA, 2005, p.31). Devido às fortes resistências dos indígenas em preservarem suas terras dos exploradores brancos, os ataques aconteciam, na maioria das vezes, à noite quando os indígenas dormiam em seus *copichauas*⁹. Souza (2005, p. 31) afirma que “[...] os assassinos chegavam e matavam todos os homens da aldeia. Muitas vezes nem crianças e mulheres escapavam. Eram mortos a balas e facadas”. Esses ataques são denominados, pelos historiadores e pesquisadores, de “*correrias*” e, segundo Souza (2005, p. 31), “[...] eram organizadas pelos seringalistas que reuniam até 50 homens armados para

⁹ Consiste em um longo galpão coberto de palha, muito alto no meio e descaindo em duas águas até pouco mais de um metro acima do solo, sem paredes nem resguardos laterais, só se podendo entrar neles em pé pelas extremidades e sendo preciso inclinar o corpo para se poder sair pelos lados. SOMBRA, Luiz. (1913). Os *cachinauás*: Ligeiras notas sobre seus usos e costumes. *Jornal do Commercio*. Disponível em: <<https://almaacreana.blogspot.com/2020/05/os-cachinauás-ligeiras-notas-sobre-seus.html>> acesso em 5 jul. 2021.

atacarem as aldeias” sendo alguns indígenas obrigados a ajudar os brancos nos ataques contra indígenas de outras tribos.

Mas aliás, quem representa, de fato, no contexto histórico inicial, a primeira mão-de-obra utilizada na exploração da borracha? Sobre isso, Pontes (2014, p. 7) afirma que “[...] os indígenas representaram a primeira mão-de-obra para a produção do látex, uma vez que eles foram também os primeiros a utilizarem. Muitos dos exploradores da região, diretor de indígenas e seringalistas exploraram diversas nações indígenas no corte da seringa”, mas enfatiza “que a mão-de-obra que será de fato utilizada nos seringais acreanos será a dos nordestinos” que deslumbrados com a propaganda, promovida por agentes através das Casas Aviadoras¹⁰, de enriquecimento rápido que a região amazônica poderia proporcionar, vieram sem imaginar o que enfrentariam no “mundo verde”¹¹ e em que reais condições trabalhariam.

“Os nordestinos, ao chegarem à Amazônia, já haviam passado por várias restrições às suas vidas”, afirma Souza (2005, p. 65). Porém, os sonhos de obter melhores condições de vida e voltar para sua terra natal, era o que dava forças a esses imigrantes. Tocantins (2009a) assinala que

[...] quando se falava do seringueiro – talvez a figura mais profundamente marcada pelo destino, mais tipicamente moldada pelo meio ambiente, que haja surgido no quadro social do país – a imagem fiel, refletida na crônica daqueles tempos era a de um indivíduo, vindo de algum lugar do Nordeste ou do Norte, disposto a sofrer, sem família, às ordens de um patrão, estacionado numa barraca isolado, no centro da floresta. (TOCANTINS, 2009, p. 188)

O seringueiro chegava ao Acre sem ter ideia do saldo devedor que já existia com o patrão, tendo em vista que sua viagem, como dita anteriormente, era responsabilidade dos agentes das Casas Aviadoras que, interessados no grande poder econômico proporcionado pela borracha, passaram a financiar as migrações. Leandro Tocantins esclarece esses fatos dizendo que “[...] o seringueiro chegava ao Acre já preso economicamente ao patrão. Sócio de indústria ou assalariado, mas com a vida em inteira dependência do barracão, ele devia o preço da passagem e outras despesas de viagem” (TOCANTINS, 2009a, p. 189). E, além disso, o autor completa afirmando que

[...] ao apresentar-se para o início do corte de seringa, recebia fiado uma rede, um rifle, munição, um terçado, dois ou três dólmas de mescla, e mais o rancho, geralmente farinha, banha, jabá, sal, açúcar, feijão, fósforos, querosene, algumas latas de conserva

¹⁰ Essas casas eram grandes armazéns que vendiam tudo que fosse necessário para o abastecimento dos seringais. As casas compravam a borracha e vendiam esses produtos para os seringalistas. Disponível em: < <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/download/100/44> >

¹¹ SOUZA (2005, p. 64)

e leite condensado, faca de seringa, tigelinhas para recolher o leite, e outros utensílios próprios para as lidas extrativistas. (TOCANTINS, 2009a, p. 189)

Com isso, o seringueiro estava prontamente equipado para explorar a floresta, enfrentar os perigos nela existente e ir em busca do produto – a borracha – que o faria quitar as enormes dívidas com seu patrão. Na poesia de Amâncio Leite, intitulada *Os cantares Seringueiros*, transcrita por Francisco Peres de Lima (1938) em seu livro *Folk-lore acreano*, percebemos a fidelidade literária cristalizada nas palavras que retratam a aflita e esperançosa vida que os trabalhadores da época tinham em suas rotinas. Vejamos:

OS CANTARES SERINGUEIROS

Eu sou seringueiro no rio Juruá,
Do meu Ceará vivo distante!
Sempre a trabalhar p'ra arranjar um saldo
Que tempere o caldo
D'um escravo errante...

Todos os trabalhos, desta terra,
Em constante guerra
São por mim vencidos...
Cá nas solidões cheias de maldades,
Tenho mil saudades,
Dos meus pais queridos!

Mas, confio em Deus
Nosso Pai bondoso
Que serei ditoso... Bem ditoso ainda!
De voltar com saldo ao torrão amado
E ainda ser casado
C'ou'a moça linda...

Tal sonho dourado é o que eu aturo
Penso no futuro
Se é como o presente...
Devo mais d'um conto, meu patrão não presta...
Já nos franze a testa
Bota-se a valente...

Que fazer? Sou preso na cadeia imensa
Desta mata extensa
que já não tem fim...
Lá na minha terra o caso é mudado,
E o mundo é furado
Não trancado assim

Basta de lamentos, confiar em Deus,
Que os penares meus
Serão descontados;
Quando lá na Pátria onde fui nascido
Farei-me esquecido
Deste cru passado!

(DISPONÍVEL EM: < <https://almaacreana.blogspot.com/2019/07/amancio-leite-o-cantor-da-selva.html> >)

Amâncio Leite, corroborando a composição de Diogo Soares vista anteriormente, também detalha, através de seu poema, as características do local onde os seringueiros costumavam realizar a produção e o processo logístico de transporte da borracha, não deixando de citar as dificuldades enfrentadas. Amâncio Leite continua:

Este belo assunto, esta narração,
Vai contar então
Como se trabalha;
Como se fabrica essa tal borracha
Que desfaz a taxa
De qualquer canalha...

Cá nos ermos tristes
por onde eu trabalho,
É meu agasalho
Pequena choupana.
Em derredor dela, verdes, cresce em milho,
Vinte pés de milho,
Cinco ou seis de cana.

Também tem a um lado grande samaumeiras
Bela e sobranceira,
Sobre a verde mata...
Atrás da cozinha vê-se a fumaceira
De banana prata.

Em Abril ou Maio saio ao barracão
É grosso o pancão...
Me empenho de dez dias...
Quando volto ao centro eu, e mais pessoas,
A remar canoas
Com mercadorias...

Finda a viagem muito perigosa...
Muito trabalhosa...
Chego em certo ponto
Onde desembarco minha aviação...
Gemo como um cão:
“de remar estou morto!”

Mas, que importa isto?
Amanhã eu entro para meu longe centro...
- Carga sobre a costa –
sigo pensativo, transpondo ladeiras
- Dessas brincadeiras pouca gente gosta! –

Meio dia andando para o rancho querido
Chego bem moído...
Enervado e teso!
No fim do soalho boto a carga abaixo,
Nisto, livre me acho
Do enfadonho peso...

(DISPONÍVEL EM: < <https://almaacreana.blogspot.com/2019/07/amancio-leite-o-cantor-da-selva.html> >)

Referindo-se aos momentos de descanso que os seringueiros tinham após o trabalho árduo de produção, o autor afirma que tal momento era dedicado, quando permitido pelo patrão, à área de plantio que supriam suas necessidades alimentares. Amâncio continua em seu poema:

Tiro a blusa fora, corro o meu roçado,
Vejo prosperado
Todo meu legume
Volto para a barraca cheio de prazer
Trado de fazer
Logo fogo ao “lume”.

Vejo se tem pó, vou fazer café;
Antes um chibé
Tomo por primeiro
Eis um alimento muito apreciado
Pelo degredado triste seringueiro!

Em seguida ao “moka” fumo o meu cigarro;
E a barraca varro;
- Pois “gunverno” ali...-
Uso – por vassoura – também – por capacho –
O pendão dum cacho chocho de açáí...

Desembalo a carga, vou tomar um banho;
Que calor tamanho
Aqui nos flagela! De roupa mudada
Fico mais bonito...
De café repito logo outra tigela...

(DISPONÍVEL EM: < <https://almaacreana.blogspot.com/2019/07/amancio-leite-o-cantor-da-selva.html> >)

Corroborando as palavras supracitadas de Leandro Tocantins, Amâncio Leite também cita em seu poema os utensílios de trabalho e do que se compõe a barraca nas quais os trabalhadores das colocações de seringa viviam:

Compõe-se a barraca – de dois seringueiros –
De dois mosquiteiros
Metidos nas redes!
Tosca choupaninha muito bem coberta...
Quase sempre aberta...
Não possui paredes.

Facas com bainhas! O rifle e espingarda
Se azeita e se guarda
Zelados pelos polidos... em contraste a isso
Vê-se dois terçados, muito enferrujados
Na palha metidos.

A mesa de jantar... – de couro de veado –
Está ali pendurado, junto à toalha...
Ou quando não este
Nota-se uma esteira

D'olho da palmeira
Bem trançada a palha.

Deitado ao soalho meu machado “tumba”
Dentro dum zabumba da paxiubeira
Meu pequeno pote
Cheio d'água fria
Mesmo ao meio dia
Sempre foi geleira...

(DISPONÍVEL EM: < <https://almaacreana.blogspot.com/2019/07/amancio-leite-o-cantor-da-selva.html> >)

Em suma, era desta maneira, segundo o poema de Amâncio Leite, o dia a dia nos seringais: muitas horas de trabalho, pouco tempo de descanso e anseios de quitar suas dívidas, ganhar seu dinheiro que lhes proporcionasse o retorno para sua terra natal.

Além das grandes dívidas já existentes dos seringueiros para com os seus patrões antes mesmo de iniciarem a trabalhar nos seringais, era perceptível, de forma clara, os poderes hierárquicos tanto nas funções referentes a todo o processo de coleta e produção da borracha quanto nas características físicas estruturais dos locais em que os trabalhadores e patrões moravam. Se analisarmos a nomenclatura de “barracão” e “barraca” logo percebemos que

[...] barracão, aumentativo para ilustrar a condição social do proprietário, na perspectiva de arquitetura ampliada, na posição de destaque à beira do rio, diferenciando-se de barraca, uma espécie de senzala onde se abriga o seringueiro propriamente dito, o extrator, casebre, paupérrimo, sustentando-se no rústico arcabouço das paxiúbas. Barracas e barracões, na Amazônia, tiveram o mesmo sentido social da casa-grande e senzala no Nordeste. (TOCANTINS, 2009a, p. 188).

A vida no barracão, segundo Tocantins (2009^a, p. 190), era bem diferente da vida que levavam os seringueiros em suas barracas, sendo, na pirâmide hierárquica, “o patrão uma caricatura de senhor-de-engenho, vivendo em relativo conforto, era a figura central, dominante” que durante todo o período da borracha “possuía o poder econômico do crédito, da distribuição da mercadoria e a arma de subordinação do seringueiro: a conta corrente”, sendo, portando, nesse barracão que o patrão “dispunha-se sobre o destino de centenas de criaturas” (TOCANTINS, 2009a, p. 190).

Mas aliás, como funcionava a hierarquia nos seringais? Sabido que era clara a distinção de dois grupos sociais – do patrão e o dos seringueiros – que tinham um mesmo intuito do ganho industrial, comercial e social, a hierarquia, segundo Tocantins (2009a, p. 197) “começa pelo gerente, figura de importância social, porque ele substitui o patrão, muitas vezes, na direção do seringal” que “recebe ordens e orientações do chefe e as faz executar” com a mesma autoridade “do primeiro mandatário”. A terceira figura que compõe a hierarquia do seringal no grupo integrado ao patrão é o guarda-livros, “conhecedor de escrituração e até de segredos contábeis, para manejar a bel-prazer as contas dos seringueiros” (TOCANTINS,

2009^a, p. 197), era a pessoa responsável por registrar (e muitas vezes burlar, a mando do patrão) tudo que acontecia nos seringais, desde as contabilizações provenientes da borracha, quanto as dívidas feitas pelos trabalhadores – que envolvia materiais de trabalho, alimentação e até mesmo medicamentos.

Completando a organização do grupo que compunha o barracão, existiam os caixeiros e os “homens do campo”. Leandro Tocantins (2009a, p. 198) esclarece que são “os caixeiros, que atendem, no balcão, à freguesia, e respondem pela guarda da mercadoria”, e completa afirmando que os homens do campo

[...] são caçadores, mariscadores, canoieiros. Da floresta e da água eles traem parte do sustento alimentar[...] encarregados de conservar a pastagem, onde se nutrem os burros e as mulas, essenciais ao transporte para o “centro”, cavalos da montaria de patrão, e pequeno rebanho bovino. Os “homens do campo” tratam dos animais, ordenham as vacas e abatem a rês que o patrão deseja a morte, de quando em quando. (TOCANTINS, 2009a, p. 198)

Completando, por fim, a hierarquia dos seringais, temos o que Tocantins (2009a, p. 199) chama de “segundo grupo”. O autor assinala que “enquanto o outro grupo, o do patrão, dispõe de associações, o do seringueiro é um grupo só. Um homem só. Ele e a floresta. Ele e a árvore da seringa. Ele e a borracha. Ninguém”, e conclui afirmando que “o jeito era afogar tristezas, desejos, dom-juanismos, numa espécie de diálogo de misérias” na floresta que encobria seu corpo e sua alma.

Delineada a hierarquia nos seringais, qualquer fraqueza na administração pode acarretar significativamente o descontrole e até mesmo o desmoronamento do que o historiador Tocantins (2009a) chama de “sistema”. O autor afirma que “só pode ser assim: o patrão, ou o gerente, deve possuir qualidades de mando. Sem medos, sem temores. Qualquer sinal de indisciplina precisa mão de ferro para extirpá-la. Mau exemplo, não deve criar frutos” (TOCANTINS 2009^a, p. 199), e conclui nos fazendo refletir quando questiona “que moral teria o patrão contestado por sua “freguesia”, ou “aviados”, lá no seio da floresta, se fraquejasse na manutenção de uma ordem rígida no comportamento e nas relações sociais?” (TOCANTINS, 2009a, p. 199-200).

As regras impostas nas horas de trabalho e o abuso de autoridade era uma constante durante todo o período de produção da borracha, a exigência demasiada dos donos dos seringais sobre o trabalho dos seringueiros despertou o lado rude, temperamentos controvertidos, violentos, daqueles que sofriam a ação do meio em que viviam, onde a incógnita era uma constante e a lei do mais forte, que era expressa através de armas de fogo ou castigos severos, desencadeou grandes conflitos, insubordinações e fugas.

Nos seringais do Alto Juruá, a violência assumia o papel de uma linguagem que exprimia, de maneira cruel, a autoridade e o controle dos seringalistas sobre os seringueiros. Wolff (1997) afirma que além de ser utilizada como uma linguagem autoritária que demonstrava o poder do patrão sobre seus subordinados, a violência era

[...] também a resistência e a revolta [...] com a qual muitas coisas eram ditas, e que não se dizia de outra maneira. Ela era a linguagem utilizada entre patrão e seringueiro, entre patrão e “regatão” (comerciante ambulante), entre homens e mulheres, adultos e crianças, e acontecia também horizontalmente. (WOLFF, 1997, p. 93)

Subtende-se, através da afirmativa da autora, que as violências ocorridas nos seringais não aconteciam apenas na perspectiva hierárquica de poder, mas sim entre os próprios seringueiros que tinham suas revoltas individuais dentro dos seringais. Sobre isso, Wolff (1997) diz que

[...] isso é muito importante ser dito, pois existe na historiografia uma tendência de vitimizar o seringueiro, colocando-o em uma posição sempre passiva e dependente, o que sempre gera mais passividade e dependência. As revoltas, individuais ou coletivas dos seringueiros não tem nada de pacíficas. Depor um gerente na mira de uma arma, exigir o saldo na ponta da faca ou atear fogo no “barracão” eram atos que aconteciam com certa frequência. (WOLFF, 1997, p. 95)

É relevante salientar que, ainda segundo a autora supracitada, essas relações conflituosas “variavam muito de seringal para seringal e dependia de vários fatores” (WOLFF 1997, p. 95) pois nem em todas as situações eram tratadas com violência física porque

[...] ao patrão interessava fidelidade do seringueiro, materializada na troca exclusiva da borracha por mercadorias em seu barracão [...] procurava estabelecer laços de compadrio e paternalismo com estes seringueiros, sempre possibilitando crédito para compras urgentes, auxiliando algumas vezes em casos de doença, promovendo festas nos dias santos. (WOLFF, 1997, p. 95)

Essas relações “amigáveis”, certamente, eram cristalizadas em interesses, principalmente por parte dos donos de seringais, que visavam lucros produzidos pela mão de obra através da extração do látex, tendo em vista que, para os seringalistas, “[...] lhe interessava a permanência do seringueiro em seu seringal, o que lhe poupava o investimento de trazer mais migrantes nordestinos” (WOLFF, 1997, p. 95).

O seringueiro, inicialmente, antes da criação dos sindicatos, impotente diante de uma situação dura de vida e da exploração que o sugava, tinha apenas um desejo: conseguir o máximo de dinheiro para que pudesse voltar à terra para que pudesse viver livre da exploração que fora submetido. Souza (2005, p. 86) afirma que “o tempo diário do trabalho de extração de látex teria que ser integral”, e Tocantins (2009a) corrobora esclarecendo que

[...] o trabalho diário no seringal começava cedo para o extrator. Duas, três horas da madrugada o seringueiro erguia-se da rede, engolindo uma dose de café forte e uma farofa de jabá, e se internava na mata. [...] depois de cumprir todos esses deveres é que o seringueiro dispunha de tempo para fazer o seu almoço, lavar algumas peças de roupa no igarapé e gozar um pouco de descanso, sonhando com o saldo no barracão, que o libertaria do cárcere verde. (TOCANTINS, 2009^a, p. 190)

Insatisfeitos e desiludidos com a vida na qual idealizaram nos seringais, enfrentando a realidade totalmente adversa, restava ao seringueiro a resistência, e ele resistia como podia. Dentre as poucas maneiras de resistir, “a fuga era uma saída para escapar às dívidas que ele não contraía” afirma Souza (2005, p. 86), salientando que as denúncias de atrocidades feitas pelos donos de seringais eram diversas, e que “os seringueiros sofreram as piores torturas, as mais trágicas perseguições, muitos foram assassinados por seus patrões, tiveram seus bens roubados, suas mulheres perseguidas por outros homens, mas resistiram” (SOUZA, 2005, p. 48).

Como frisado anteriormente, a fuga era uma, dentre outras formas de resistência, que os seringueiros amazônicos praticavam contra as submissões e explorações de seus patrões seringalistas visando, pelo menos, três objetivos: 1) livrar-se tanto das péssimas experiências vividas em seu cotidiano; 2) livrar-se das intermináveis dívidas; 3) trabalhar com outros patrões que lhes acolhessem, na tentativa de sair do Acre para o Nordeste. Souza (2005, p. 48) completa afirmando que “quando o seringueiro fugia e não conseguia “colocar-se” com outro patrão, ficava vinculado, por vontade própria, a outro seringueiro. Passava a trabalhar como “meeiro”. Ou seja, ficar subordinado a outro seringueiro, renegando o domínio do seringalista e obtendo a metade do lucro produzido em uma colocação de seringa de outro seringueiro era uma forma de resistência contra as práticas abusivas de seus patrões.

Nos momentos de angústia, solidão e incógnita sobre a vida, a religiosidade – uma constante e latente na vida do seringueiro – lhes dava a esperança de dias melhores. Souza (2005, p. 55) assinala que “era a religiosidade dos seringueiros ajudando na crença em Deus de bondade e de justiça, capaz de defendê-los de ações nocivas de outros homens. Rezavam sempre juntos”. As orações conhecidas como “Pai nosso do seringueiro” e “Ave Maria do Seringueiro” eram algumas das formas que esses trabalhadores tinham, subjetiva e coletivamente como uma resistência para se manterem firmes nos seringais do Acre. Vejamos:

PAI NOSSO DO SERINGUEIRO

Seringueira que estais na selva
 Multiplicados sejam os vossos dias
 Venha a nós o vosso leite
 Seja feita a nossa borracha

Assim na prensa como na caixa
 Para o sustento de nossas famílias
 Nos daí hoje e todos os dias
 Perdoai nossa ingratidão
 Assim como nós perdoamos
 As maldades do patrão
 E ajudai a nos libertar
 Das garras do regatão
 Amém!

(ARAÚJO, Jaime da Silva. Pai nosso do Seringueiro. In: Conselho Nacional dos Seringueiros. Brasília, 1987).

Os valores morais e religiosos, na crença em algo divino que os protegiam, como afirma Souza (2005), era o pedido de ajuda à força divina durante os empates¹² e nestas ocasiões eles se apegavam a uma oração. Vejamos:

AVE MARIA DO SERINGUEIRO

Ave madeira, que desgraça
 Ser preciso eu te cortar
 Bendito sois o teu leite
 Pra meus filhos sustentar
 Para os barões farrear.
 Santa madeira mãe do leite
 Rogai pela nossa vitória
 Pra conseguir as Reservas Extrativistas
 Nessa hora amém!

(LIMA, Saulo Firmino de. Ave Maria dos Seringueiros. In: Conselho Nacional dos Seringueiros. Brasília, 1987).

Os empates entre fazendeiros, seringueiros e seringalistas, que teve início a partir dos anos de 1970 no território acreano, segundo Souza (2005, p. 55) “instala-se no Acre com sua força desagregadora na tentativa de desarticular o antigo extrativismo vegetal da borracha e da castanha, tradicional na região, para o implemento de uma produção voltada para a criação de gado em fazendas que deveriam ser assentadas em terras de seringais”. Prática que até então não eram frequentemente exercidas nas áreas de seringais – e em alguns seringais essa prática era proibida pelos patrões – devido a “febre do ouro negro” como afirma Leandro Tocantins, assinalando que

[...] a falta de alimento verde, de carne fresca, e a dieta predominante de conservas – porque ning uém queria plantar ou criar, dominado pela febre o ouro negro – faziam grassar surtos epidêmicos de beribéri, a doença que, juntamente com a malária, foi a responsável pelo maior número de vítimas no Acre. (TOCANTINS, 2009a, p. 190)

¹² O termo “Empate” vem de “empatar”. Empatar aqui tem o significado de se impedir alguém de realizar ato danoso a um determinado grupo (SOUZA, 2005, p. 55).

Na verdade, analisando pela perspectiva produtiva e econômica da borracha, favorável aos seringalistas, a agricultura nas colocações de seringa não atrapalhava no processo produção no interior de grande parte dos seringais, muito pelo contrário, o cultivo agrícola daria aos seringueiros uma alternativa de livrar-se das enormes dívidas que obtinham nos barracões. Souza (2005) corrobora afirmando que isso

[...] era uma grande invenção dos seringalistas [...] a proibição do plantio de roçados era no sentido de fazer com que os seringueiros só consumissem as mercadorias do barracão do patrão, aumentando o lucro no comércio da borracha e, ao mesmo tempo, uma alternativa de tornar o trabalhador da borracha sempre preso às dívidas. (SOUZA, 2005, p. 105)

Na tentativa de implantação da pecuária, nas terras acreanas, os fazendeiros nacionais e estaduais – em sua maioria do centro-sul do país – através das compras dos seringais no Acre “necessitavam das terras desocupadas, livres de seringueiros, para promoverem a derrubada da floresta e plantarem capim para a formação de pastos para gado”, esclarece Souza (2005, p. 55). Nos dizeres do autor, percebemos que em muitas áreas vastas de seringueiras os objetivos desses fazendeiros foram alcançados, já que em 1967, através da lei nº 5.227, o Banco da Amazônia, principal financiadora à produção de borracha, cessa seus financiamentos aos senhores da borracha, “suspendendo os empréstimos financeiros aos “senhores da borracha”, que pegos de surpresa, viram-se diante de enormes dívidas e sem dinheiro para futuras safras, sendo obrigados a vender seus seringais para o pagamento do que deviam ao BASA (Banco da Amazônia S.A)” ocasionando o desespero e aflição de muitos trabalhadores que obtinham seus sustentos através das colocações de seringa.

Após as compras dos seringais, os novos donos das terras se deparavam com homens, mulheres e crianças que estavam dispostos a lutarem pelo pouco pedaço de terra que lhes restara, daí que começavam os chamados empates praticados pelos seringueiros Acreanos que se contrapunham aos fazendeiros que queriam expulsá-los de suas Colocações de Seringa. A solidariedade entre seringueiros durante essas lutas era o elemento que perpassava por toda a tradição de suas resistências e conflitos individuais e coletivos, pois sem a solidariedade os empates não seriam organizados. Souza (2005, p. 55) corrobora dizendo que “a solidariedade se torna um ato coletivo, de necessidade social coletiva, em defesa de um modo de vida”. E foi nessa perspectiva que surgiram os primeiros movimentos sociais de resistência, através de sindicatos, para defenderem seus direitos na justiça contra os grandes proprietários.

Algumas entidades e partidos políticos como “a então Prelazia do Acre e Purus, da Igreja Católica, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, e das

Comunidades Eclesiais de Base, também católicas” (SOUZA, 2005, p. 50), se dispuseram a assessorar os trabalhadores que lutavam por seus direitos, criando-se dessa maneira os Sindicatos do Trabalhadores Rurais no Estado do Acre. No ano de 1975 foi instalada, na cidade de Rio Branco, a CONTAG – Delegacia da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – para orientar os trabalhadores que ansiavam pela concretização de seus direitos.

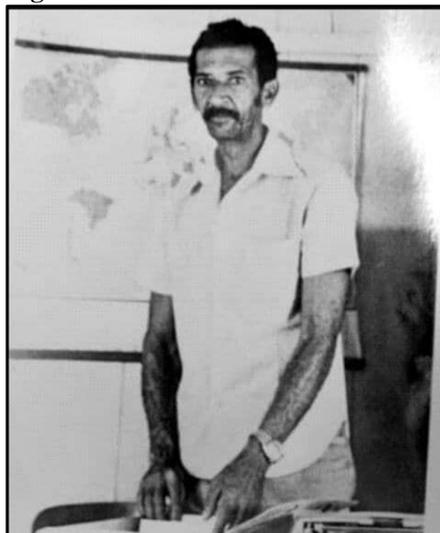
Um dos personagens nesse drama da vida real durante o período de produção da borracha foi Wilson Pinheiro, sindicalista e uma figura importante nos empates contra grupos de fazendeiros que pretendiam dominar a região acreana que na noite de 21 de julho de 1980 foi assassinado. Souza (2005, p. 52) afirma que “pouco menos de um mês, antes de sua morte, recebera uma carta de Chico Mendes quando este passava por Brasiléia [...] datada de vinte e quatro de junho de 1980”. Vejamos o conteúdo da carta assinada por Francisco Mendes Filho, datada em 24 de junho de 1980:

Companheiro Wilson,

Estive aqui afim de falar com você, porém não foi possível. Olha, é o seguinte: as coisas em Xapuri estão quentes. Os posseiros estão botando pra quebrar. Então os fazendeiros fizeram uma reunião e estão afirmando que a única saída pra eles é matar o Presidente do Sindicato, o Delegado da CONTAG, o Chico Mendes, os padres, e outros delegados sindicais. Diante desses acontecimentos o Dr. João Maia Combinou comigo para se organizar um ato público em Xapuri apoiado por várias entidades, inclusive com vários sindicatos do Estado. E ficou acertado para eu vir falar com vocês aqui, afim de que você saia daqui pela manhã, levando um caminhão, com os passageiros da estrada que quiserem participar. Por sinal, o povo já está sendo avisado por toda área de Santa Fé. Sim, é bom lembrar que o ato será realizado a partir das nove horas da manhã, a fim de dar tempo do povo voltar para suas casas. Também quero te avisar que dois de julho eu estou aqui para nós organizarmos os documentos da Comissão Executiva Municipal do PT, neste município, para que seja encaminhada à Direção Nacional, para o registro do partido. Não sei se você já sabe que eu fui eleito, ou melhor, escolhido para presidente da Comissão Provisória, Executiva Estadual, e agora tenho que me deslocar para todos os municípios. Também quero te avisar que o Partido já está praticamente organizado tranquilamente em vinte e dois Estados. Não tem mais dúvida os nossos adversários já não vão ter mais argumentos para mentir para o povo dizendo que o PT não é Partido ainda. Olha, dá um jeito de ir dar, ou melhor, levar seu apoio a nossos companheiros de Xapuri. Ok, a gente dá uma ajuda na despesa do caminhão. Tiáu, um abraço petista. Ass. Francisco Mendes Filho. (SOUZA, 2005, p. 52)

Sem dúvidas, as atitudes de Wilson em favor dos trabalhadores rurais despertavam nos grupos de fazendeiros da região acreana o anseio de vingança e a expansão de ódio desses para com as lideranças sindicais. Confiantes de que com a morte do sindicalista Wilson os empates deixariam de acontecer, “um grupo de fazendeiros [...] dias antes de seu assassinato, em plena reunião com representantes do governo, na cidade de Xapuri, lançou ameaças a sindicalistas e a religiosos que se colocavam em defesa dos trabalhadores rurais”, afirma (SOUZA, 2005, p. 52).

Figura 6: Sindicalista Wilson Pinheiro.



Fonte: Jornal O Alto Acre

Ver os empates como uma resistência de sobrevivência é afirmar que as lutas entre classes sempre estiveram em todas as dimensões sociais, é o que afirma Khoury (1989) quando assinala que

[...] os homens vivem suas experiências integralmente como ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta política [...] significa considerar então que a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência. (KHOURY *et al.*, 1989, p. 7 e 17)

As dicotomias, tanto coletivas quanto individuais, supracitadas pela autora, são notórias desde as primeiras expedições realizadas na região acreana, tomando mais evidência no início da imigração em grande massa, principalmente, de nordestinos à Amazônia que tiveram que se adaptar as novas regras de sobrevivência na floresta amazônica e lutar pela sobrevivência nos seringais. O historiador Carlos Alberto Alves de Souza, em um trecho de sua tese de doutorado¹³, esclarece que “os seringueiros já conviviam com suas formas de resistências desde o início da implantação de frente de expansão extrativista da borracha no Acre”, e prossegue afirmando que “os empates são, na verdade, uma experiência social constitutiva por seringueiros para que continuassem vinculados a terra, à propriedade de suas Colocações de Seringa. São momentos que vivenciam a disputa em áreas onde sempre viveram, constituíram famílias, enfim, onde criaram e recriaram um modo de vida”. Ou seja,

¹³ Varadouros da Liberdade: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília-Acre. São Paulo, PUC/SP, 1996.

os empates não eram meros empates, eram as lutas pelos valores ideológicos de vivência afetiva e coletiva com o ambiente em que os seringueiros habitavam, portanto, “sem esse pressuposto e esse condicionamento histórico, os Empates não teriam surgido enquanto experiência social entre os seringueiros”, afirma Souza (1996) em sua tese.

A região do Alto Juruá, desde sua fundação, recebeu um grande fluxo de migrantes e imigrantes, tornando Cruzeiro do Sul uma cidade construída sob uma perspectiva do que chamamos de mobilidade¹⁴. Urry (2000; 2004; 2007) apresenta cinco tipos de mobilidades existentes e interdependentes que se entrelaçam na história e na atualidade de qualquer cidade, sendo essas: I) Mobilidade corporal; II) Mobilidade imaginativa; III) Mobilidade virtual; IV) Mobilidade comunicativa; V) Movimento físico de objetos. As mobilidades corporais são os deslocamentos de corpos com diferentes capacidades físico-sociais gerados por diversas motivações.

Considerando a finalidade deste trabalho, esse tipo de movimentação é, claramente, perceptível na chegada de diversos povos – portugueses, nordestinos, sulistas, sírio-libaneses, bolivianos, entre outros – que “aliaram-se” aos nativos da região – os indígenas – proporcionando uma tessitura de conhecimentos culturais que contribuem tanto para conhecimento do senso comum quanto na formação escolar/acadêmica no tocante as interdisciplinaridades¹⁵ – envolvendo a geografia, história, linguística, etc. A idealização de uma vida melhor, por riquezas naturais e comerciais existentes em terras cruzeirenses foram algumas, dentre várias outras, motivações causadas pela mobilidade imaginativa de exploradores e extrativistas de diversas regiões do Brasil e do mundo ocasionadas pela mobilidade virtual e comunicativa através das circulações de mensagens que se diluíam em distâncias geográficas entre pessoas pelos meios de comunicação existentes no período de exploração das terras acreanas. Além do período áureo da coleta do látex e produção da borracha, com a mão-de-obra mais notável de nordestinos e indígenas, outras etnias se sentiram atraídas pela vasta possibilidade de desenvolvimento econômico que a região do Juruá viera a

¹⁴ Mobilidade é a capacidade e a facilidade de se locomover. No contexto social e geográfico da pesquisa, percebe-se que Cruzeiro do Sul abrigou muitos migrantes e imigrantes em rotas de mobilidade. A noção de regime de mobilidades pode estimular a reflexão necessária sobre a mobilidade como recurso, valor e direito, ao propor o exame das práticas regulatórias e governamentais que a estruturam e definem (FREIRE-MEDEIROS, LAGES, 2020).

¹⁵ Ao conceituar o termo Interdisciplinaridade, não se possui ainda um sentido único e estável, trata-se de um conceito que varia, não somente no nome, mas também no seu significado pois existem várias definições para ela, depende do ponto de vista e da vivência de cada um, da experiência educacional, que é particular. Essa temática é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. É uma busca constante de investigação, na tentativa de superação do saber (FORTES, 2009, p. 7).

oferecer, ocasionando, conseqüentemente, a circulação de bens materiais como ferramentas de trabalho e mercadorias, é o que Urry (2000, 2004, 2007), Larsen *et al.* (2006) e Elliott e Urry (2010) chamam de movimento físico de objetos (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020).

Os primeiros migrantes nordestinos chegaram ao alto Juruá por volta de 1870-1880, na chamada migração espontânea. Na verdade, eles estavam sendo expostos pelos infortúnios da seca que assolou o Nordeste de 1877 a 1880. vieram com objetivo de trabalhar nos seringais que se localiza vão às margens do Juruá. (CASTRO, 1930, p. 106)

Os nordestinos fizeram presença massiva nessa região, trazendo seus hábitos e costumes para, misturados aos que aqui existiam, criar traços étnicos específicos da região. Essa migração em massa se deu, inicialmente, devido à crise no Nordeste de 1877 a 1880, conforme se explicita acima, principalmente com desejo de trabalhar e darem uma nova vida aos seus familiares. Instalaram-se e aqui permaneceram até os dias atuais, formando novas famílias e contribuindo com a miscigenação do povo nativo da região do Juruá com nordestinos.

Conforme Araújo (2016), a ocupação de Cruzeiro do Sul seguiu o mesmo ritmo de todo o Estado do Acre e região Norte, devido à grande campanha nacional de povoação desta região, o que atraiu grande número de nordestinos com intuítos de viver melhor na região. Mal sabiam eles que, ao contrário do que projetavam para o seu futuro, sonhando com um emprego digno e renda suficiente para sustento da família, se depararam com condições sub-humanas de trabalho, análogas à escravidão, principalmente no serviço pesado dos seringais.

Na visão de Enoque Pessoa (2004, *apud* Araújo, 2016),

As identidades étnicas da população de Cruzeiro do Sul na primeira metade do século XX compreendiam amplas redes de origens, tendo todos chegados à região pelo Leste, adentrando o Rio Amazonas e seus afluentes. A maioria dos nordestinos era branca. Havia elementos miscigenados das raças negras e indígenas, além de portugueses, italianos, gregos, alemães, franceses, libaneses, entre outros. A miscigenação branca com um indígena resultou no elemento caboclo. (PESSOA, 2004 *apud* ARAÚJO, 2016, p. 106)

Os dizeres de Enoque Pessoa evidenciam que os trânsitos étnicos na região sempre foram intensos e contribuíram com a miscigenação de povos que aqui habitam até os dias atuais, com uma cultura a qual fez permanecer traços de diversos povos ao longo de todos os anos, tornando o cruzeirense tão plural quanto todas as culturas que o constituíram.

2 A TESSITURA LINGUÍSTICO-CULTURAL DE CRUZEIRO DO SUL: O ESTEIO TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 TOPONÍMIA: A CHAVE DOS SEGREDOS DOS NOMES

Certa feita, o herói Macunaíma saiu para passear numa noite de domingo na cidade de São Paulo, enquanto aguardava estrategicamente o melhor momento para recuperar sua Muiraquitã junto ao gigante Venceslau Pietro Pietra. Enquanto caminhava, viu algumas pessoas reunidas em torno de um homem explicando o significado do dia do Cruzeiro, do alto de uma estátua. Discursando em alto e bom som, o homem enunciava em detalhes a Constelação do Cruzeiro do Sul aos presentes, apontando para o céu com entusiasmo. Ao perceber do que se tratava, Macunaíma logo tratou de desfazer o que considerava ser um equívoco a explicação astronômica das quatro estrelas acerca da Constelação do Cruzeiro do Sul.

De imediato, o herói sobe no cimo da estátua e afirma: “Meus senhores e minhas senhoras! Aquelas quatro estrelas lá é o Pai do Mutum! juro que é o Pai do Mutum, minha gente, que pára no campo vasto do céu!¹⁶”. Na sequência de seu discurso Macunaíma passa a expressar sua versão antropológica para a Constelação através de uma linda narrativa mítica, daquelas do tempo em que os animais não eram mais homens. Segundo ele, o Pai do Mutum

Pauí-Pódole quis ir morar no céu pra não padecer mais com as formigas da nossa terra, fez. Pediu, pro compadre vaga-lume alumiar o caminho na frente com as lanterninhas verdes bem acesas. O vaga-lume Cunavá sobrinho do outro foi na frente alumiano caminho pra Camaiurá e pediu pro mano que fosse na frente alumiano pra ele também. O mano pediu pro pai, o pai pediu pra mãe, a mãe pediu pra toda a geração, o chefe-de-polícia e o inspetor do quarteirão e muitos Camaiurá, uma nuvem de valumes foram alumiano caminho uns prós outros. Fizeram, gostaram de lá e sempre uns atrás dos outros nunca mais voltaram do campo vasto do céu. É aquele caminho de luz que daqui se enxerga atravessando o espaço. Pauí-Pódole então avoou pro céu e ficou lá. Minha gente! aquelas quatro estrelas não é Cruzeiro, que Cruzeiro nada! É o Pai do Mutum! É o Pai do Mutum, minha gente! É o Pai do Mutum, Pauí-Pódole que pára no campo vasto do Céu!... Tem mais não". (ANDRADE, 1928, p. 71)

A explicação do herói Macunaíma acerca das quatro estrelas consideradas pela tradição astronômica ocidental como a Constelação de Cruzeiro do Sul nos é apresentada agora segundo a compreensão de um indígena que habita na Amazônia, portanto por um viés antropológico harmonizado à epistemologia.

Para este trabalho interessa muito a versão de Macunaíma para a definição das quatro estrelas que formam a dita Constelação do Cruzeiro do Sul. Afinal, estamos diante de um personagem indígena, habitante da Amazônia, que discursivamente reclama para sua cultura a

¹⁶ ANDRADE, Mário de [1928]. **Macunaíma** – o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Editora Contexto, p. 71.

interpretação de um símbolo nacional calcado na astronomia ocidental, e que serve de preâmbulo para discutirmos e reflexionarmos sobre o surgimento da cidade acreana de Cruzeiro do Sul e a origem de sua nomeação batizada pelo homem branco.

Antes, Terra dos Nawas, indígenas que habitavam a região e que foram sendo expulsos pelos homens brancos que adentram seu território para colonizá-la, a cidade de Cruzeiro do Sul foi criada discursivamente em 28 de setembro de 1904. Antes da sua fundação, “Cruzeiro do Sul era um pequeno povoado chamado de ‘Centro Brasileiro’, ou de terra das oito colinas¹⁷. Em 31 de maio de 1906 foi considerada cidade, e a 23 de outubro de 1912 passou a ser sede do município do Juruá, atualmente município de Cruzeiro do Sul” (ARAÚJO, 2016, p. 73). Nesse caso, diferentemente de Macunaíma no plano da ficção, no plano da realidade os indígenas não tiveram força nem ao menos para permanecer em sua região.

Analisando a história de Cruzeiro do Sul, nos deparamos com o povo Nawa, que vivia, segundo a historiografia local, no Alto Juruá, próximo ao local onde hoje está assentada a cidade em discussão. Esse povo, da família etnolinguística Pano, ficou conhecido como “guerreiros valentes” por ter resistido às invasões dos seringueiros bravamente até o seu “extermínio oficial” que ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Desde então, a sociedade cruzeirense utiliza o termo “naua” como um símbolo de cultura e identidade local, sendo nome de teatro, café, guaraná, dentre outros. Ocorre que, surpreendentemente, os Nawa “reapareceram” nos anos 2000 muito acima de onde haviam sido “exterminados”: no Parque Nacional da Serra do Divisor. Sendo hoje considerados um povo remanescente, os Nawa hoje já conseguiram a sua demarcação de Terra Indígena, reivindicada no órgão indigenista e devidamente atendida (PIMENTA, 2015).

Quando se fala do grupo étnico Nawa, uma informação sobressai logo: a de que a cidade de Cruzeiro do Sul foi construída em cima das terras dos Nawa. Ou seja, sobre os escombros desse grupo étnico nascia a cidade de Cruzeiro do Sul.

Diz ainda, no senso comum, que a região ocupada pelos Nawa veio a fazer parte do Departamento do Alto Juruá, onde o primeiro prefeito foi o coronel do Exército Gregório Thaumaturgo de Azevedo e que o referido prefeito adotou algumas medidas para que se evitassem os massacres, uma das medidas foi convocar padres para catequizar os indígenas. No site < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Nawa> >, lemos a seguinte informação:

Ainda em conformidade com Castello Branco, a atuação do governo federal na região teve início com a fixação da sede provisória da prefeitura no local denominado

¹⁷ Era conhecida como terra das oito colinas por haver oito grandes morros de terras que proporcionaria a “proteção” caso houvesse grande inundação devido as cheias do Rio Juruá.

Invencível, no dia 12 de setembro 1904, a qual pelo Decreto nº 28, de setembro de 1904, do então prefeito do Departamento do Alto Juruá, veio a ser definitivamente instalada em terras do ex-seringal Centro Brasileiro, com o nome de Cruzeiro do Sul. Em 31 de maio de 1906, Cruzeiro do Sul foi elevada à categoria de cidade (Castello Branco, 1930: 668).

Para os agentes da frente de extração da borracha, a fundação de Cruzeiro do Sul representava o início da consolidação da ocupação da região. Todavia, para os Nawa, a fundação dessa cidade deixou registrado na memória um período de grande violência contra eles.

(Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Nawa>, 2003. Acesso em 20 de setembro de 2022)

Enfim, com essa discussão se percebe o tamanho da resistência desse povo, que não se rendeu ao domínio dos exploradores e subiu o rio Moa em busca de abrigo e proteção na densa floresta, onde hoje está a aldeia Novo Recreio, refúgio dos Nawa, já com a terra demarcada e protegida pelos órgãos indigenistas da região.

A investigação, através de pesquisas históricas e atuais, nos possibilita discutir aspectos sociais e linguísticos de uma determinada localidade, sob as perspectivas do ensino da toponímia, nos proporcionando a compreensão de que “os nomes de lugares designam de uma maneira única um espaço físico que corresponde a um conjunto de descrições, ou se quisermos, que é identificável por um determinado conjunto de propriedades que só a ele dizem respeito” (SEABRA, 2008, p. 1956). Na maioria dos casos, as nomeações de determinados lugares “faz parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador¹⁸ a associar o espaço físico ao nome” e essas nomeações se dão “quando um lugar é “batizado” por uma pessoa ou por um grupo no início de seu povoamento” (SEABRA, 2008, p. 1956).

A respeito da importância dos estudos onomásticos, mais especificamente a Toponímia, para qual se volta esta pesquisa, Sousa (2012) afirma que

A onomástica [...] tem se apresentado, atualmente, como um campo rico para investigações, uma vez que o levantamento e a análise dos antropônimos e/ou dos topônimos constituem um resgate sócio histórico, podendo refletir fatos e ocorrências de diferentes momentos da vida de uma sociedade. Dessa forma, o antropônimo e o topônimo adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear. No Brasil, por exemplo, muitos trabalhos científicos têm sido desenvolvidos pondo em tela fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à toponímia. (SOUSA, 2012. p. 21)

Mas afinal, o que é Toponímia? Segundo Dick (1990) a Toponímia é uma área da ciência Onomástica¹⁹ que investiga a etimologia, o significado e as transformações linguísticas dos nomes de lugares. Os estudiosos Lima, Uchôa, Melo (2021, p.88), afirmam que “originariamente do grego *topos* (lugar) e *ónoma* (nome), ela visa o estudo dos nomes de lugares

¹⁸ Termo que se refere ao indivíduo responsável pelo “batismo” de determinado lugar.

¹⁹ Termo de origem grega formado pelos elementos *onoma* (nome) e *tékne* (arte) resultando em *onomastiké* que significa “a arte de nomear”. Ela é uma disciplina, integrante à Lexicologia, que estuda a origem dos nomes próprios analisando a etimologia, à evolução, à transformação e vários aspectos culturais.

e suas mudanças no decurso da história, refletindo aspectos culturais e sociais que envolvem tanto ações humanas quanto aspectos socio-geográficos de determinada localidade”. Ou seja, cabe aos estudos toponímicos estudar a procedência da significação dos nomes dos lugares, não se limitando somente ao aspecto linguístico ou etimológico “pois um topônimo sempre está relacionado à história e à cultura de uma localidade em estudo” (DICK, 1990, p. 35). Dessa maneira, podemos compreender que a Toponímia é a ciência que possibilita tanto os estudiosos quanto os leigos em estudos linguísticos, sociais, culturais etc. acerca da origem dos nomes de lugares em que estão inseridos, ampliando a compreensão histórico-cultural através das nomenclaturas de ruas, lagos, edifícios e afins.

O estudioso Renato Rodrigues Pereira, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul assinala que

durante muito tempo, as pesquisas toponímicas seguiam uma orientação basicamente alicerçada em investigações de cunho etimológico e histórico do signo, ou seja, puramente linguístico. Entretanto, apenas esse enfoque não se mostrou suficiente, conduzindo a novos caminhos para o estudo da toponímia, considerando-se, também, em algumas circunstâncias, fatores linguísticos e extralinguísticos. Em face disso, contemporaneamente, a Toponímia assumiu novos contornos, uma vez que, como disciplina integral e dinâmica, ligada à Linguística, considera a motivação do topônimo como uma forma de o designador imprimir, no ato da nomeação, características de natureza linguística, cultural e social no designativo escolhido para identificar o espaço em questão. (PEREIRA, s.d., p. 976. Disponível em: <https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/simposio_22.pdf>)

O topônimo, sendo um resultado da cultura de determinada localidade:

i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições preciosas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo corpus de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados. (SEABRA; SANTOS, 2012, p. 246)

Claval (2001) considera o ato de nomeação dos lugares como a tomada de posse do espaço, bem como a referenciação e orientação do local, afirmando que

[...] todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores [...]. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2001, p. 189)

Em se tratando de espaço²⁰, podemos compreender que pelo ato de nomeação, o espaço é simbolicamente transformado em lugar, que, por conseguinte, é um espaço com histórias e vivências individuais e coletivas de uma sociedade. A esse ato de nomeação, Paul Carter (*apud* Jackson, 1992, p. 168) define o batismo dos lugares como “fazer história espacial”, utilizando como exemplo a colonização da Austrália quando diz que

[...] nos setenta anos e tanto depois da chegada da Primeira Frota, o contorno da costa australiana foi mapeado, seus vazios no mapa sobrescritos, riscados com as trilhas dos exploradores, gradualmente habitados por uma rede de nomes; a faixa litorânea da Austrália [...] foi progressivamente sulcada e marcada com limites, suas planícies dos estuários e dos rios demarcados para cidades. Os descobridores, exploradores e colonizadores [...] estavam fazendo história espacial. Eles estavam escolhendo direções, empregando nomes, imaginando destinos, habitando o país. (PAUL CARTER *apud* JACKSON, 1992, p. 168)

O estudioso Jom Seemann (2005, p. 213) considera que “os nomes de lugares têm origens etimológicas diferentes e podem obedecer a um padrão espacial dentro de um contexto histórico-político”. Corroborando com as considerações de Jom Seemann, Claval (2001, p. 202) defende que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder”, isso porque o ato de nomear ou renomear muda brutalmente todo o espaço e perspectiva cultural “após a instauração de um novo poder, de uma invasão, ou do triunfo de novas modas” (JOM SEEMANN, 2005, p. 215).

Tomando como exemplificação, de fato, no contexto histórico-político, temos a era Getúlio Vargas (1930 – 1945) que, segundo Veiga (2001 *apud* Seemann, p. 215) “pode ser considerada a iniciativa mais bem sucedida de formular regras básicas nacionais de divisão territorial que ainda hoje continuam em vigor”, isso porque Getúlio Vargas defendia um Estado brasileiro centralizado e monolítico

[...] para dominar os regionalismos extremados, para conter o influxo perigosos das ideologias estrangeiras que ameaçavam corromper o espírito cívico, para assegurar a unidade do país e lhe coordenar as forças vivas em lamentável dispersão, devia ter o governante um ardente sentimento não só patriótico, mas sobretudo nacionalista (SCHWARTZMAN, 1983, p. 26)

O centralizado e monolítico governo da era Vargas cristalizou consequências no território brasileiro. Conforme Seemann (2005, p. 216 *apud* SCHWARTZMAN, 1983, p. 182)

[...] quanto à nomenclatura dos lugares, foi constatado, dentre outras “irregularidades”, um “regime de confusão e arbítrio”, verificando-se a identidade de denominações no mesmo estado, a extensão exagerada de muitos topônimos oficiais completos de sete e mais palavras e a diversidade de designação entre muitas

²⁰ Segundo o dicionário Oxford Languages, existem duas definições para o substantivo masculino “espaço”. A primeira definição é “extensão ideal, sem limites, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis. Já a segunda definição, que se enquadra nesta pesquisa, é “extensão limitada em uma, duas ou três dimensões; distância, área ou volume determinados”. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

circunscrições e as respectivas sedes. (SEEMANN *apud* SCHWARTZMAN, 1983, p. 182)

Muito nos interessa esse contexto histórico-político nos estudos toponímicos para que possamos ressaltar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que a Toponímia nos propõe pois, assim como Jom Seemann (2005) e Claval (2001) afirmam que o ato de nomear os lugares está ligado a cultura e poder no contexto histórico-político mantendo ou alterando a identidade de determinada localidade através das nomeações dos lugares.

Mas o que seria identidade? Se formos refletir quem somos na essência e o que é a identidade dificilmente teremos tranquilidade e conhecimento para fornecer uma resposta completa e inquestionável, tendo em vista que podemos obter diversas conceituações, dependendo da abordagem escolhida. A concepção de identidade pode ser entendida, segundo o dicionário, como: “os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo etc.” (AURÉLIO, 2001, p. 371).

Hall (2001) defende que

[...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2001, p. 38)

Ciampa (1987) expressa que para pensarmos em identidade é necessário refletirmos sobre como o sujeito estabelece relações com o grupo, entre si e com o meio em que vive. Vejamos:

[...] dizer que a identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural é aceitável pela grande maioria dos cientista sociais [...] com efeito, se estabelecermos uma distinção entre o objeto de nossa representação e a sua representação, veremos que ambos se apresentam coo fenômenos socais [...] não biológicos, psicológicos, sociais, etc. que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação[...]. (CIAMPA, 1987, p. 64-65)

Nessa perspectiva temos a representação simbólica dos topônimos como fruto dos aspectos histórico-culturais que memorizam, identificam e firmam a cultura de um povo em uma localidade. Entretanto, Pompeu Sobrinho (1944) observa que a denominação ou renomeação dos lugares nem sempre é decidida por unanimidade, ou seja, pelo senso comum de todos os membros de uma sociedade, porque

[e]videntemente, o novo topônimo vai encontrar uma natural resistência para firmar-se; o fenômeno é a consequência de uma força social conservadora, a inércia social, tão legítima e operante como a inércia em mecânica. Mais ou menos forte ou resistente, o seu valor proporcional ao peso da tradição local[...]. (SOBRINHO, 1944, p. 34)

Dick (1986) divide a toponímia em duas classificações, uma de natureza física e outra de natureza antropocultural, conforme mostra o Quadro 1 a seguir:

Quadro 01 – Classificação toponímica.

TAXIONOMIAS TOPONÍMICA	
Natureza Física	Natureza Antropocultural
Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral	Animotopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual.
Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral.	Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais.
Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática.	Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.
Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade.	Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal.	Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova/velho/velha.
Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas.	Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos.
Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral.	Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral.
Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos à construção do solo, representados por indivíduos.	Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material.
Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.	Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas).
Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica.	Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. É subdividida em: a) hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano. b) mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas.
Zootopônimos: topônimos de índole animal.	Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.
	Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.
	Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais.
	Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.
	Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça).
	Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.

Fonte: Sousa, Martins (2017).

Nunes (2013) assinala que

[...] toponímia é uma disciplina que se dedica ao estudo dos nomes dos lugares (municípios, cidades, vilas, estados), e é norteadada pela função onomástica. Em sua

formação, um topônimo recebe influências internas e externas que podem ser únicas ou combinadas (simples, compostos, híbrido). Essas influências podem vir das condições geográficas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, linguísticas ou taxionômicas. (NUNES, 2013, p. 612)

Em suma, tendo em vista que os estudos toponímicos são, de fato, amplos e que estão inseridos nos contextos tanto linguísticos como socioculturais, pode-se conceituar a toponímia “como a ciência que estuda o nome dos lugares e os designativos geográficas tendo em vista os aspectos físicos, os grupos humanos, as relações culturais e o desenvolvimento linguístico” (NUNES, 2013, p. 613).

Neste viés, posto por Seabra (2008) de que as particularidades próprias identificadas em cada topônimo faz parte de acontecimentos em determinada localidade/região, Carlos Alberto Alves de Souza em sua obra intitulada *História do acre: novos temas, nova abordagem* corrobora com a ideia da autora quando afirma que “nas cidades estão os retalhos e os fragmentos de nossa história” (2005, p. 45), nos conduzindo a analisar os nomes dos lugares de Cruzeiro do Sul, cidade que, no sentido oeste faz fronteira com o Peru, como um município que é repleto de fatos históricos que marcam a linguagem e a cultura de sua região através dos grandes fluxos migratórios ocorridos em meados do século XIX – e que serão discutidos a seguir, na qual muitos dos fatos não puderam ser contados ou registrados, seria o que Robert Moses Pechman (1994), em sua obra intitulada *Olhares sobre a cidade* chama de segredos, segredos que não foram contados ou que não foram ainda descobertos, segundo ele “[...] as cidades têm segredos! Segredos e esconderijos que propiciam a fuga, o cochicho das vozes perseguidas, que irão se transformar nos frutos da revolução, o refúgio dos acossados, seja por seu credo, seja por seus credores” (PECHMAN, 1994, p. 1).

Em todo o processo discursivo, histórico e construtivo da cidade de Cruzeiro do Sul, é perceptível duas características: os deslocamentos e as mobilidades de diferentes povos e culturas. No próprio hino da cidade, escrito por Fran Pacheco, nascido em Setúbal (Portugal) no dia 09 de março de 1874 e falecido em 17 de setembro de 1952, professor, jornalista escritor e diplomata, são refletidas as lutas, sofrimentos e as belezas encontradas pelos primeiros povos que aqui (i)migraram. Vejamos:

No regaço da Selva assombrosa
onde outrora espumava o Tapi
Uma Bela Cidade Ruidosa
Vimos hoje fagueira surgir

Para o seio da Mata orvalhada
as aragens correndo lá vão
E no cimo da Selva ondulada
Thaumaturgo Azevedo Dirão

Pasma o índio bravo confundido
Empolgando uma flexa nos ares
Ao ouvir que é tão repetido
Vosso nome nos nossos palmares

O lampejo do sol do progresso
Douro ufano este alcantil
Contemplado será no universo
Novo estado no chão do Brasil

E do trono dos seus esplendores
Sobre nuvens bordados de azul
Deus semeia cascata de flores
E abençoa o Cruzeiro do Sul

(PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL, 2022. DISPONÍVEL EM:
<<https://www.cruzeirodosul.ac.gov.br/municipio>>)

Nessa perspectiva, podemos compreender que Cruzeiro do Sul foi, é e ainda será palco de lutas sociais e culturais de interesses particulares e coletivos que nos evidenciam que “as cidades não são apenas “selvas de pedra”. São experiências humanas, são experiências vividas, empregadas em suas construções” (SOUZA, 2005, p. 45) que são refletidas, muitas vezes, de forma simbólica, nos nomes dados às localidades de determinadas regiões.

2.2 OS TOPÔNIMOS DE CRUZEIRO DO SUL: O PERCURSO METODOLÓGICO

Durante o percurso histórico-social do homem, sempre existiu a necessidade de nomeação aos lugares, estabelecendo uma inter-relação do homem com os espaços de sua vivência, descrevendo, através das nomeações, suas características físicas associando-os à elementos culturais. Eckert (2016, p. 222) assinala que “pela toponímia pode-se contar a história de uma região, especialmente se forem observadas as mudanças dos nomes decurso da história”, ou seja, os estudos toponímicos desembocam grandes informações históricas e linguísticas de determinada região, trazendo consigo memórias sociais de determinada localidade. Sobre isso Eckert (2016, p. 222) ainda diz que os “topônimos podem ser considerados uma marca de identidade regional”. É obviamente considerável concordarmos que por trás de toda a formação de uma região existem as ações humanas, as lutas entre classes, sagas de pessoas capazes de criar pequenas cidades em busca de melhores condições de sobrevivência e toda uma narrativa histórica governamental que precisa ser trazida à tona para entendermos como se deu o processo de construção de determinada localidade.

Cruzeiro do Sul, segundo o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, contava com 78.507 habitantes e em 2020 estimava-se uma média de 89.072 pessoas. Seguindo o viés da ciência Onomástica, mais especificamente sob a ótica do estudo toponímico,

consideramos Reis (1974, p. 62) para justificar sua nomeação. O estudioso afirma que o município recebeu “tal nome para reverenciar a Constelação do Cruzeiro do Sul, e foi escolhido pelo Gen. Thaumaturgo” sendo, portanto, enquadrando no que Dick (1990) chama de astrotopônimo²¹. Mas afinal, quem foi general Thaumaturgo de Azevedo? Quando ele viveu e qual a sua origem? Segundo o site Entretexto²², Thaumaturgo de Azevedo era

governador de dois estados brasileiros, do Piauí e do Amazonas, fundador e primeiro prefeito municipal da cidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, intelectual, autor de inúmeros artigos publicados sobre o Acre e os seus limites com a Bolívia, militar que protegeu a fronteira, na divisa Brasil/Peru, seu nome atualmente batiza uma cidade acreana chamada de Marechal Thaumaturgo. (ENTRETEXTO, 2021)

No site da FGV²³, em um documento produzido por Raimundo Helio Lopes, coletamos a informação de que “Gregório Thaumaturgo de Azevedo nasceu em Barras (PI) no dia 17 de novembro de 1853 [...] e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 29 de agosto de 1921”²⁴.

Figura 7: General Thaumaturgo de Azevedo.



Fonte: Facebook <

https://m.facebook.com/permalink.php?id=2082429452087261&story_fbid=2297418020588402&locale=pt_BR

>

²¹ São topônimos cujo os nomes são relativos aos corpos celestes em geral.

²² Disponível em: < <https://www.portalentextos.com.br/post/gregorio-taumaturgo-de-azevedo-1853-1921-um-olhar-particular-cronica-de-diego-mendes-sousa> >

²³ Fundação Getúlio Vargas.

²⁴ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEVEDO,%20Gregorio%20Taumaturgo.pdf>>

Thaumaturgo de Azevedo, além de nomear o município, “instalou na cidade Observatório Astronômico em 1904”, possibilitando, aos interesses da população, ver a constelação que o inspirou a “batizar” o município, mas “posteriormente em 1926 José Astrogésimo de Vasconcellos levou toda a aparelhagem, que era de procedência alemã e boa qualidade e a vendeu em Manaus e embolsou o dinheiro” (REIS, 1974, p. 62).

Figura 8: Estátua de Thaumaturgo de Azevedo, exposta na entrada da Avenida Coronel Mâncio Lima, em Cruzeiro do Sul.



Fonte: < <http://thaumaturgo.news.blogspot.com/2016/10/a-historia-por-tras-da-historia-batalha.html> >

A estátua exposta na Figura 8 representa a homenagem a Thaumaturgo de Azevedo. O poeta Diego Mendes Sousa, externa, no gênero textual crônica, seu apreço e respeito pela cidade de Cruzeiro do Sul referenciando a estátua do fundador do município em questão. Vejamos:

Estou há três anos na região do **Vale do Juruá**, em diálogo com o rio Juruá, que inunda uma cidade que me apresentou um dos céus mais encantadores do Brasil, com suas andorinhas migratórias matinais e de fim de tarde.

Céu de tonalidades múltiplas, peculiaridade da urbe **Cruzeiro do Sul**, encravada na Amazônia, na floresta que me habita, porque me sinto inscrito e identificado com as almas que dormem nas águas amazônicas.

Quando aterrissei no Acre, um piauiense do Norte, do mar, **filho da Parnaíba**, encontrei-me.

Estava em solo ancestral com encantaria indígena, Cruzeiro do Sul, a cidade mais importante do Vale do Juruá.

Passei a residir na Avenida Coronel Mâncio Lima, onde está situada uma bela estátua de Gregório Taumaturgo de Azevedo.

Diariamente, tinha o privilégio de cruzar com o marechal e fazer-lhe as reverências devidas como conterrâneo.

A Avenida Coronel Mâncio Lima é uma espécie de rua Grande, nunca foi assim denominada por sua gente, porém, para mim, que venho da Parnaíba, menino que agora percorre a Rua Grande (hoje Avenida Getúlio Vargas), que desemboca no rio

Igaraçu, geografia deltaica do meu tempo, a Avenida Coronel Mâncio Lima, em Cruzeiro do Sul, passou a ser o meu roteiro sentimental e o mais profundo corredor de imagens e de vivências.

(DISPONÍVEL

EM:

<

<https://www.portalentretextos.com.br/index.php/post/gregorio-taumaturgo-de-azevedo-1853-1921-um-olhar-particular-cronica-de-diego-mendes-sousa> >)

A (re)visitação da história do município neste estudo possibilitou a identificação de muitos personagens históricos importantes e nomes indígenas, batizando ruas, avenidas e outros logradouros. Para a materialização deste estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, na qual se buscam informações em documentos novos ou antigos que apresentem traços interessantes, dando subsídios para análise das características mais marcantes da cultura cruzeirense. Fez-se um extenso estudo bibliográfico, a fim de colher a maior quantidade de informações publicadas em jornais eletrônicos e livros, material este que será de grande relevância para a análise dos dados e compreensão do objeto de estudo. Na área dos estudos toponímicos nos baseamos em DICK (1990) e ECKERT (2016). Na perspectiva do uso da ciência Onomástica, mais especificamente a Toponímia, para o ensino e formação nos baseamos em SEABRA (2006), KHOURY (1989), URRY (2000, 2004, 2007). Como fonte de pesquisa para constituição do *corpus* de análise foi utilizado o mapa da cidade de Cruzeiro do Sul, na plataforma *Google Maps*.

Segundo Gil (2002, p. 62-63) a pesquisa documental nos proporciona algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”, ou seja, não exige, do pesquisador, contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Seguindo essa linha de raciocínio, Richardson (1999, p. 102) destaca que “o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social”.

Pádua (1997, p. 62) afirma que “pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos” levando o pesquisador a “mergulhar” no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere (educação, saúde, ciências exatas, ciências biológicas ou humanas).

Kripka, Scheller, Bonotto (2015) assinalam que

é de suma relevância salientar que a pesquisa documental consiste em um intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser examinados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 244)

Ao que tange a natureza da pesquisa, Silva e Menezes (2005) enfatizam que nesse tipo de pesquisa existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito na qual o pesquisador é o instrumento-chave e o ambiente é a fonte direta dos dados, o que não necessita do uso ou análise de dados estatísticos pois nos estudos qualitativos interessa compreender o campo social onde os sujeitos participantes estão inseridos.

Nessa perspectiva, além dos jornais e livros citados anteriormente, utilizamos a BNCC e os PCNs para que pudéssemos justificar a importância dos estudos toponímicos no ensino e formação dos discentes do ensino médio.

É importante²⁵ salientar que devido ao cenário pandêmico do COVID-19 que, segundo o Ministério da Saúde, teve seu primeiro caso registrado no Brasil datado em 26 de fevereiro de 2020²⁶, nos impossibilitou o contato, *in loco*, com moradores da cidade de Cruzeiro do Sul, pois, sob orientação da OMS – Organização Mundial da Saúde –, e do CNS – Conselho Nacional de Saúde –, que através da recomendação N° 036, de 11 de maio de 2020, nos instrui ao distanciamento social visando amenizar a contaminação pelo vírus (CNS, 2020).

A coleta de dados foi realizada nos mapas da cidade de Cruzeiro do Sul, por meio do serviço Google Maps, disponível na plataforma Google, onde identificamos e inventariamos 73 topônimos registrados, cartograficamente²⁷, em avenidas – que segundo o dicionário virtual Michaelis significa “rua mais larga que as outras, em geral arborizada, com várias pistas para circulação de veículos; via” e tem origem etimológica na língua francesa *avenue* (MICHAELIS, 2021); ruas – que segundo o dicionário Michaelis denota “caminho público em uma cidade, vila etc., ladeado por casas, prédios ou muros” e deriva do latim *rugam* e da língua francesa *rue* (MICHAELIS, 2021); estradas – que segundo o dicionário Michaelis significa “caminho, geralmente largo, que liga duas ou mais localidades, destinado ao trânsito de homens, animais e veículos; via de tráfego” e se origina do latim *stratam* (MICHAELIS, 2021); travessas – conceituada pelo dicionário Michaelis como “peça de madeira cruzada ou posta de través sobre outra peça; rua estreita transversal, entre duas ruas mais importantes” tendo origem etimológica do latim *transversa* (MICHAELIS, 2021) e estirões – que segundo

²⁵ A presente pesquisa seria de campo para que pudéssemos ter contato direto com os logradouros analisados neste trabalho. Simultâneo a isso, seriam feitas entrevistas com moradores locais para descobrirmos e entendermos as motivações das nomeações de determinadas ruas, avenidas, travessas, estradas e estirões existentes em Cruzeiro do Sul. O avanço e gravidade pandêmica da COVID-19 nos impossibilitou, inclusive, de coletarmos informações de fontes vivas (moradores antigos) de outros topônimos que aqui não foram analisados, porém, inventariados.

²⁶ Disponível em: www.gov.br

²⁷ Segundo o dicionário Michaelis, Cartografia significa “arte de compor cartas geográficas”; “descrição de mapas geográficos”. Tem origem etimológica na língua francesa *cartographie*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cartografia>

o dicionário Michaelis significa “ato ou efeito de estirar, puxando; alongamento, estiramento, puxão, esticão; caminhada de um longo percurso, estirada; grande distância que se estende de um ponto a outro; trajeto extenso, estirada” e, etimologicamente, a palavra deriva de *estirar* + *ão*. (MICHAELIS, 2021) sendo distribuídos entre topônimos de natureza física e antropocultural na cidade de Cruzeiro do Sul, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Topônimos de Cruzeiro do Sul

NATUREZA FÍSICA	NATUREZA ANTROPOCULTURAL
Astrotopônimos: Cruzeiro do Sul.	Animotopônimos: Rua Morada Feliz; Travessa da Alegria; Rua Paraíso, Estrada do Formoso; Travessa do Formoso.
Cromotopônimos: Rua do Breu; Estrada do Igarapé Preto.	Antropotopônimos: Avenida Lauro Mueller; Avenida Manoel Vitalino; Avenida Madre Adelgundes Becker; Rua Padre Alfredo; Rua Joaquim Távora; Rua Newton Prado; Rua Nilo Peçanha; Rua Hermôgenes Martins; Rua Tavares de Lira; Rua Afonso Pena; Rua Antônio Costeira; Rua Félix Gaspar; Rua Manoel Lopes da Cruz; Rua José Augusto de Araújo; Rua Carlos Lopes de Souza; Rua Elpídio Pereira Santiago; Rua Hermínio Generoso; Rua Gilvan Macedo; Rua Floriano Peixoto; Rua Germano Franklin; Travessa Mário Lobão; Avenida Boulevard Thaumaturgo; Rua Alita, Avenida Seabra.
Dimensiotopônimos: Travessa Mato Grosso.	Axiotopônimos: Avenida Coronel Mâncio Lima; Rua Coronel Carvalho; Rua Desembargador Távora;
Fitotopônimos: Rua Caju; Rua Cajá, Rua Guaraná; Rua Buriti; Rua do Madeira; Rua do Embira; Rua do Muru.	Corotopônimos: Rua Paraíba; Rua Goiás; Rua Rio de Janeiro; Rua Rio Grande do Sul; Rua Minas Gerais; Rua do Amazonas; Rua do Pará; Rua Mato Grosso; Rua São Paulo; Rua Santa Catarina; Travessa São Paulo; Travessa Pará; Rua Sergipe; Rua Pernambuco; Avenida Copacabana; Rua dos Paranás;
Hidrotopônimos: Avenida Beira Rio; Avenida Rio Juruá; Rua do Purus; Rua Yaco; Rua do Madeira; Rua do Remanso; Estirão do Remanso.	Etnotopônimos: Rua Canamaris; Rua Caxinawás; Rua Jaminawás.
	Hierotopônimos: Rua Santo Antônio;
	Historiotopônimos: Avenida 15 de Novembro; Avenida 25 de Agosto; Rua 23 de Outubro; Rua 28 de Setembro.
	Somatotopônimos: Estrada Boca do Móa;

Fonte: Dados da pesquisa.

Nossas estratégias metodológicas, durante esta pesquisa recorrem ao pensamento complexo para valorizar o potencial da Toponímia como estratégia didático-pedagógica formativa e de ensino, por meio da visão dialógica sobre os fenômenos educacionais. Esse paradigma apresenta em si mesmo “uma dificuldade inicial, que é considerar o humano em várias dimensões, entre objetividade e subjetividade, entre questões sobre si mesmo, a vida e o mundo, entre ser (sentido humano) e ter (sentido material)” (SALLES; MATOS, 2017, p. 119). Assim, consideramos, nesta pesquisa, a “complementaridade para superarmos a

incapacidade de articular os saberes em que estamos imersos” (SALLES; MATOS, 2017, p. 122). Nessa perspectiva metodológica, Edgar Morin (2003) afirma que

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, intertivo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre unidade e a multiplicidade. (MORIN, 2003, p. 38)

Percebe-se, assim, complexidade nos estudos toponímicos, pois se mostram como uma tessitura de diferentes campos do saber para o descobrimento da motivação do processo de designação dos topônimos.

Corroborando com essa perspectiva, Edgar Morin (2003) assinala que

todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos. [...] comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é circular, passando de separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese à análise. Ou seja: o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese. (MORIN, 2003, p. 24)

A seleção de uma metodologia, seguindo o viés dialógico proposto por Edgar Morin, nos permite contextualizar e produzir “a emergência de um pensamento ‘ecologizante’” (MORIN, 2003, p. 24), que situa e relaciona todos os acontecimentos, informações, conhecimentos na inseparabilidade com o meio social, cultural, político, econômico e natural. A metodologia por nós utilizada nesta pesquisa “não só nos leva a situar um acontecimento em seu contexto, mas também incita a perceber como este o modifica ou explica de outra maneira” (MORIN, 2003, p. 25).

Deste modo, apresentam-se as etapas da pesquisa:

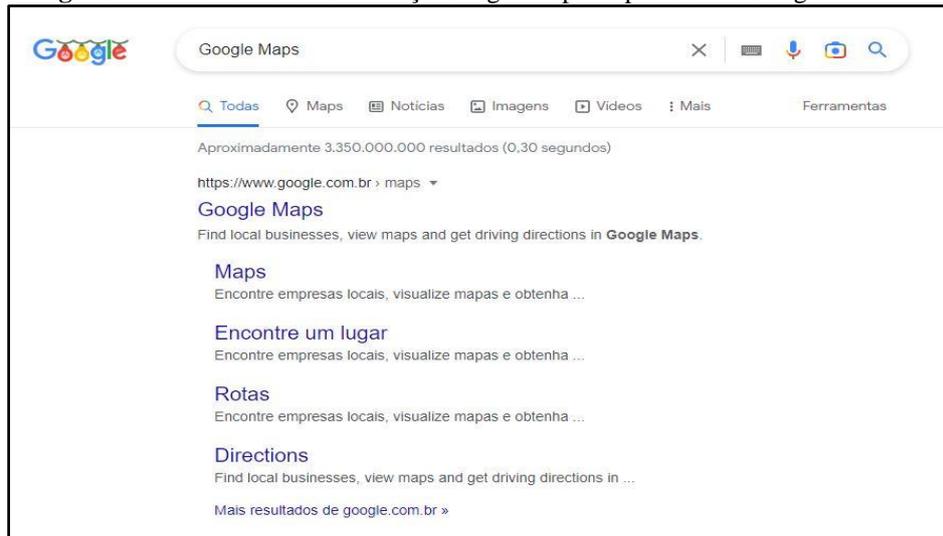
1. Estudo de material bibliográfico para fundamentação teórica e base para levantamento de dados histórico-geográfico do município de Cruzeiro do Sul;
2. Localização e inventário dos topônimos supracitados, pela plataforma Google Maps, por meio do mapa de Cruzeiro do Sul;
3. Análise etimológica e histórico-cultural dos Topônimos: Avenida Coronel Mâncio Lima, Avenida Lauro Mueller, Avenida Madre Adelgundes Becker, Avenida Rio Juruá, Avenida Beira Rio, Rua Tavares de Lira, Rua Caxinawás e Rua Jaminawás.

A análise etimológica e histórico-cultural justifica-se pela conexão da origem do nome, dados a essas localidades, com o aspecto histórico-cultural que nos possibilita desvendar as identidades e motivações de nomeação dos topônimos de determinada localidade. Sendo assim,

a etimologia ligada ao processo histórico-cultural promove aos processos educacionais uma melhor e mais profunda compreensão do *modus vivendi* do aluno em relação ao lugar em que se situa.

A primeira etapa para a realização dessa fase foi o acesso no website <Google Maps>, conforme a Figura 9.

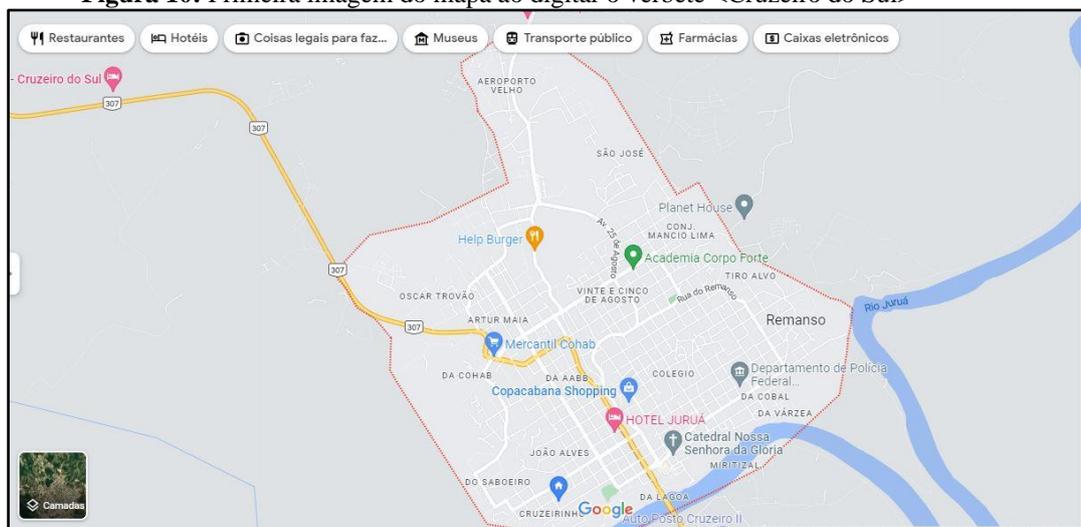
Figura 9: Primeiro acesso ao serviço Google Maps na plataforma Google



Fonte: Google Maps

Após o acesso, o buscador nos permite digitar a localidade que desejamos investigar. Assim, utilizamos a palavra-chave <Cruzeiro do Sul>, momento em que fomos direcionados para o mapa da nossa cidade, conforme identificamos na Figura 10.

Figura 10: Primeira imagem do mapa ao digitar o verbete <Cruzeiro do Sul>



Fonte: Google Maps

A partir dessa etapa, tivemos acesso às informações sobre os nomes dos bairros do município, momento em que identificamos o grande número de possibilidade de investigação. Assim optamos por conduzir o nosso estudo considerando os seguintes critérios:

- (1) Identificar topônimos de natureza física e antropocultural, em Cruzeiro do Sul, registrados no Google Maps;
- (2) Selecionar, dentre os topônimos identificados, 8 logradouros existentes em Cruzeiro do Sul;
- (3) Delimitar, a partir dos topônimos selecionados, 2 antropotopônimos; 2 axiotopônimos; 2 hidrotopônimos e 2 etnotopônimos.

Mediante aos critérios supracitados, foram localizados 73 topônimos registrados no mapa digital de Cruzeiro do Sul, constituindo o *corpus*²⁸ de estudo, com nomes de grandes personalidades que marcaram o município; datas comemorativas importantes na cidade; povos nativos identificados durante as primeiras explorações; rios; etc., dos quais muitos não têm dados e informações em jornais, livros, periódicos e documentos referentes às motivações e origem de seus nomes. Além disso, o cenário social no período de pandemia do COVID-19, que perdurou durante todo o período de desenvolvimento desta pesquisa, impossibilitou o contato direto com moradores antigos que residem nos logradouros da cidade de Cruzeiro do Sul. Dessa maneira, os topônimos aqui analisados foram selecionados porque, durante a análise dos dados, foi possível ter acesso a informações histórico-culturais, documentadas, mais amplas em jornais, periódicos, sites e livros, já que esta é uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Buscou-se, no extenso universo de 73 topônimos, duas representações de cada grupo, perfazendo-se o total de 8 logradouros para análise.

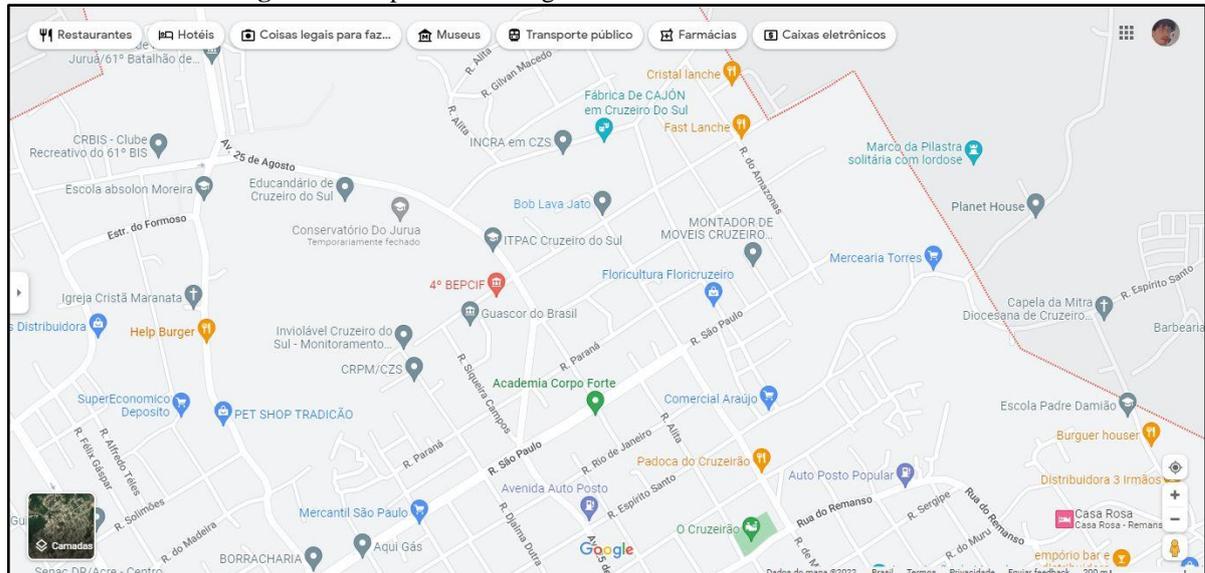
Por se tratar de uma pesquisa que utiliza ferramentas digitais em ambiente on-line, temos a possibilidade de ampliar o mapa, o que nos permite ver detalhadamente os topônimos, sem necessidade obrigatória de digitar nomes específicos dos logradouros denominados em ruas, avenidas, travessas, estradas e estirões existentes na cidade de Cruzeiro do Sul. Os topônimos mais recorrentes na cidade são os de natureza antropocultural pois, em grande parte da cidade, os nomes das ruas são em homenagens a personalidades que contribuíram no desenvolvimento do município, seja na área da educação, área política, área da saúde, área religiosa, área da

²⁸ Para Galisson e Coste (1983), *corpus* é: um conjunto finito de enunciados tomados como objeto de análise. Mais precisamente, conjunto finito de enunciados considerados característicos do tipo de língua a estudar, reunidos para servirem de base à descrição e, eventualmente, à elaboração de um modelo explicativo dessa língua. Trata-se, pois, de uma coleção de documentos quer orais (gravados ou transcritos) quer escritos, quer orais e escritos, de acordo com o tipo de investigação pretendido. As dimensões do *corpus* variam segundo os objectivos do investigador e o volume dos enunciados considerados como característicos do fenómeno a estudar. Um *corpus* é chamado exaustivo quando compreende todos os enunciados característicos. E é chamado selectivo quando compreende apenas uma parte desses enunciados.

infraestrutura, área do desenvolvimento social, etc. As Figuras 11, 12, 13 e 14 mostram, respectivamente, as regiões Norte, Oeste, Sul e Leste, todas com a listagem dos topônimos identificados.

Na região Norte, durante a inventariação dos topônimos existentes em Cruzeiro do Sul, identificamos esses: Avenida 25 de agosto, Avenida São Paulo, Estrada do Formoso, Rua Alfredo Teles, Rua Félix Gaspar, Rua Solimões, Rua do Madeira, Rua Paraná, Rua Siqueira Campos, Rua Djalma Dutra, Rua Rio de Janeiro, Rua Espírito Santo, Rua Alita, Rua Gilvan Macedo, Rua do Amazonas, Rua do Remanso, Rua Sergipe, Rua Hermínio Generoso, Rua Cajá, Rua Guaraná, Rua Buriti, Rua Paraíso, Rua Elpídio Pereira Santiago, Rua Padre Alfredo, Rua José Itamar Santiago e Rua Morada Feliz.

Figura 11: Topônimos da região Norte da cidade de Cruzeiro do Sul.



Fonte: Google Maps

Na região Oeste, conforme a Figura 12, estão presentes os seguintes topônimos: Avenida Lauro Mueller, Avenida São Paulo, Avenida 25 de agosto, Avenida 28 de setembro, Rua do Madeira, Rua Félix Gaspar, Rua Alfredo Teles, Rua Solimões, Rua Paraná, Rua Djalma Dutra, Rua Siqueira Campos, Rua Seabra, Rua Espírito Santo, Rua Rio de Janeiro, Rua Alita, Rua do Remanso, Rua Minas Gerais, Rua Sergipe, Rua Muru, Rua Pernambuco, Rua Jaminawás, Rua Paraíba, Rua Pará.

3 A TOPONÍMIA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DE ENSINO E FORMAÇÃO

3.1 TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS EM ANÁLISE

Seemann (2005) afirma que é importante o uso dos mapas para o processo de nomeação de lugares. Essa dinamicidade de nomeação e registro cartográfico pode ser observado em qualquer estado, cidade ou município brasileiro pois os nomes não são simples escolhas aleatórias “mas representações simbólicas, política e ideologicamente planejadas, que ganham seu pleno poder quando se ostentam nos mapas oficiais” (SEEMANN, 2005, p. 219).

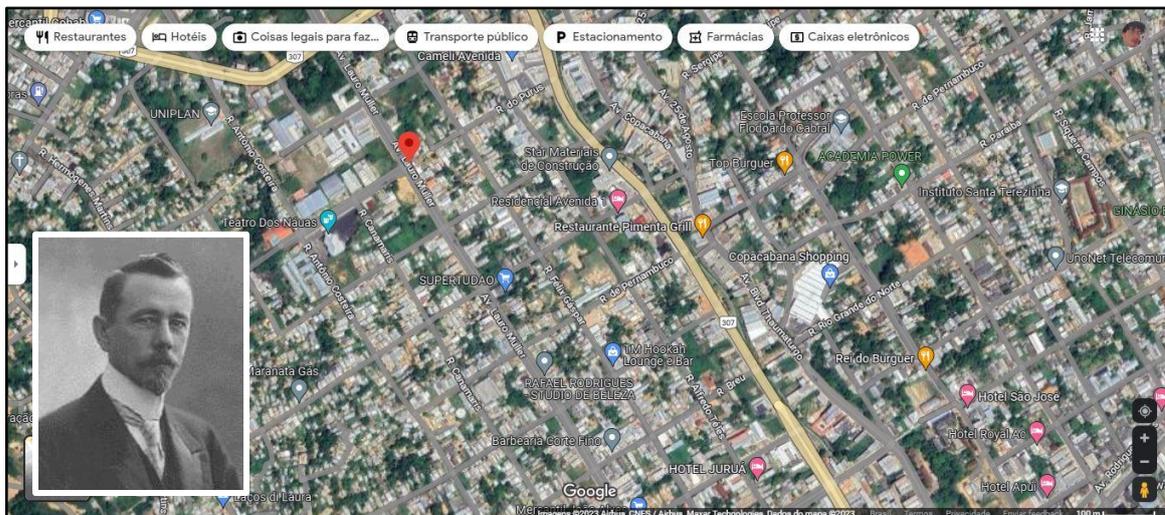
Nessa perspectiva, “para organizar esse espaço humanizado para fins de orientação, organização e referência, é necessário registrar e mapear as localidades, atribuindo-lhes nomes” (SEEMANN, 2005, p.209). O registro cartográfico dos topônimos se torna um “empreendimento de muitas facetas com grandes e excitantes potencialidades intelectuais” (ZELINSKY, 1997, p. 465). Seguindo a linha de pensamento de Zelinsky, percebemos que a cartografia (os mapas) é repleta de riqueza não só etimológica, mas também de fatos históricos e políticos que merecem uma análise que vai além das simples delimitações geográficas.

Analisando os dados coletados no mapa de Cruzeiro do Sul, foi identificada a motivação toponímica de oito logradouros, sendo eles: dois Antropotopônimos (Avenida Lauro Mueller e Rua Tavares de Lira, dois Axiotopônimos (Avenida Coronel Mâncio Lima e Avenida Madre Adelgundes Becker), dois Hidrotopônimos (Avenida Rio Juruá e Avenida Beira Rio) e dois Etnotopônimos (Rua Caxinawás e Rua Jaminawás).

3.1.1 Avenida Lauro Müller

Essa avenida constitui um importante logradouro da cidade de Cruzeiro do Sul, possibilitando o acesso a instituições como a Maternidade, possibilitando também acesso ao cemitério São João Batista e vários estabelecimentos comerciais como mercantis, postos de gasolina, etc.

Figura 15: Localização da Avenida Lauro Muller em Cruzeiro do Sul, destacada com o símbolo de localização em vermelho.



Fonte: Google Maps

Lauro Severino Muller nasceu no dia 8 de novembro de 1863 em Itajaí – Santa Catarina, e faleceu no dia 30 de julho de 1962 no Rio de Janeiro. O itajaiense e militar de carreira foi uma grande figura política na história brasileira, influenciando sua memorização em solo cruzeirense. Segundo a estudiosa Edinéia Cristiani Pedrotti (2012), Lauro Muller

[...]foi nomeado ministro das Relações Exteriores pelo marechal Hermes da Fonseca – primeiro presidente da República militar desde Floriano Peixoto – no dia 15 de fevereiro de 1912, em virtude da morte do barão do Rio Branco, que ocorrera cinco dias antes e causara grande comoção nacional, tendo em vista que Rio Branco fora responsável, durante sua bem-sucedida carreira diplomática, dentre outras obras, pela consolidação das fronteiras do Brasil. (PEDROTTI, 2012, p. 61)

Subtende-se, portanto, que Lauro Muller, como ministro diplomata das Relações Exteriores, teve grande participação no desenvolvimento histórico-social da cidade de Cruzeiro do Sul, já que esta faz fronteira com o estado do Amazonas e com o Peru.

Segundo o Dicionário de Nomes Próprios²⁹, o nome Lauro Muller vem do latim *Laurus* = “loureiro”, “vitorioso”, “triunfador” + *mille* = sobrenome que surge a partir do inglês médio que quer dizer “moinho” sofrendo variação alemã passou-se a escrever *Müller* e *Muller*.

Uma grande polêmica se instaurou no ano de 2017, quando foi aprovado o projeto de Lei n° 762/2017 que viera alterar o nome de uma das maiores (em extensão) e mais conhecidas avenidas do município, de Avenida Lauro Muller para Avenida Ildefonso Cordeiro que chegou a ser deputado federal, era fazendeiro e pai do prefeito da época (2017) Ilderlei Cordeiro.

²⁹ Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/muller/>>

Figura 16: Extrato da Lei que altera a denominação da Avenida Lauro Muller para Avenida Ildefonso Cordeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
 LEI Nº. 762/2017, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.
 ALTERA A DENOMINAÇÃO DA AVENIDA LAURO MÜLLER, PARA AVENIDA ILDEFONSO CORDEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 46, § 7º, da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Sul, FAÇO SABER que o Plenário aprovou, no dia 30 de maio de 2017, e eu PROMULGO, tendo em vista a ocorrência de sanção tácito por parte do Executivo Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o nome da Avenida Lauro Muller, em toda sua extensão, que passa a denominar-se "Avenida Ildefonso Cordeiro".
 Art. 2º - Compete ao Poder Executivo Municipal providenciar a substituição da placa de identificação de que trata esta Lei.
 Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões Ver. Luiz Maciel da Costa, em 21 de setembro de 2017.

Romário Tavares D'Avila - Presidente

Fonte: Diário Oficial do Estado do Acre (2017)

Segundo o site G1 (2017)³⁰, “o projeto de lei foi criado pelo vereador Antônio Cosmo (PMDB). De acordo com ele, o objetivo da mudança é valorizar as pessoas que fizeram diferença no município”, na mesma matéria o próprio vereador faz a seguinte declaração: “eu fiz um estudo sobre quem era Lauro Muller e era uma pessoa de outro estado, outro país que ninguém conhece e fiz para tentar resgatar a história de quem fez algo por nossa cidade”. Lauro Muller foi um republicano que, na época da fundação da cidade, era ministro das relações exteriores. O historiador Franciney Rocha, em entrevista ao G1 (2017) afirma que esse tipo de medida demonstra a falta de compromisso dos políticos com a preservação da história da cidade, declarando que

como historiador sou muito infeliz em Cruzeiro do Sul. Nossos homens públicos são pessoas mesquinhas, que pensam pequeno e não têm uma capacidade de pensar. Tirar o nome de Lauro Mueller foi mais uma aberração contra a história da cidade [...] como é que a cidade vai ter futuro, se ela não tem história? As pessoas arrebentam casas antigas e fazem prédios sem nenhuma preocupação com o passado. (G1, 2017. DISPONÍVEL EM <<https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/historiador-diz-que-tirar-nome-de-lauro-muller-de-avenida-em-cruzeiro-do-sul-e-uma-aberracao.ghtml>>)

Nesse viés, Seabra (2006) assinala que

a manutenção ou o apagamento do significado de topônimos leva-nos a refletir sobre a organização informativa que os cerca, sabemos que a referência não suscita problemas de sistemática e classificação – as relações são muito mais complexas do que uma relação biunívoca entre palavra e referente – mas também questões históricas e culturais, uma vez que no universo dos nomes de lugares encontramos registros de um passado, de interesses e visão de mundo comuns de um determinado povo. Por isso julgamos que falar de referência em Onomástica implica falar em cultura, história e rede social. (SEABRA, 2006, p. 1957)

³⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/camara-municipal-aprova-mudanca-de-nome-de-uma-das-principais-avenidas-de-cruzeiro-do-sul.ghtml>>

É perceptível que interesses sociopolíticos são inerentes no ato de nomeação de topônimos. Roe (1992) defende que a criação e/ou modificação de um novo topônimo reescreve e interrompe o espaço histórico, “ele tem a forma e função de uma arqueologia, ele reentra na história e, fazendo assim, articula a possibilidade de reescrevê-la”.

3.1.2 Avenida Madre Adelgundes Becker

A Avenida Madre Adelgundes Becker está localizada no bairro Miritizal, nos possibilita o acesso ao prédio da Prefeitura de Cruzeiro do Sul e a alguns estabelecimentos comerciais como mercearias, barbearias e lanchonetes. A Figura 16 nos mostra a localização dessa via conforme o mapa.

Figura 17: Localização da Avenida Madre Adelgundes Becker no município de Cruzeiro do Sul, indicada pela seta de indicação em vermelho.



Fonte: Google Maps

Madre Adelgundes Becker nasceu em 8 de novembro de 1831, em Westfália, na Alemanha e faleceu no dia 18 de julho de 1948 no Rio de Janeiro em decorrência de um câncer de estômago diagnosticado meses antes de sua morte e, apesar dos tratamentos realizados, seu estado de saúde acabou se agravando. Saiu de Espira, na Alemanha e chegou em Cruzeiro do Sul no dia 19 de dezembro de 1937, depois de longos dois meses, acompanhada de outras duas irmãs dominicanas: Atanázia e Diziboda.

Segundo o Dicionário de Nomes Próprios³¹, o nome Adelgundes Becker tem origem alemã *Aldegunde* = Adelgundes + *Becker* = padeiro. Algumas variantes do sobrenome Becker são *Bäcker*, *Beck*, *Becke*, *Beckert*.

³¹ Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/aldegunde/>>

Madre Adelgundes desenvolveu um grande trabalho religioso e educacional com jovens e crianças órfãs em Cruzeiro do Sul, fundando, em 1938, o Instituto Cultural Orfanológico – conhecido atualmente como Instituto Santa Terezinha – “visando a educação de crianças órfãs e da juventude feminina em geral”³². Segundo a pesquisadora da Universidade Federal do Acre, Maria Irinilda da Silva Bezerra (2017), era apontada como uma intelectual que não demonstrava apenas conhecimento teórico em áreas diversas do conhecimento, mas apresentava uma grande perspicácia técnica, capaz de fazer entender pelas alunas nas aulas de variados assuntos e disciplinas³³.

3.1.3 Avenida Rio Juruá

A Avenida Rio Juruá, assim como a Avenida Madre Adelgundes Becker, fica localizada no bairro Miritizal que dá acesso a Unidade Básica de Saúde Arito Rosas e a Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa, além disso possibilita o acesso a mercearias existentes nas extremidades nesse logradouro. Avenida Rio Juruá fica às margens do rio Juruá, conforme vemos na Figura 17.

Figura 18: Localização da Avenida Rio Juruá no município de Cruzeiro do Sul, sinalizado pela seta vermelha.



Fonte: Google Maps.

³² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AbJfKzkff4w>>

³³ Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

O Rio Juruá é um dos principais rios da bacia amazônica que nasce no Peru a uma altitude média de 453 m, possuindo uma extensão de 3.280 km, atravessa a parte noroeste do Estado do Acre, no sentido Sul, e no sentido Norte entra no Estado do Amazonas e despeja suas águas no Rio Solimões.

Na etimologia, a palavra Rio deriva do latim *rivu* suplantado posteriormente as palavras *flumen* e *fluviu* que, segundo o dicionário Priberam³⁴, significa “grande curso de água natural, quase sempre oriunda das montanhas, que recebe no trajeto águas de regatos e ribeiros, e desagua em outro curso de água, num lago ou no mar”. Já a palavra Juruá, segundo o tupinólogo³⁵ Eduard Navarro, procede do nheengatu³⁶ *iuruã*, que significa “*boca alta, boca aberta, foz desentupida de rio*”. Logo, etimologicamente Rio Juruá = *Rivu iuruã* = grande curso de água natural de boca aberta.

Importante salientar que a Avenida Rio Juruá percorre toda a extensão habitacional na margem direta das barrancas do Rio Juruá, fazendo ligação com a Avenida Beira Rio.

O Rio Juruá é de grande importância para a região do Juruá (onde está localizada a cidade de Cruzeiro do Sul) pois serve como hidrovia para diversas comunidades pois, rodovias são inexistentes para o tráfego entre alguns municípios (Marechal Thaumaturgo, Eirunepé, Ipixuna, Porto Valter, etc.). A navegação pelo rio Juruá não é das mais fáceis, ele é considerado o rio mais sinuoso da Amazônia e exige muita atenção dos comandantes das embarcações pois com alguns minutos de distração corre o risco de uma aproximação perigosa das barrancas, ocasionando acidentes.

No relatório de viagem realizada pelos antropólogos Anthony Seeger e Arno Vogel, do Museu Nacional, em janeiro e fevereiro de 1978, ao alto Juruá, constatamos que o rio Juruá sempre foi a principal via de locomoção entre cidades e municípios vizinhos, com o prazo médio de oito dias de viagem – caso houvesse problemas mecânicos no motor. Vejamos:

³⁴ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/rio#:~:text=1.,ou%20a%20e%20se%20assemelha>>

³⁵ A tupinologia é o conjunto de conhecimentos da etnologia e dos costumes tupis, principalmente da língua e literatura tupi. O tupinólogo é aquele que se dedica a esse ramo do conhecimento.

³⁶ O nheengatu é conhecido como língua indígena geral amazônica ou tupi moderno. Língua pertencente à família tupi-guarani, derivada do tronco tupi.

Figura 19: Diário de viagem, ao alto Juruá, dos antropólogos do Museu Nacional Anthony Seeger e Arno Vogel, em 1978.

2.2.2. Transporte. Embora haja uma estrada planejada de Cruzeiro do Sul até a foz do Breu, essa ainda não está em fase de construção. No VII BEC fomos informados que o trabalho não será iniciado a curto prazo. O único meio de transporte na área são embarcações ainda que existam duas pistas de aviação perto de Taumaturgo, na confluência dos rios Juruá e Amonêa, estas estão em condições precárias, para o uso de aviões menores. Também, não há gasolina e outras coisas, necessárias para viagens prolongadas, em Taumaturgo. Para viagens curtas há a possibilidade de alugar condução (trazendo gasolina) nesse lugar.

A distância de Cruzeiro do Sul à Foz do Breu, num batelão pequeno, com um motor de 15 HP tipo "burro preto", foi estimada em seis dias de viagem. Nos levamos oito dias por causa de problemas mecânicos. Sugerimos que se leve um ou dois motores extras para viagens longas. O comprimento do rio principal é reproduzido pelo tamanho dos afluentes e os índios tendem a morar nas cabeceiras dos afluentes - com o resultado de que o acesso aos grupos consumiu bastante tempo e gasolina. Não tivemos dificuldades em alugar ubã e motores pequenos, para subir os afluentes enquanto pudéssemos fornecer a gasolina. Em condições ideais, seria possível chegar aos axinaua do Seringal Jacobina, no rio Breu, em sete dias e meio de viagem a partir de Cruzeiro do Sul.

Fonte: Seeger; Arno (1978)

A história da navegação no rio Juruá está muito associada às diversas explorações de cunho econômico na região de Cruzeiro do Sul, principalmente à exploração do látex a partir das últimas décadas do século XIX. Atualmente (ano de 2023) os percursos feitos pelo rio Juruá, entre os municípios de Marechal Thaumaturgo, Eirunepé, Porto Valter e Ipixuna, através de barcos, canoas, lanchas e batelões, são os mais baratos e mais demorados (chegando a durar até 2 dias de viagem) por não haver rodovias e pelo custo elevado das passagens aéreas.

3.1.4 Avenida Beira Rio

A Avenida Beira Rio também constitui os logradouros existentes no bairro Miritizal e está localizada as margens do rio Juruá e possibilita também o acesso a Unidade Básica de

Saúde e à Creche São Francisco. A Figura 9, a seguir, nos mostra a localização da Avenida próxima as margens do rio Juruá.

Figura 20: Localização da Avenida Beira Rio no município de Cruzeiro do Sul, destacada com o símbolo de localização em vermelho.



Fonte: Google Maps.

A Avenida Beira Rio fica localizada no bairro Miritizal. Não tem documentos, notícias ou registros oficiais que expliquem a origem do nome deste topônimo. Mas, no senso comum, relata-se que por esse logradouro estar bem próximo as margens do rio, foi batizada como Avenida Beira Rio.

Etimologicamente o nome Beira Rio, segundo o dicionário Michaelis, deriva da redução da palavra *ribeira* que significa “terreno baixo, bem próximo às margens de um rio, geralmente banhado por ele; faixa de terra, inundada pelas águas de um rio ou pelo mar”³⁷, a palavra *beira* tem como conceito “faixa ou parte que demarca os limites de algo; aba, beirada, borda, cairel; área ou terreno em que a água de lago, mar, rio etc. alcança a terra; borda, margem, orla”³⁸. Já a palavra *rio*, na etimologia, deriva do latim *rivu* suplantado posteriormente as palavras *flumen* e *fluvii* que, segundo o dicionário Priberam³⁹, significa “grande curso de água natural, quase sempre oriunda das montanhas, que recebe no trajeto águas de regatos e ribeiros, e desagua em outro curso de água, num lago ou no mar”.

³⁷ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ribeira>>

³⁸ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=beira>>

³⁹ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/rio#:~:text=1.,ou%20a%20ele%20se%20assemelha>>.

A Avenida Beira Rio é popularmente conhecida por ser umas das primeiras avenidas a ser coberta pelas águas do rio Juruá em época de enchente e, que em todos os anos traz transtornos para a população ribeirinha. A Avenida Beira Rio, por ser às margens do rio, recebeu o referido nome. Uma matéria publicada no site de notícias G1⁴⁰, em janeiro do corrente ano (2023) temos a seguinte manchete “Enchente do Rio Juruá já afeta quatro bairros de Cruzeiro do Sul; não há desabrigados” na qual uma das moradoras da Avenida Beira Rio afirma que “fico dentro d’água. Subo cama, subo tudo e fica lá. Fico pedindo a Deus as águas desceram porque, além de ficar sem água para beber, fica sem luz e nada”⁴¹. Vejamos:

Figura 21: Manchete da notícia sobre enchente do rio Juruá.



Fonte: G1 Acre.

Notícias como as vistas na figura acima são transmitidas todos os anos devido as enchentes do rio Juruá que ocorre algumas vezes durante os primeiros meses do ano.

3.1.5 Avenida Coronel Mâncio Lima

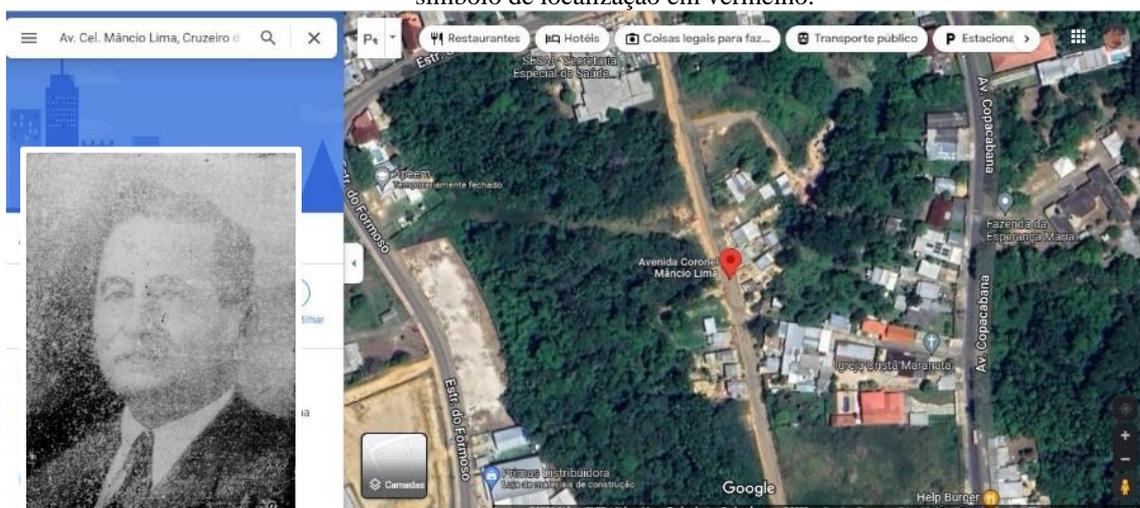
Essa Avenida é um dos mais conhecidos e movimentados logradouros de Cruzeiro do Sul. Diversos eventos são realizados na Avenida Coronel Mâncio Lima como: passeatas e

⁴⁰Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/01/24/enchente-do-rio-juruá-ja-afeta-quatro-bairros-de-cruzeiro-do-sul-nao-ha-desabrigados.ghtml>>

⁴¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/01/24/enchente-do-rio-juruá-ja-afeta-quatro-bairros-de-cruzeiro-do-sul-nao-ha-desabrigados.ghtml>>

carreatas da área da saúde e educação; movimentos grevistas; marcha para Jesus e vários outros eventos culturais, por estar localizada no centro da cidade e permitir acesso a muitos estabelecimentos como hotéis, sorveterias, escritórios de advocacia, escritório de contabilidade, Banco do Brasil, Brando do Bradesco, postos de combustíveis, churrascarias, papelarias, borracharias etc. A Figura 21, a seguir, nos sinaliza a localização da Avenida Coronel Mâncio Lima no mapa de Cruzeiro do Sul.

Figura 22: Localização da Avenida Coronel Mâncio Lima no município de Cruzeiro do Sul, destacada com o símbolo de localização em vermelho.



Fonte: Google Maps

Mâncio Rodrigues Agostinho Lima foi um importante seringalista de Cruzeiro do Sul que nasceu no dia 21 de maio de 1875 na cidade de São Bernardo Russas, estado do Ceará e faleceu no dia 22 de julho de 1950 em Cruzeiro do Sul. Chegou em Cruzeiro do Sul no dia 11 de maio de 1866 e foi prefeito do referido município nos anos de 1923, 1927, 1931 e 1934. No jornal *O Cruzeiro do Sul*, do ano de 1975, encontra-se uma matéria com a seguinte manchete: “Caravelle cruza céus Cruzeirense”, que faz alusão e homenageia as contribuições do Coronel Mâncio Lima no setor de comunicações e transportes do supracitado município. Vejamos:

o dia 14 de março marcou para Cruzeiro do Sul nova era no setor de comunicações e transportes. Na manhã daquele dia uma bela aeronave cruzava majestosamente o céu cruzeirense esplendidamente azul, iniciando uma nova etapa na linha aérea Manaus – Cruzeiro do Sul – Rio Branco, servida agora pelo Caravelle da Cruzeiro do Sul. Vale ressaltar que este acontecimento em nossa cidade, após dezenas de anos da aviação e propulsão a jato, coincide com o ano do centenário de nascimento do inesquecível Cel. Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, líder incontestado do Juruá e Pioneiro da aviação em nossa terra.

Obrigado Mâncio Lima, pelo que destes à Cruzeiro do Sul.

Nós cruzeirenses, após 25 anos que passastes, continuamos sentindo vossa ausência; continuamos sentindo vossa memória e vosso nome. Colhemos no progresso de hoje, os frutos que ontem semeastes com o mais puro idealismo e abnegação. A vida que imolastes no trabalho árduo da construção de uma pista de pouso, renasce em nossos corações todas as vezes que uma aeronave corta nossos céus, trazendo à cidade e ao povo que amastes os benefícios da civilização.

Obrigada Mâncio Lima! (O CRUZEIRO DO SUL, 1975. DISPONÍVEL EM: <http://memoria.bn.br/pdf/844250/per844250_1975_00011.pdf>)

Segundo o dicionário de nomes próprios⁴², Mâncio significa “o adivinho” e é de origem latina, não se sabendo ao certo a língua originária do referido nome. Já a palavra Lima, segundo o dicionário supracitado, “é considerado um sobrenome na língua portuguesa derivado do latim *limia* que significa “*esquecimento*”” significa também “aquele que pertence ao Rio Lima ou aquele que atravessou o rio do esquecimento”. O próprio dicionário⁴³ traz o histórico do sobrenome Lima dentro dos estudos da Onomástica (ciência que estuda e pesquisa a origem dos nomes próprios) discorrendo que

[...]o sobrenome Lima é classificado como toponímico, ou seja, baseado a partir da região geográfica onde habitavam as primeiras famílias a utilizar este nome. De acordo com uma lenda romana, propagada pelo geógrafo, filósofo e historiador grego Estrabão, na região Ibérica (Espanha e Portugal) existia um rio chamado Lima que, quem o atravessasse, perderia totalmente a memória. Para os Celtas, a palavra *limia* significava justamente “*esquecimento*”.

No entanto, a lenda foi desmistificada pelo general romano Decimus Junius Brutus, que segundo a história teria atravessado o rio Lima e, já na outra margem, chamado todos os seus soldados pelo nome. O chamado rio Lima nasce na Espanha, atravessa Portugal e deságua no oceano Atlântico. A família que habitava nas proximidades deste rio, acabou por associar o rio como uma referência para seus nomes, surgindo o sobrenome Lima (DISPONÍVEL EM: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/lima/>>).

Em suma, conforme as definições anteriores, compreendesse que o nome *Mâncio Lima* significa “o adivinho que atravessou o rio do esquecimento”.

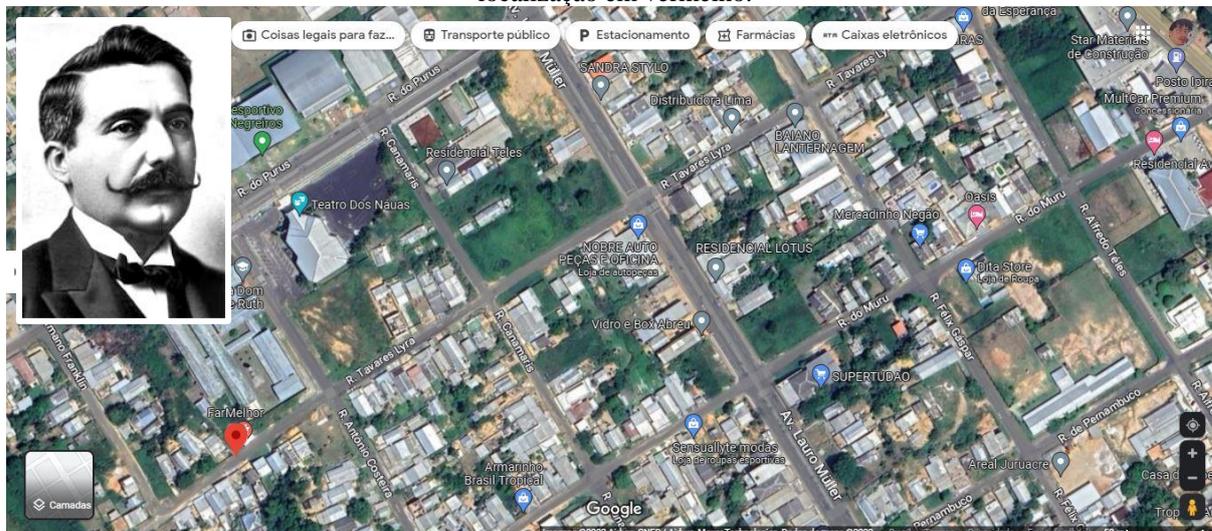
3.1.6 Rua Tavares De Lira

Essa rua compõe um importante logradouro da cidade de Cruzeiro do Sul por se tratar de uma marcante personalidade na área política. A Figura 22, a seguir, nos mostra a localização da Rua Tavares de Lira no mapa.

⁴² Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/mancio/>>

⁴³ Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/lima/>>

Figura 23: Localização da rua Tavares de Lira no município de Cruzeiro do Sul, sinalizada com o símbolo de localização em vermelho.



Fonte: Google Maps.

Augusto Tavares de Lira nasceu em Macaíba, Rio Grande do Norte, no dia 25 de dezembro de 1872, foi um grande líder político no referido estado. Nos anos de 1889 e 1890 atuou como governador, em 1891 e 1892 atuou como deputado federal (também no Rio Grande do Norte), em 1892 a 1896 tornará a ser, novamente, governador. Em 1896, novamente deputado, senador de 1897 a 1907. Em terras acreanas, segundo uma resenha publicada no site FGV⁴⁴, Augusto Tavares de Lira

[...] reorganizou em 1908 o território do Acre, reformou aspectos da Justiça Federal e local, regulamentou a nacionalização de estrangeiros, reorganizou o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e Militar, a Guarda Civil, a Casa de Detenção e a Colônia dos Dois Rios, o Ginásio Nacional, o Hospital dos Alienados, o Instituto Benjamin Constant e o ensino industrial da antiga Escola Politécnica, tornando-se figura de destaque no “jardim-de-infância” – grupo de jovens estadistas republicanos selecionado por Afonso Pena para pôr em prática seu programa governamental. (FGV, S.D. DISPONÍVEL EM: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIRA,%20Augusto%20Tavares%20de.pdf>>)

Como uma grande personalidade na área política, tanto no Rio Grande do Norte, quanto no estado do Acre, Tavares de Lira aceitou, após duas recusas anteriores, o convite para ocupar a pasta da Justiça no governo do presidente Afonso Pena, assumindo em novembro de 1906 o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sucedendo a Felix Gaspar de Barros Almeida. Nesse período, Tavares de Lira apresentou ao Legislativo um plano que viera a reformar, de

⁴⁴ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIRA,%20Augusto%20Tavares%20de.pdf>>

maneira geral, o ensino, tornando oficial a ortografia brasileira e empreendo várias obras públicas, entre as quais podemos citar o Instituto Oswaldo Cruz e a Biblioteca Nacional⁴⁵.

Após grandes feitos durante sua carreira política e na educação, Tavares de Lira faleceu no dia 21 de dezembro de 1958 no Rio de Janeiro.

Segundo o Dicionário de Nomes Próprios⁴⁶, o nome *Tavares* tem origem portuguesa e significa “*nascido em Tavares*”; “*habitante de Tavares*”. O breve histórico contido no referido dicionário nos informa que

[...] categorizado como toponímico, segundo estudiosos da onomástica, o seu primeiro portador teria sido D. Pedro Viegas, o qual se tornou o Senhorio de Tavares, passando a ser conhecido como D. Pedro Viegas de Tavares. Tavares era o nome de um município de Portugal. Hoje, faz parte de Mangualde, Distrito de Viseu (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2023).

Já o nome *Lira* tem origem grega *Lyra* e significa “*instrumento musical*”; *aquela que acalma com a sua melodia*”. O Dicionário de Nomes Próprios nos apresenta que

[...] embora não seja possível afirmar qual o seu étimo, estudiosos da onomástica indicam que o mesmo tenha origem mitológica [...] Lira é um instrumento musical que sempre acompanha Orfeu, o filho de Apolo que era médico e poeta. Com a sua lira, Orfeu conseguia acalmar pessoas, animais e elementos da natureza em geral. É por esse motivo que o nome pode assumir o sentido de “*aquela que acalma com a sua melodia*”. (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2023).

Observa-se, dessa maneira, que os sentidos complexos entre etimologia e história sociocultural dessa localidade, através da nomeação Rua Tavares de Lira enriquecem a cultura histórica da cidade de Cruzeiro do Sul.

3.1.7 Rua Jaminawás

A Rua Jaminawás, em face as ruas e avenidas analisadas anteriormente, não é tão conhecida pelo fato de ser um logradouro de curta extensão, comparado as demais analisadas nesta pesquisa, e por não haver também estabelecimentos que propiciem um maior fluxo de pessoas como, por exemplo, hotéis, agências bancária, unidade básica de saúde etc. Na Figura 23 podemos verificar sua localização em relação ao mapa.

⁴⁵ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIRA,%20Augusto%20Tavares%20de.pdf>>

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>>

Figura 24: Localização da Rua Jaminawás no município de Cruzeiro do Sul, sinalizado com o símbolo de localização em vermelho.



Fonte: Google Maps.

Os Jaminawás, originalmente escrito e denominado Yaminawá, são um grupo indígena que habita no estado do Acre. Estudos de Couto (2010, p. 31) revelam que “o etnônimo Jamináwa (Yaminawá, Yaminahua) é considerado por Erikson (1994) não como a denominação de um único povo, mas de um grupo de povos com características parecidas” e que o termo Jaminawá pode explicar a diversidade de povos conhecidos por essa denominação que podem ser encontrados no Peru, Brasil e Bolívia. Segundo Couto (2010, p. 31), “no Peru existem dois grupos, um vivendo nas cabeceiras do rio Juruá e outro nas cabeceiras do rio Purus. Esses dois grupos, entretanto, são distintos, sendo comum apenas sua denominação”.

Segundo o CPI-Acre (1982)⁴⁷, o nome Jaminawás é tido explicitamente como um termo para designar grupos diversos, “Jaminawá (nome genérico dado pelos brancos a índios do grupo Pano que são Xaranawá, Mastanawá, Xixinawá, Cududawá, Jauanawá, Marinawá, Kaxinawá, etc.” (CPI-ACRE, 1982, p. 22). Couto (2010) discorre que o CPI-Acre indica a presença de indígenas Jaminawás, originários do rio Tarauacá “em lugares como o igarapé Tamboriaco, afluente do Juruá-Mirim, e no rio Juruá, dentre outros lugares, destacando que é difícil ter precisão nesses dados devido à grande mobilidade do grupo” (COUTO, 2010, p. 46).

⁴⁷ A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) é uma organização da sociedade civil brasileira fundada em 1979, sem fins lucrativos, com sede em Rio Branco, capital do estado Acre. Sua missão é apoiar os povos indígenas que vivem no Acre em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivo – territoriais, ambientais, linguísticos, socioculturais – por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas.

Segundo um artigo publicado no site Pib Socioambiental⁴⁸ (2021),

[...]o termo Yaminawá começa a aparecer na segunda metade do passado século, e é traduzido habitualmente como “*gente do machado*” – ora de pedra, índice do seu primitivismo, ora de ferro, pela avidez com que procuravam utensílios de metal nas colocações seringueiras. [...] as grafias são muito variáveis: além de Yaminawá (com o aportuguesamento no Brasil, Jaminauá) e Yaminahua (no Peru e na Bolívia) podemos encontrar Yuminahua, Yabinahua, Yambinahua etc. Para além da diversidade ortográfica, devemos considerar que o costume de fazer trocadilho como nome de povos vizinhos, muito comum no jogo das relações intertribais Pano, pode gerar outras versões.

O sufixo *nawa*, que caracteriza a maioria dos povos Pano do Acre, se apresenta, dependendo dos povos, em versão oxítone ou paroxítone. “Yaminawá” espelha melhor a pronúncia indígena (o “j” português é estranho à sua língua, assim como o som fechado do espanhol “hua” ou “gua”) e preserva assim as conotações históricas do nome.

Os Yaminawá se identificam com esse nome dado por outrem. Explicam que seus nomes “verdadeiros” são Xixinawá (*xixi*= quati branco), Yawanawá (*yawa*= queixada), Bashonawá (*basho*= mucura), Marinawá (*mari*= cutia) e assim por diante, dentro de uma série virtualmente infinita. (DISPONÍVEL EM: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yaminawá>>)

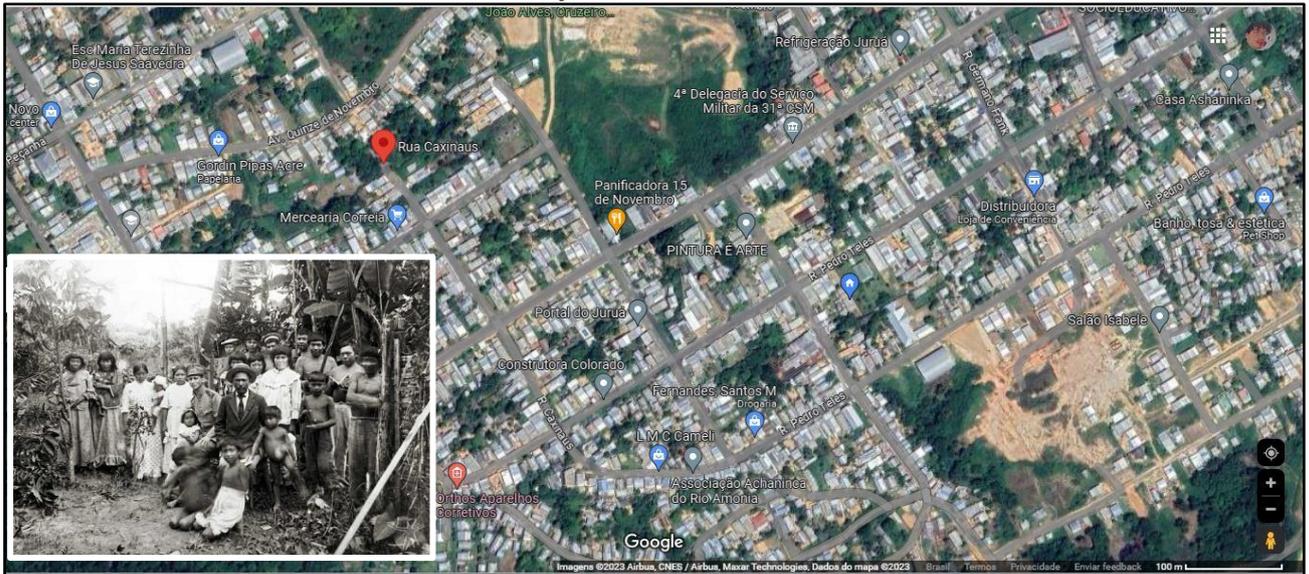
Percebe-se, dessa maneira, que a rua Jaminawás recebeu tal nome em alusão aos povos indígenas do grupo Pano nativos do Acre as margens dos rios que propiciaram os percursos durante as inúmeras expedições ao Vale do Juruá, tendo contato físico durante as correrias com caucheiros, seringueiros, e (i)migrantes de diversas partes do mundo durante o período áureo da borracha.

3.1.8 Rua Caxinawá

A Rua Caxinawá é um segundo logradouro da cidade de Cruzeiro do Sul que recebe o nome de povos indígenas. Assim como a Rua Jaminawás, a Rua Caxinawá também não é amplamente conhecida pelos cidadãos cruzeirenses por não haver, na localidade, prédios ou ações que possibilitem um maior fluxo de indivíduos pela região. A Figura 24 nos possibilita a visualização da Rua Caxinawá no mapa.

⁴⁸ Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yaminawá>>

Figura 25: Localização da Rua Caxinawás no município de Cruzeiro do Sul, sinalizado com o símbolo de localização em vermelho.



Fonte: Google Maps.

Segundo o site Pib Socioambiental (2022),

[...] os Kaxinawá pertencem à família linguística Pano que habita a floresta tropical no leste peruano, do pé dos Andes até a fronteira com o Brasil, no estado do Acre e sul do Amazonas que abarca respectivamente a área do Alto Juruá e o Vale do Javari [...] cada um deles se autodenomina *huni kuin*, homens verdadeiros, ou gente com costumes conhecidos. Uma das características que distinguem os *huni kuin* do resto dos homens é o sistema de transmissão de nomes. Este sistema existe tanto entre os Kaxinawá quanto entre os Sharanawa, os Mastanawa, os Yaminawa e outros nawa. (DISPONÍVEL EM: <pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yaminawá>)

Sobre a origem do nome Kaxinawá, aportuguesado para Caxinawá, a estudiosa Beatriz Christino (2018, p. 6) assinala que os Kaxinawá são “autodenominados *Huni Kuin* (expressão que pode ser, apenas de forma bastante aproximada, traduzida por “humanos autênticos)””. Camargo (2013, p. 45) discorre que “*Kuin*, termo intraduzível, tem seu significado moldado segundo seu referente contextual. Um caxinauá, como outros grupos panos, por variações fonéticas, autodenominam-se *huni kuin*, “homem *kuin*”. Um caxinauá pode ser visto como um *huni kuinmaki*, ou seja, um “homem não *kuin*”, se o enunciador caxinawá descartar outro caxinauá de seu espaço referencial.

Terri Valle de Aquino, em sua viagem pelo rio Breu no ano de 1987, discorre que

[...] em sua própria língua os Kaxinauá autodenominam-se *Huni Kuin*, que significa “os homens de verdade”. Falam um idioma do tronco linguístico Pano, muito semelhante a língua falada pelos Jaminauás, Arara, Poianauá, Ruquini, Iauanauá e Katuquina do Alto Juruá. [...] Embora estejam dispersos especialmente por uma área muito grande, as diferenças de dialetos são mínimas, o que constitui um fator fundamental da construção da identidade étnica do povo *Huni Kuin*.

A maioria dos homens Kaxinauá falam corretamente o português regional, podendo ser considerado bilingues. Já as mulheres e as crianças, em sua grande

maioria, só falam mesmo no seu próprio idioma. Apesar de viverem na fronteira nenhum índio Kaxinauí fala Castellano. (AQUINO, 1987, p. 02)

Homenagear o povo Kaxinawá/Caxinauí/Huni Kuin com referenciação nos topônimos é um ato de reconhecimento da bravura e resistência enfrentada por eles durante o período de colonização. Terri Valle de Aquino, em seu diário de viagem assinala que

[...] desde o século passado que os Kaxinauí foram alcançados por duas frentes extrativistas, uma itinerante e de curta duração, composta por caucheiros peruanos e a outra estável e sedentária, formada por seringalistas/seringueiros brasileiros.

O processo de ocupação e colonização da região do Alto Juruá, habitat tradicional do povo Kaxinauí, foi extremamente violento e realizou-se em tempo relativamente curto.

A frente caucheira deslocou-se dos vales do Alto Ucaiali, passando por varadouros abertos na mata até as cabeceiras do Alto Juruá. A sua curta duração na região ocupada pelos Kaxinauí deixou marcas profundas na vida desse povo. Já a frente da seringa, penetrou profundamente nos antigos territórios indígenas e é de profunda significação para os Kaxinauí até os dias de hoje (AQUINO, 1987, p. 06).

Além das correrias enfrentadas durante o período de exploração da borracha, os Kaxinauí sofreram represálias e diversas ameaças após a implantação da Cooperativa Kaxinauí, em maio de 1986, que resultou o rompimento com o monopólio comercial do barracão dos seringais e passaram a comprar e vender mercadorias mais baratas e diversificadas por melhores preços. As principais ameaças sofridas pelos Kaxinauí eram dos antigos patrões que alegavam dívidas anteriores com o seu barracão, objetivando analisá-los. Porém, as ameaças não resultaram positivamente, segundo um documento escrito pela esposa do Sr. Cândido Ferreira Rodrigues, patrão do Breu, em nome dos seringueiros acreanos do rio Breu. Vejamos:

Seringal Breu, 19 de Maio de 1986

Estivemos em uma reunião hoje, no dia 19 de maio, na colocação Transual, junto com o senhor Macedo (indigenista da Funai) e o seu secretário índio Antonio Apurinã (representante da UNI-Norte).

Estiveram na reunião as seguintes pessoas: José Rodrigues de Araújo, vulgo Zuza, Manoel Ferreira, Mariano Dias, Manoel Brito e o senhor Raimundo Cruz. Todos são brancos. Ouvimos as seguintes palavras, ele o senhor Macedo falou primeiro pra nós brancos ficarmos sabendo que todas estas terras do Breu, que nós moramos a partir desta data pertence aos índios Caxinauí, pois a terra é indígena e que nós não poderíamos ficar neste seringal mais nem um dia e nem podia colher nem as agricultura que tinha e que nossas plantações nem o campo da sede valia nada, não tinha direito de indenizações, que o patrão não tinha nada neste seringal, que nós não tinha o direito de cortar nem um varejão e que nosso patrão só ia chegar aqui mentindo e que ele era um traidor (AQUINO, 1987, p 12).

O efeito de movimentos sociais realizados pelo povo Kaxinauí tomou grande proporção e valorização, preocupando os seringueiros e seringalistas da região do Alto Juruá. Vejamos:

[...] Senhor Presidente da República, senhor Governador do Estado do Acre, senhor Prefeito de Cruzeiro do Sul e demais autoridades, pedimos carcidamente as vossas ajudas, pois com a passagem deste senhor Macedo ficamos todos moradores brancos

preocupados com as irregularidades que ele veio fazendo com nós. Se o senhor patrão não chegasse tão depressa pra nos aconselhar pra cada um ficar em seus lugares até chegar o conhecimento da verdade, nós tínhamos baixado até Cruzeiro do Sul pra pedir uma ajuda ao nosso prefeito, pois era a quem nós podia se dirigir mais de perto. Não era tão bonito nós brancos, que somos moradores anigo deste seringal, chrgar até na porta da prefeitura de Cruzeiro do Sul, fazendo greve e pedindo um pedaço de pão pros nossos filhos para não vê-los morrendo de fome. Achamos que as promessas que o senhor Macedo nos deu era todas mentirosas.

Achamos que o Governo está dando mais apoio para os índios do que pra nós brancos, pois somos nós que damos produção de borracha ao Brasil e não os índios. Achamos que nós somos esquecidos por morar tão distante, nem sequer falam no povo do Seringal Breu (Jacobina) (AQUINO, 1987, p 13).

Foram apresentadas aqui algumas considerações importantes voltadas para os aspectos etimológico e histórico-cultural. Contudo, o estudo não conseguiu localizar informações mais exatas para a construção de um perfil mais delineado sobre Cruzeiro do Sul. Não se tem dados, por exemplo, sobre quando e quem nomeou esses logradouros e, ainda, em que circunstâncias. Isso mostra lacunas a serem preenchidas, pois tudo é importante para a compreensão do processo de formação da cultura cruzeirense.

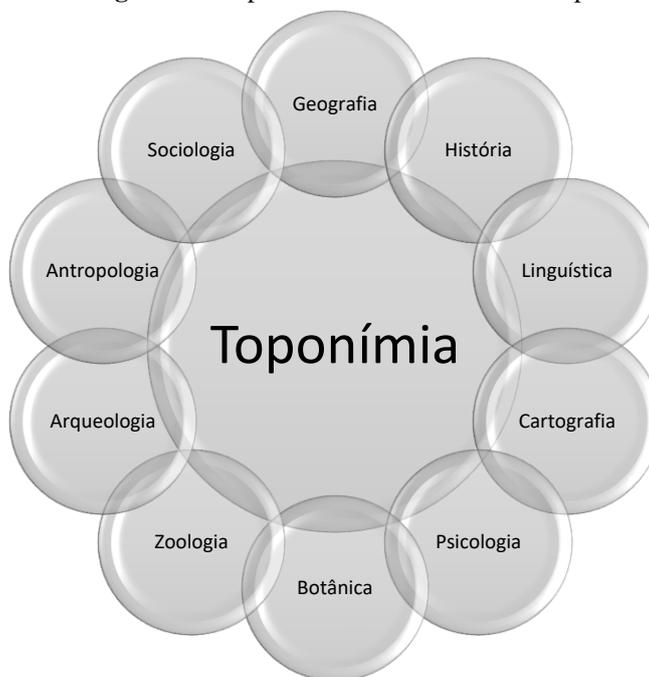
Mediante as análises realizadas, percebemos que a Toponímia muito tem a contribuir e a nos revelar pelos estudos dos nomes de logradouros da cidade de Cruzeiro do Sul, pois, promove a (re)visitação da história, por meio do mergulho no tempo, que assume importância e significados variados em diferentes contextos. Essa perspectiva sustenta-se em uma compreensão de que não existe uma única noção de tempo e que ele não é homogêneo nem linear, proporcionando, assim, diversas e complexas significações, como pôde-se ver por meio dos oito topônimos analisados aqui, onde ganham distintas dimensões cronológicas, histórico-culturais, simbólicas e, ainda, abstratas. Estas percebidas por meio dos acontecimentos nas narrativas, que mostram o fato narrado tanto no tempo transcorrido como no tempo constituído no espaço narracional.

3.2 UM OLHAR SOBRE OS PCN E A BNCC: À LUZ DA COMPLEXIDADE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN propõem que “a formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação” (PCN, 2000, p. 5). Sob essa perspectiva, podemos vislumbrar uma formação educacional mais rica a partir da valorização da essência interdisciplinar da Toponímia. Interdisciplinaridade aqui, pelo olhar complexo, “[...] pode também significar troca e cooperação, o que faz com que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica” (MORIN, 2003, p. 107), possibilitando a Toponímia funcionar como uma estratégia didático-pedagógica integrada a

outros campos de saber, como a História, Antropologia, Geografia, Psicologia, Sociologia, Linguística, Cartografia, Zoologia, Botânica, Arqueologia, dentre outros. A inclusão dos estudos toponímicos, no ambiente escolar, é capaz de contribuir para um maior entendimento sociocultural e histórico de determinada localidade.

Figura 26: Toponímia no contexto interdisciplinar



Fonte: Adaptado de Andrade (2011, p. 220).

A figura acima mostra a Toponímia em um sistema que os diversos campos de conhecimento podem se integrar em ações colaborativas e complementares sem o detrimento de outra, mostrando intercambiamento entre todo e partes, na formação de um tecido orgânico. Estudos feitos por Andrade e Dick (2012) ressaltam que

Na geografia, a toponímia pode dar informações sobre vários aspectos: relevo, flora, fauna etc. pode ainda auxiliar na delimitação da separação entre duas zonas geográficas (por exemplo, entre a zona dos cocais e a caatinga do sertão brasileiro). É considerada uma fonte de informação para os historiadores (colonização, imigração, histórica e memória oral etc.), antropólogos (identidade, relação homem, cultura e meio social), biólogos (nomes de seres que compõem determinado bioma), botânicos (nomes de plantas) e outros pesquisadores. A linguística, particularmente, permite estudar a evolução fonética, a etimologia, os aspectos morfossintáticos e semântico-lexicais. (ANDRADE; DICK, 2012, p. 205)

A partir dos múltiplos olhares, transitando de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, os estudos dos nomes de lugares auxiliam na ampliação do conhecimento, permitindo que o processo de denominação dos topônimos não fragmente ou anule as possibilidades e contribuições de outras disciplinas. Assim, os topônimos podem ser abordados para além dos aspectos histórico-cultural e etimológico, naturalmente. Em sala de aula, o professor pode

provocar o interesse do aluno por meio de atividades exploratórias, com passeio pelas ruas apresentadas, a fim de observar o local para descrevê-lo. A Avenida Rio Juruá permitiria uma discussão sobre a vida ribeirinha, por exemplo, o que abriria espaço para a reflexão sobre os *modus vivendi* da localidade. Atualmente, as ferramentas metodológicas são muito diversificadas e eficientes, sendo possível realizar um passeio até mesmo virtual, podendo adentrar no Google Maps com satélite, o que possibilita ver com minúcias os logradouros.

A reforma dos PCNs do que se chama de “o novo ensino médio” visa a ampliação⁴⁹ de conhecimento geral, opondo-se a formações específicas e restritas a outros campos do saber. Vejamos:

[...] as propostas de reforma curricular para o Ensino Médio se pautam nas constatações sobre as mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral. [...] Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar formular, ao invés do simples exercício de memorização. (PCN, 2000, p. 5)

A nova proposta busca construir novas alternativas de organização curricular que sejam comprometidas com fatores externos ao ambiente escolar, visando aplicar o conhecimento no contexto do trabalho em meio a globalização. O PCN ressalva que

[...] considerando-se tal contexto, buscou-se construir novas alternativas de organização curricular para o Ensino Médio comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e, de outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar, como tal no mundo do trabalho e na prática social. Há, portanto, necessidade de se romper com modelos tradicionais, para que se alcancem os objetivos propostos para o Ensino Médio (PCN, 2000, p. 13).

Por outro lado, pode-se buscar meios em prol de uma formação mais rica e humanizada por meio do diálogo entre os aspectos teórico-metodológico-disciplinar, significando que tradição e inovação podem ser modelos comunicantes. A tradição necessariamente não é prejudicial ao ensino e à formação escolar. Talvez, falte ainda mais reflexão sobre os modos de fazer e pensar educação, o que é justificável, em certa medida, uma vez que os resultados das ações nesse campo são perceptíveis a médio e longo prazo. De qualquer modo, vale fazer essa menção, pois o pensamento complexo não separa ou se desfaz de outros paradigmas educacionais, mas busca o que há de positivo em cada visão; assim, pode-se ressignificar a

⁴⁹ A palavra “ampliação”, segundo o dicionário Oxford Languages, significa “ato ou efeito de ampliar(-se); ampliação; alargamento, dilatação”. A perspectiva, é de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam diariamente.

concepção de tradicional ou de ensino tradicional, valorizando algumas práticas pedagógicas que contribuíram para a formação do aluno em diferentes momentos.

Por meio dessa compreensão, a formação escolar e humana mostra-se como uma malha em que seus fios se entrecruzam em uma tessitura heterogênea, abarcando, também a Toponímia em sua essência plural. Santana (s.d., p. 1) assinala que

[...] tem-se a toponímia como uma prática que parece atrelada a diversos processos políticos e sociais, observa-se então, os topônimos como frutos de uma visão de mundo gerada pelos grupos, carregados então de toda uma movimentação cultural que atua sobre o coletivo. De certo modo, aparecem como uma espécie de recorte temporal de determinada realidade, englobando experiências individuais e coletivas daquele meio, podendo apreciar aspectos históricos, religiosos, políticos ou geográficos. Sendo assim, uma extensa fonte para pesquisadores, no sentido de possibilitar essa aproximação com o imaginário popular que se constituiu anteriormente. (SANTANA, S.D, p. 1)

A escola, enquanto instituição social, em uma perspectiva geral, é responsável em grande parte pela formação cidadã de seus alunos, na qual possibilita o conhecimento necessário da construção de uma identidade e a ideia de pertencimento com o lugar em que habita. Santana (s.d., p. 1) conclui que

[...] é necessário pensar sobretudo no caráter interdisciplinar que possibilita o estudo da toponímia, a partir da intersecção de diversos elementos culturais que se apresentam, portanto, podendo ser uma alternativa à disciplina de história, no sentido de usufruir desse campo como uma forma de gerar diálogo com a realidade dos próprios alunos, permitindo entender a história local e as temporalidades que se constituem. (SANTANA, S.D, p. 1)

Entre as diversas propostas e orientações contidas nos PCNs (1998, 2000), frisa-se, de maneira especial, o tratamento interdisciplinar no ensino médio da Língua Portuguesa. O PCN (2000) esclarece que

[...] na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos. (PCN, 2000, p. 21)

A partir dessa ótica, em que a visão socioeducacional se destaca, a abordagem dos estudos toponímicos no currículo escolar, nas aulas de Língua Portuguesa, se propõe como uma relação entre os conhecimentos sócio-históricos e saberes linguísticos para a análise e compreensão do sentido que o topônimo possui. Carvalho (2012) assinala que

[...] considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitedos de geração em geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce sua capacidade de exprimir sentimentos, ideias, de cristalizar conceitos. [...] o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo,

podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época. (CARVALHO, 2012, p. 3)

No âmbito nacional, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), frisa que a instituição escolar tem por dever

[...] valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem o aluno entender as relações próprias do mundo e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017, p. 9)

A abordagem dos estudos toponímicos, atualmente, ainda é incipiente na educação básica⁵⁰, todavia incita-se, a ampliação da capacidade dos alunos em observar e conhecer as características do lugar em que vivem e as diferenças entre paisagens e espaços geográficos, não se aprofundando na motivação da origem do nome de determinada região. A própria BNCC (2017) salienta que, principalmente, no nível médio

[...] o mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BNCC, 2017, p. 465)

É nesse viés que o enfoque lexical do ensino da Língua Portuguesa se torna um campo ricamente fértil e progressivo para o estudo dos topônimos, tendo em vista que são recursos linguísticos dos quais o homem marca suas vivências históricas, dialogando com o mundo. Desse modo, a BNCC consolida preceitos já contemplados nos PCN enfatizando a importância do estudo da língua nas práticas de linguagem

[...] ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BRASIL, 2017, p. 68)

O contato direto estabelecido pelo passeio na Avenida Rio Juruá permitiria acessar outras linguagens, colocando em destaque as modalidades escrita/oralidade; formal/informal, pela observação das formas usuais nas práticas cotidianas dos moradores, reparando nas formas de dizer nessa localidade, por meio de anúncios, banners, cartazes etc.

Vale frisar que os documentos oficiais BNCC e os PCN, determinam os diferentes objetivos, que se completam metodologicamente dentro da educação básica, do ensino da área

⁵⁰ Compreende-se como Educação Básica os níveis de Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>

de Linguagens e a área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio afim de moldar o aluno à pesquisa, pensamento crítico e demais práticas voltadas ao meio do convívio social

[...] a área de Linguagens, no **Ensino Fundamental**, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem e desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais. No **Ensino Médio**, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; [...] A área de Ciências Humanas, tanto no **Ensino Fundamental** como no **Ensino Médio**, define aprendizagens centradas no desenvolvimento das competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais (BRASIL, 2017, p. 471- 472).

Em suma, os documentos oficiais (BNCC e PCN) propõem a promoção do protagonismo dos estudantes na aprendizagem e na aplicação dos processos e práticas investigativas no meio social. Na etapa do ensino médio, a instigação pelo conhecimento científico desencadeia problemas que já são/estão contextualizados, para estimular a criatividade na elaboração de procedimentos teórico-metodológicos que proporcionem a análise, intervenção e até mesmo soluções em contextos sociais mais amplos e complexos de diversas áreas de conhecimento. A BNCC (2017, p. 551) assinala que “propõe-se que os estudantes do Ensino Médio ampliem tais procedimentos, introduzidos no Ensino Fundamental, explorando, sobretudo, experimentações e análises qualitativas e quantitativas de situações-problema”.

A Toponímia, sob a perspectiva do ensino médio contribui para a exploração das questões supracitadas, possibilitando a maior capacidade cognitiva dos jovens, desenvolvendo capacidade de observação, memória e abstração mais acuradas da realidade que favorece os processos de simbolização social através dos nomes dos lugares, reconhecendo o contexto histórico e cultural, o que promove um autoconhecimento, levando o aluno a pensar sobre se e o mundo em que se insere. O processo formativo, assim, enriquece-se por meio de questões voltadas para a identidade. O aluno pode a partir daí refletir sobre seu pertencimento à Amazônia, com suas gentes e terras, revisitando as tradições da localidade, reconhecendo-se como parte integrante da história de sua comunidade.

A própria BNCC (2017) dispõe que

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em

escala social, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BNCC, 2017, p. 19)

Dessa forma, o estudo toponímico possibilita abordagens relacionais com os saberes geográficos, históricos, antropológicos, sociais, biológicos e principalmente saberes linguísticos inerente as interações entre indivíduos, possibilitando a visitação do léxico regional que se constitui em diferentes contextos. Na Avenida Coronel Mâncio Lima, por exemplo, ocorrem várias ações, tanto culturais como comerciais, colocando os sujeitos em contato com um leque linguístico bastante amplo. Logo, tudo se conecta por meio da linguagem.

Os estudos toponímicos podem ser trabalhados integralmente com diversas áreas do conhecimento, como demonstradas anteriormente na figura 26. No ensino médio a disciplina de Língua Portuguesa pode ser trabalhada em contraste com estudo dos topônimos uma vez que a BNCC (2017) propõe que

para orientar uma abordagem integrada dessas linguagens e de suas práticas, a área propõe que os estudantes possam vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias (impressa, digital, analógica), situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos. [...] exigem ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. (BNCC, 2017, p.485-486)

Pode-se, dessa maneira, trabalhar na disciplina de Língua Portuguesa, a estrutura semiótica de determinado topônimo

considerando que a semiótica é um sistema de signos em sua organização própria [...] que possam realizar reflexões que envolvam o exercício de análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioteses – visuais (imagens estáticas e em movimento), sonoras (músicas, ruídos, sonoridades), verbais (oral ou visual-motora) e corporais (gestuais, cênicas, dança). (BNCC, 2017, p. 486)

Nas disciplinas de Geografia, Sociologia, Filosofia e História, enquadradas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da grade curricular do ensino médio, é possível estabelecer diálogo entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas para a construção e disseminação de estudos na área toponímica. A própria BNCC (2017) discorre que

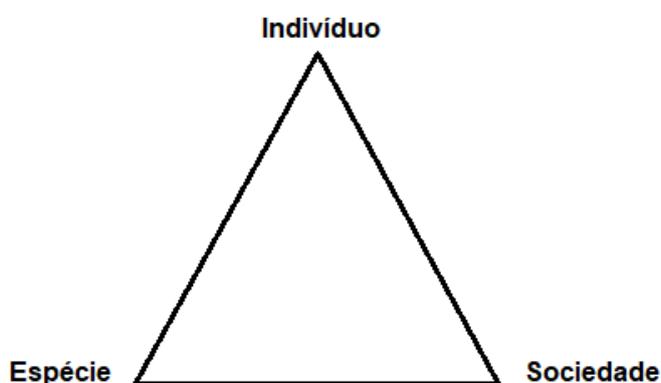
as operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos. (BNCC, 2017, p. 561-562)

O estudo toponímico, em diálogo com as disciplinas elencadas acima, pode propiciar o protagonismo juvenil na mobilização de diferentes linguagens, principalmente quando os

estudos e/ou atividades estudantis são feitos através dos trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos, etc.), uma vez que os alunos necessitam recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas para a formulação e resolução de problemas.

Edgar Morin, em sua obra intitulada “*Os sete saberes necessários à educação do futuro*”, afirma que “existe a relação triádica *indivíduo/sociedade/espécie* [...] que testemunha o surgimento da cultura, e que retroage sobre os indivíduos pela cultura” (MORIN, 2000, p. 54).

Figura 27: Tríade Indivíduo/Sociedade/Espécie.



Fonte: Adaptado de Morin (2000, p. 54).

Edgar Morin (2000) defende que, no nível antropológico, a sociedade vive para o indivíduo e este para a sociedade. Segundo seus escritos, “cada um desses termos é ao mesmo tempo meio e fim: é a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade” (MORIN, 2000, p. 54). Em consonância às afirmações de Morin, citemos o Art.1º § 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que discorre, sob as perspectivas das competências e habilidades descritas no PCN e BNCC, que o ensino médio “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Temos, portanto, em evidência o dialogismo complexo na tríade indivíduo/sociedade/espécie, descrita e defendido por Edgar Morin, no momento em que, nos escritos do PCN (2000, p. 10), discorre que

- a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

Os documentos reguladores da educação asseguram a preparação, aprimoração e desenvolvimento durante a permanência do aluno no ensino regular, interessando-nos aqui, a atenção voltada ao ensino médio para que possamos versar sobre a contribuição da toponímia para o desenvolvimento social, educativo, científico e cultural dos egressos do ensino médio.

A Lei nº 9.394/46 determina que a educação deve ser estruturada em quatro alicerces para que possa fazer do aluno um cidadão ativo, crítico e ciente de seu papel no meio social. Os alicerces descritos na Lei são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. Nos dizeres de Morin (2000, p. 61) “a educação deveria mostrar e ilustrar o Destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis”. Logo, a toponímia pode contribuir com um ensino humanizado, já que coloca os sujeitos em contato com a cidade, permitindo novos olhares sobre ela, estimulando percepções, a partir da (re)visitação dos lugares, talvez, até então despercebidos. As atividades de ensino podem fazer aflorar os sentidos, provocando sensações que despertem memória, interesse e curiosidade sobre as coisas da região e do mundo.

Compreendendo de maneira mais aprofundada sobre os quatro alicerces, o PCN (2000, p. 15) discorre que o aprender a conhecer “garante o aprender a aprender e constitui o passaporte para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida”; o aprender a fazer auxilia “o desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões[...] na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam” (PCN,2000, p. 15) ao mesmo tempo que privilegia “a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social passa a ter uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea” (PCN, 2000, p. 15); o aprender a viver “trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis” (PCN, 2000,p. 16); já o aprender a ser

[...] supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si

mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Supõe ainda exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, para desenvolver os seus talentos e permanecer, tanto quanto possível, dono do seu próprio destino. Um eixo histórico-cultural dimensiona o valor histórico e social dos conhecimentos, tendo em vista o contexto da sociedade em constante mudança e submetendo o currículo a uma verdadeira prova de validade e de relevância social. (PCN, 2000, p. 16)

Nos estudos toponímicos é possível desenvolvermos os quatro alicerces supracitados e apontados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, versando com a perspectiva da complexidade definida por Edgar Morin pois, para situarmo-nos no hoje, é necessário estudarmos o passado, o percurso do desenvolvimento social, as lutas anteriormente travadas pelas nossas gerações, as motivações, os fatos e os meios, nessa complexidade histórica e contemporânea a toponímia utiliza diversas áreas do conhecimento para nos situar de onde viemos e onde estamos, considerando sempre o aprender a conhecer, o aprender a fazer pesquisas e análises sociais históricas e contemporâneas, aprender a viver como agente impulsionador de desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento, e aprender a ser um cidadão crítico que busca compreender as diversidades culturais e a pluralidade de indivíduos.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DA TOPONÍMIA PARA O ENSINO MÉDIO

No Ensino médio, os jovens intensificam o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e se aprofundam em vínculos sociais e afetivos; e refletem sobre seu futuro, a vida e o trabalho que gostariam de ter. É no período de egressão do nível básico de ensino que jovens se encontram diante de questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida em meio a contextos socioculturais diversos.

Propostas de cunho interdisciplinar e multidisciplinar estão presentes e regidos na legislação educacional brasileira que, algumas vezes é dita de maneira explícita; em outras, de maneira sutil propondo mudanças no ensino escolar. A Base Nacional Comum Curricular é um dos documentos oficiais que segue esse viés quando afirma que

[...] para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e tomada de decisões éticas e fundamentadas. (BRASIL, 2017, p. 463)

Sob essa perspectiva, a Toponímia apresenta-se como uma ciência que proporciona as experiências que garantem a leitura da realidade social da localidade onde vivem pois, segundo Andrade e Dick (2012, p. 198) “possibilita ao sujeito (re)encontrar a identidade, história,

etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares” proporcionando ao discente um positivo desenvolvimento na execução das dez competências gerais da educação básica⁵¹ que a BNCC destaca. São elas:

1) Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

2) Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

3) Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais;

4) Utilizar diferentes linguagens-verbal, corporal, visual, sonora e digital;

5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais;

6) Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo;

7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam direitos humanos;

8) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros;

9) Exercitar empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos;

10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos.

Sendo o Ensino Médio a etapa final da educação básica, responsável por formar jovens com senso crítico e aptos a desenvolverem pesquisas e garantir a construção de um conhecimento globalizante, podemos reconhecer que o ensino toponímico, em um viés interdisciplinar “pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional, unindo e

⁵¹ Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8).

transformando as diferentes áreas do saber, possibilitando a interdependência, o encontro, o diálogo e as transformações, em uma perspectiva de troca e enriquecimento de saberes individuais e experiências de vida (SANTOS, 2019, p. 30).

A BNCC destaca que “essas competências permitirão aos estudantes elaborar hipóteses, construir argumentos e atuar no mundo, recorrendo aos conceitos e fundamentos dos componentes da área” (BRASIL, 2017, p. 472). Em consonância com os preceitos descritos na Base Nacional Comum Curricular, Edgar Morin (2003, p.21) em sua obra intitulada *A cabeça bem feita*, assinala que “a primeira finalidade do ensino foi formulada por Montaigne: mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia”, ou seja, o ensino voltado para o empilhamento de conteúdos e disciplinas que visa apenas o acúmulo de saberes teóricos sem o exercício da prática social, para o autor, “não dispõe[...] sentido”, pois “uma cabeça bem-feita significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: uma aptidão geral para colocar e tratar os problema; princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido”.

A Resolução n° 3/2018, criada pelo Conselho Nacional da Educação e pela Câmara de Educação Básica, em seu artigo 7§ 2° assinala que é fundamental a adoção de uma metodologia participativa que favoreça e estimule o protagonismo dos estudantes para que

[...] evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais e do trabalho. (CNE/CEB, N° 3/2018, Art.7§2°)

Edgar Morin (2003, p. 24) defende que “todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos” e é nessa perspectiva que temos a Toponímia como propulsora de aprendizado interdisciplinar, favorecida pelo ambiente em que o estudante vive, propiciando o engajamento de pesquisas e interesses por referências sociais, culturais e políticas para a criação de projetos individuais, coletivos e colaborativos que sejam capazes de gerar processos de transformação, crescimento e descobrimentos de determinada localidade. A BNCC afirma que

[...] nesse sentido, é fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, *happenings*, produções em videoarte, e outras manifestações e/ou eventos[...]. (BRASIL, 2007, p 483)

Proporcionar o protagonismo de cidadãos ativos, éticos, autônomos e conscientes do que são, vai ao encontro do que Edgar Morin chama de “ensinar a condição humana”. Morin (2000, p. 47) afirma que “conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele. [...] todo conhecimento deve contextualizar seu objeto, para ser pertinente. “*Quem somos?*” é inseparável de “*Onde vamos?*”, “*De onde viemos?*”, “*Para onde vamos?*””. Dessa maneira, temos a Toponímia como transcendência sociocultural para ensinar a condição humana e situarmo-nos como sujeitos no mundo, procurando sempre

[...] as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes. Trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a unidade dentro do diverso, o diverso dentro da unidade; de reconhecer, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidade individuais e culturais, as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana. (MORIN, 2003, p. 25)

Em face ao pensamento complexo inerente a condição humana, Morin (2000) discorre que

[...] a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos que se transmitem de geração em geração, se produz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. (MORIN, 2000, p. 56)

Sendo, por tanto, a cultura um conjunto de saberes, o estudo dos nomes de lugares “preconiza movimentos que agregam fatores linguísticos, históricos, geográficos, sociais, culturais, não podendo ser vistos como um estudo de saberes isolados” (NUNES; ANDRADE, 2015, p. 518). A abordagem toponímica atrelada aos preceitos de interdisciplinaridade no ensino médio se faz necessária para que ela possa ser difundida e ampliada para o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que

[...] estudar os nomes de lugares propiciam possibilidades de ampliação do conhecimento, do leque de informações dos estudantes e, nesse sentido, contribuem significativamente para o processo de ensino, de modo que nos leve a pensar o trabalho com os topônimos de maneira específica, dinâmica, pedagógica. (NUNES; ANDRADE, 2015, p. 519)

O processo de cosmovisão⁵², vinculada aos estudos toponímicos, resgata a memória, a etimologia e valoriza as identidades, enaltecendo o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar em que o indivíduo se situam, evidenciando também os aspectos da trajetória do

⁵² Segundo a definição do Dicionário Oxford Languages, cosmovisão é um substantivo feminino que significa “maneira subjetiva de ver o mundo, especialmente as relações humanas e os papéis dos indivíduos e o seu próprio na sociedade, assim como as respostas a questões filosóficas básicas, com a finalidade da existência humana, a existência de vida após a morte etc.; visão de mundo.

homem em determinado território e revelam dados importantes acerca da trajetória de grupos humanos, bem como características inerentes de diversas regiões.

Para Nunes e Andrade (2005) a toponímia inserida no processo de ensino-aprendizagem no ensino médio é fundamental para o aluno conhecer a realidade que o cerca e que a etimologia, nesse contexto, “pode tornar-se um instrumento, sob a ótica da linguística, importante para a ampliação do leque de conhecimento do aluno, auxiliando significativamente para o processo de ensino como forma de apropriação de mais informações a respeito do nome do lugar” (NUNES; ANDRADE 2005, p. 520). A respeito de outros aspectos, conteúdos e disciplinas cursadas no ensino médio, Sousa (2013, p. 295 – 296) reitera que a toponímia compreende

- a) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região;
- b) as características físico-geográficas da região;
- c) as particularidades socioculturais do povo (o denominador);
- d) extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram;
- e) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente;

Conforme a afirmativa do autor, no processo cursivo ao ensino médio, a toponímia está diretamente relacionada ao contexto cultural e social de uma comunidade, o que permite ao educando conhecer, reconhecer, preservar e decifrar aspectos históricos, linguísticos e os valores históricos por meio dos nomes de lugares. A BNCC (2017) afirma que tempo e o espaço explicam os fenômenos nas Ciências humanas porque nos permite identificar os contextos e, nomear o que é semelhante ou diferente em cada cultura é relativamente simples. Mas nos processos de nomeação temos a complexidade de compreensão de fatos, a BNCC (2017, p. 563) discorre que “complexo é explicar as razões e os motivos (materiais e imateriais) responsáveis pela formação de uma sociedade, de sua língua, seus usos e costumes. É simples enunciar a diferença. Complexo é explicar a “lógica” que produz a diversidade”.

Até aqui, muito se falou sobre utilizarmos os estudos toponímicos como estratégia didático-pedagógica com um viés interdisciplinar para fomentar e incrementar a formação do aluno no nível médio de ensino. Dessa maneira, como sugestão didático pedagógica, utilizemos a competência específica 1 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assegurada pela BNCC (2017) para o ensino médio que visa

- analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BNCC, 2017, p. 570)

Essa competência específica tem como objetivo desenvolver e ampliar seis habilidades do aluno durante o período cursivo no ensino médio, conforme nos é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3: Habilidades que são trabalhadas na competência 1 da área de Ciências Humana e Sociais Aplicadas no Ensino Médio.

HABILIDADES
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 571)

É possível perceber que, em consonância com a Toponímia, as habilidades descritas no quadro acima propiciam o desenvolvimento racional e crítico do indivíduo por meio de diversas perspectivas sociais, permitindo o amplo senso individual e coletivo através das variadas linguagens e oposições dicotômicas que tornam explícitas as ambiguidades, as individualidades e o protagonismo existente nas distintas localidades.

Como sugestão didático-pedagógica, propomos aqui que aos professores das disciplinas de História, Geografia e Sociologia a desenvolverem, juntos, projetos que visem relacionar a história, a identificação geográfica através de mapas e/ou ferramentas digitais e as motivações

sociais da nomeação de um dos topônimos locais (podendo ser uma rua, o bairro ou até mesmo à própria escola na qual os alunos estão inseridos).

Para a aplicação dessa proposta, o primeiro passo seria apresentar, em uma aula, o que é a Toponímia e qual é o seu objetivo. Em seguida, seria escolhido um topônimo (ou mais, ficaria a critério dos professores) para instigar a percepção dos alunos sobre o fenômeno, estimulando a realização de pesquisa com os próprios moradores mais antigos do local em destaque, através de entrevistas, considerando, também, fotografias, livros e jornais para que descubram sobre as possíveis motivações do nome do topônimo escolhido. O terceiro passo seria por meio de visita *in loco*, promovendo-se passeios, para conhecer o logradouro e verificar se existe alguma identificação do topônimo por meio de placas ou algum outro tipo de sinalização. Além disso, poderia ser utilizado o Google Maps para os alunos identificarem a localização do lugar no mapa. A quarta etapa culminaria com a realização de debate e da apresentação das informações adquiridas sobre o topônimo escolhido. Isso seria feito de maneira dinâmica em sala de aula, considerando todos os dados e informações coletados nas etapas anteriores para que, assim, fosse apresentada, posteriormente, à toda comunidade escolar, por meio de banners, cartazes, vídeos, fotos, ou outros meios as informações históricas e atuais.

Dessa maneira, todas as habilidades apontadas no quadro 3 seriam abarcadas e desenvolvida no viés interdisciplinar e, também, multidisciplinar, considerando a toponímia como uma estratégia didático-pedagógica que contribui com o ensino e com a formação escolar do nível médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é fruto de um percurso particularizado por vivências múltiplas, em que minha experiência de vida contribuiu com o modo de perceber a educação. Morar em uma cidade pequena coloca-nos frente a uma realidade de maior proximidade com a história local, pois seus personagens podem ser identificados por meio de uma descendência que ainda se faz perceptível. É possível vermos os Teles, os Limas, os Parentes e os Maias em diferentes segmentos da sociedade. Para alguém mais atencioso às coisas da região, isso pode provocar muitos questionamentos, estimulando a vontade de saber como se deu o processo de nomear os logradouros locais. A nomeação de lugares, para mim, é algo instigante, o que me levou ao problema investigado aqui: como a toponímia pode contribuir com a formação e o ensino no nível médio?

Diante disso, a pesquisa teve como objeto de estudo a toponímia como estratégia didático-pedagógica de ensino e formação no nível médio na cidade de Cruzeiro do Sul, visando estudar topônimos locais, a fim de identificar o caudal étnico, identidades e memórias que permeiam a constituição do município, valorizando a toponímia como estratégia didático-pedagógica formativa e de ensino no nível médio em diálogo com diferentes campos de estudo. Com isso, pôde-se constatar a diversidade disciplinar que os estudos toponímicos abrangem, tornando comunicantes saberes institucionalizados ou não. Por essa compreensão, o paradigma da complexidade apresentou-se como esteio teórico-metodológico, conciliando visões educacionais para incrementar uma discussão em que se valoriza diferentes práticas pedagógicas no tocante ao ensino e formação dos alunos de nível médio, pondo em evidência o município de Cruzeiro do Sul com suas características culturais e linguísticas que imprimem o hibridismo de culturas e nacionalidades dos que participaram de seu processo de fundação.

Foi imprescindível, na tessitura linguística e cultural de Cruzeiro do Sul, enfatizarmos a inauguração discursiva do município, com especial atenção para a origem do nome e de alguns pontos históricos, como a casa dos Ruelas. Também levantamos dados importantes do período de produção da borracha, discutindo os conflitos e insubordinações dessa época tão promissora e conturbada, ao mesmo tempo. Além disso, consideramos relevante discutir os trânsitos étnicos pela região, olhando para Cruzeiro do Sul como um mosaico de etnias, culturas, costumes e línguas que, em choque, produziram os traços que perduram até hoje na língua e cultura do povo cruzeirense.

Também se fez importante apresentar a configuração étnico/cultural de Cruzeiro do Sul a partir de evidências já publicadas que explicam como se deu a conformação étnica local, principalmente a partir do povo Nawás, primeiros moradores do território, praticamente extintos durante o processo de colonização, que dão nome a uma série de produtos, marcas e prédios públicos até os dias atuais.

Os (i)migrantes que passaram (e que ainda continuam em trânsito) pelo município de Cruzeiro do Sul, contribuíram com a sua formação e consolidação de diversas formas, seja na política, na economia da borracha, no mercantilismo, na educação ou na saúde. Enfim, todos deram sua valiosa contribuição para que tivéssemos hoje a segunda maior cidade do estado do Acre, importante geograficamente e economicamente para o Vale do Juruá, com uma riqueza linguística e cultural que nos despertou o interesse para entendermos as motivações toponímicas da referida cidade.

Ao longo das discussões, percebemos as diversas possibilidades interdisciplinares que a Toponímia pode exercer no ensino e formação dos egressos no nível básico, como efetivar o senso crítico de investigação acadêmica/social; (re)conhecer socio-historicamente o lugar em que habita; reconhecer-se enquanto sujeito social e, principalmente, desenvolver habilidades e competências que foram elencadas e discutidas na seção terceira desta dissertação.

Dos 73 topônimos inventariados durante a constituição do *corpus* de pesquisa, houve a necessidade de fazer um recorte e selecionar apenas 8 para que pudessem ser analisados, uma vez que nem todos os topônimos possuem registros históricos e/ou atuais sobre as motivações de suas nomeações e, além disso, o cenário social no período de pandemia do COVID-19, que perdurou durante todo o percurso de desenvolvimento desta pesquisa, nos impossibilitou contato direto com moradores antigos que residem nos logradouros da cidade de Cruzeiro do Sul. Sendo assim, os topônimos aqui analisados foram selecionados porque foi possível encontrar informações em livros, documentos, jornais, periódicos que falassem sobre os motivos de suas nomeações. Os topônimos analisados foram: dois Antropotopônimos (Avenida Lauro Mueller e Rua Tavares de Lira, dois Axiotopônimos (Avenida Coronel Mâncio Lima e Avenida Madre Adelgundes Becker), dois Hidrotopônimos (Avenida Rio Juruá e Avenida Beira Rio) e dois Etnotopônimos (Rua Caxinawás e Rua Jaminawás), evidenciando a particularidade histórica, linguística e cultural de cada localidade, que pode ser descoberta e analisada através dos estudos toponímicos com a integração de outras áreas

do saber como a História, Antropologia, Geografia, Psicologia, Sociologia, Linguística, Cartografia, Zoologia, Botânica, Arqueologia, dentre outros.

O pensamento complexo foi inerente à discussão trazida neste estudo pois, segundo Edgar Morin (2003, p. 24) “todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos” e é nessa perspectiva que temos a Toponímia como propulsora de aprendizado interdisciplinar, favorecida pelo ambiente em que o estudante vive, propiciando o engajamento de pesquisas e interesses por referências sociais, culturais e políticas para a criação de projetos individuais, coletivos e colaborativos que sejam capazes de gerar processos de transformação, crescimento e descobrimentos de determinada localidade.

Espera-se, ainda, que este trabalho possa despertar o interesse daqueles que não conhecem a área dos estudos Toponímicos e que possa colaborar com aqueles que desejam adentrar na rica história sociocultural de Cruzeiro do Sul através da Toponímia.

REFERÊNCIAS

- ALMA ACREANA. Disponível em: <<https://almaacreana.blogspot.com/2020/05/os-cachinauas-ligeiras-notas-sobre-seus.html>>. Acesso em: 5 de jul. de 2021.
- ANDRADE, K. S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. **Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Linguagem**, vol. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun. 2012.
- AVENIDA. In. DICIO, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=avenida>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.
- COUTO, C. A. C. **Análise fonológica do Saynáwa (Pano): a língua dos índios da T. I. Jamináwa do Igarapé Preto**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- ARAÚJO, E. M. de. **Cruzeiro do Sul: conquistas e perspectivas**. Fortaleza: Editora Peregrino, 2016.
- BEZERRA, M. I. S. Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul: Espaço para uma intelectualidade cunhada no chão da escola. **Anais eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- CAMARGO, E.; VILLAR, D. **Huni Kuin Hiwepaunibuki. A história dos Caxinauás por eles mesmo**. La historia de los Casbinabuas por ellos mismos. São Paulo: Edições Sesc. 2013.
- CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (org.). **O homem em movimento**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. p. 59 – 75, 1987.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2º ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.
- CONSELHO Nacional dos Seringueiros: Comissão Municipal de Brasília. **Poemas, Hinos e Rezas sobre os seringueiros, suas vidas e lutas**. Brasília, 1987.
- CONTILNET. **HISTÓRIA DE CRUZEIRO DO SUL**. Disponível em: <<https://contilnetnoticias.com.br/2020/09/mesmo-com-pandemia-cruzeiro-do-sul-comemora-116-anos-de-historia-e-emancipacao/>>. Acesso em 05 de set. 2022.
- DICIONARIO ONLINE. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/caucho>>. Acesso em: 2 de jun. de 2021.
- DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

ECKERT, K. Toponímia, imigração e identidade regional: o caso do Vale do Taquari/RS. In: FROSI, V. M.; MISTURINI, B. **Imigração Italiana: Estudos e Pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016b. Cap. 4. P. 209-224.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. London: Routledge, 2010.

ESTIRÃO. In. DICIO, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=estir%C3%A3o>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

ESTRADA. In. DICIO, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=estrada>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

FORTES, C. C. Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor. **Revista acadêmica Senac online**. 6ª ed. Setembro – novembro, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 123, dezembro 2020: 121-142.

GALISSON, R. e COSTE, D. Dicionário de didáctica das línguas. Coimbra, 1983. Livraria Almedina, 763 p.

GARCIA, J. A Interdisciplinaridade Segundo Os Pcn's. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 17, n. 35, p. 363-378, 2012. DOI: 10.29286/rep. v17i35.494. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/494>>. Acesso em: 10 maio de 2023.

G1 ACRE. **Após conciliação, casa de 1940 será revitalizada em Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/10/em-conciliacao-casa-de-1940-sera-revitalizada-em-cruzeiro-do-sul.html>>. Acesso em 10 de set. de 2022.

G1 ACRE. **Câmara Municipal aprova mudança de nome de uma das principais avenidas de Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/camara-municipal-aprova-mudanca-de-nome-de-uma-das-principais-avenidas-de-cruzeiro-do-sul.ghtml>>. Acesso em 21 de fev. de 2023.

G1 ACRE. **Enchente do Rio Juruá já afeta quatro bairros da Cruzeiro do Sul; não há desabrigados**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/01/24/enchente-do-rio-juruá-em-afeta-quatro-bairros-de-cruzeiro-do-sul-em-em-desabrigados.ghtml>>. Acesso em 29 de abr. de 2023.

G1 ACRE. **Historiador diz que tirar nome de Lauro Mueller de avenida em Cruzeiro do Sul é uma 'aberração'**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/historiador-diz-que-tirar-nome-de-lauro-muller-de-avenida-em-cruzeiro-do-sul-e-uma-aberracao.ghtml>>. Acesso em: 21 de fev. de 2023.

G1 ACRE. **Notícia sobre os 112 anos de czs**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/09/planejada-por-marechal-thaumaturgo-cruzeiro-do-sul-completa-112-anos.html>>. Acesso em 10 de set. de 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/cruzeiro-do-sul/panorama>>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

JACKSON, Peter. **Maps of meaning. Em introduction to cultural geography**. Londres: Routledge, 1992.

JORNAL O ALTO ACRE. **Câmara de Brasileia homenageia Wilson Pinheiro**. Disponível em: <<https://oaltoacre.com/camara-de-brasileia-homenageia-wilson-pinheiro-lider-sindical-morto-a-40-anos/>>. Acesso em 19 de jul. de 2021.

KHOURY, Y. M. A. *et al.* **A Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa**. Conferencia: 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (IV CIAIQ 2015) At: Aracajú, SE, BR Volume: Investigação Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa em Educación//Volume 2. August 2015.

LARSEN, J.; URRY, J.; AXHAUSEN, K. **Mobilities, Networks, Geographies**. Hampshire: Ashgate, 2006.

LIMA, U. A.; UCHÔA, J. M.; MELO, E. M. **A Toponímia e seu vasto campo de aplicação: sob um olhar de estudos já feitos**. Educação, ciências e matemática: entre locais e fronteiras epistemológicas. / Org.: Jusiany Prereira da Cunha dos Santos, Éverton Melo de Melo. – Itapiranga: Schreiber, 2021. 164 p.; e-book.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. 8º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K. S. **Toponímia na perspectiva da Teoria da Interdisciplinaridade: breves considerações no contexto do ensino**. Cadernos do CNLF, Vol. XIX, nº 02 – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro, 2015.

PESSOA, E. S. **Trabalhadores da Floresta do Alto Juruá: cultura e cidadania na Amazônia**. 2ed. Rio Branco, Edufac, 2007.

PONTES, C. J. de F. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979

PONTES, C. J. de F. **O primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso**. Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre – Vol.1, n.1, p. 107-123, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/download/100/44>>. Acesso em 07 de jul. 2021.

- REIS, A. C. F. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.
- REIS, J. C. dos. Arrolamento das fontes históricas do município de cruzeiro do sul. **Anais do VII Simpósio Nacional do Professores Universitário de História**. V. III, São Paulo, 1974.
- RELATÓRIO DE VIAGEM AO RIO BREU NO MUNICÍPIO DE CZS. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-viagem-ao-rio-breu-no-municipio-de-cruzeiro-do-sul-acre>>. Acesso em 30 de jun. de 2021.
- REVISTA BRASIL – EUROPA – N.º 30 BISPO, (1994) Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/Internet-Corres2/CM30Index.htm>>. Acesso em 26 de agost. de 2022.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROE, Phillip. Textual tourism: negotiating the spaces of reading. **Journal of the South Pacific Association for Commonwealth Literature and Language Studies**. (SPAN), n.33, 1992. Disponível em: <<http://www.mcc.murdoch.edu.au/ReadingRoom/litserv/SPAN/33/Roe.html>>. Acesso em: 24 de fev. de 2023.
- RUA. In. DICIO, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=rua>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.
- SALLES, V. O.; MATOS, E. A. A. **A Teoria da Complexidade de Edgar Morin e o Ensino de Ciência e Tecnologia**. In: R. bras. Ens. Ci. Tecnol., Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2017.
- SCHARTZMAN, Simon. (Org.) **Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília: Editora UnB, 1983.
- SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: ILEEL, 2006. P. 1953-1960. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 26 de agost. de 2022.
- SILVA, J. A. F. da. **Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo – o Centenário de Fundação da Cidade de Cruzeiro do Sul**. Instituto histórico e geográfico do Acre, 2005.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- SOUSA, A. M. Para a aplicação da toponímia na escola. **Cadernos do CNLF**, Vol. XVII, n.º. 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.
- SOUZA, C. A. A. de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. 8. Ed. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2013.

SOUZA, C. A. A. de. **Varadouros da Liberdade:** empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre. São Paulo, PUC/SP, 1996.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre:** novos temas, nova abordagem. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

SOUZA, A. M. de. **O estado atual.** Revista Philologus, Rio de Janeiro, ano 18, n. 54, 2012, p. 600-611.

SOUZA, Diego Mendes. Gregório Taumaturgo de Azevedo (1853-1921) – Um olhar Particular. **Entretextos**, 2021. Disponível em: <<https://www.portalentextos.com.br/post/gregorio-taumaturgo-de-azevedo-1853-1921-um-olhar-particular-cronica-de-diego-mendes-souza>>. Acesso em 02 de agost. de 2022.

TOCANTINS, L. **Amazônia:** Natureza, Homem e Tempo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

TRAVESSA. In. DICIO, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=travessa>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

UFAC. **ACRE: TRATADOS E LIMITES.** Disponível em: <<http://www2.ufac.br/site/noticias/ufac-na-imprensa/edicoes-2001/novembro/acre-tratados-e-limites-i>>. Acesso em 01 de agost. de 2022.

URRY, J. “Connections”, **Environment and Planning D**, 22(1), 27-37, 2004.

URRY, J. **Mobilities.** Cambridge: Polity Press, 2007.

URRY, J. **Sociology Beyond Societies.** Mobilities for the Twenty-First Century. London: Routledge, 2000.

WEAVER, S. **Struggles of the Nation-State to define aboriginal ethnicity:** Canada and Australia. In: PAINE, Robert (Ed.). Minorities and mother country imagery. St. John's: ISER, 1984, p. 182-210.

WOLFF, C. S. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870 – 1945). **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis. V.15. n21. P. 91 – 108. 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23357/21033/75844>>. Acesso em 06 de jul. de 2021.

_____. **Migrações, Refúgio e Apatridia:** guia para comunicadores. Ed. 1º, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf>. Acesso em: 25 de dez. de 2022.

_____. Toponímia e Interdisciplinaridade: primeiras reflexões. In: RAMOS, Derval Venâncio; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PINHO, Maria Jose. (Org.) **Ensino de Língua e Literatura – Reflexões e Perspectivas Interdisciplinares.** Campinas/SP: Mercado Letras, 2011.

_____. **Notas para um “Emílio” Contemporâneo.** In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S.; PETRAGLIA, I. (Org.). Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação. Ed. Cortez, São Paulo: 2003.

_____. **AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de.** Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEVEDO,%20Gregorio%20Taumaturgo.pdf>>. Acesso em 05 de abr. de 2022.

_____. ISQUIERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. **Simpósio 22. Nome próprio em foco: estudos Onomásticos-toponímicos.** Disponível em:
<https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/simposio_22.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.